



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MONOGRAFIA PARA DIPLOMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM
HABILITAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Urbanidades e Ruralidades em Brasília. História da transformação de Vicente
Pires – DF: chácaras, condomínios e cidade

Bruno Cesar Medeiros Casseiro
Orientação: Dra. Cristina Patriota de Moura

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia
da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos à
obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com
habilitação em Antropologia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MONOGRAFIA PARA DIPLOMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM
HABILITAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Urbanidades e Ruralidades em Brasília. História da transformação de Vicente
Pires – DF: chácaras, condomínios e cidade

Bruno Cesar Medeiros Casseiro
Orientação: Dra. Cristina Patriota de Moura

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia
da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos à
obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com
habilitação em Antropologia

Brasília 2012

Urbanidades e Ruralidades em Brasília. História da transformação de Vicente
Pires – DF: chácaras, condomínios e cidade

Bruno Cesar Medeiros Casseiro

Orietadora: Cristina Patriota de Moura

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia

Aprovada por:

Presidente, Profa. Cristina Patriota de Moura

Prof. Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiro aos meus pais. Ao final dessa monografia olho para eles como pessoas que construíram a história do lugar em que moro. Em especial ao meu pai, por ter o mau hábito de guardar papéis e recortes de jornais velhos sobre tudo o que se passou em Vicente Pires. A história que aqui contamos é dele e desses outros chacareiros. Fui apenas um “organizador”.

A todos esses pioneiros rurais que ainda vivem e aos que já se foram, levarei comigo para sempre sua força e determinação em criar um novo lugar.

E em especial aos meus colegas e à profa. Cristina. Ela conseguiu transformar um grupo de pesquisa em um verdadeiro laboratório. Foi aí que consegui deixar de ser apenas um “morador” de Vicente Pires e me tornei um antropólogo que estudou o lugar em que mora. Esse processo foi difícil e demorado. Essa monografia também é sua professora. Não fosse seu carisma e perseverança eu jamais teria caminhado nessa pesquisa e terminado a monografia, malemá a graduação.

Ao “Kroça”, o melhor “xerocopista” de todos! Muito obrigado pelo socorro e pelas infinitas cópias e painéis. E claro, por ter tornado a realização dessa monografia algo agradável. Não poderia esquecer também da “Lola” e da “Lulu”, vocês são muito infantis! “Los Primos” também não poderiam ficar de fora, claro. A todo o pessoal do EJC e aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante esses cinco anos de caminhada.

Conteúdo

Introdução	1
Capítulo 1: Modernidades brasileiras e uma idéia chamada “brasília”	14
1.1 Brasília: uma <i>idéia</i> dentro de um <i>campo de possibilidades</i>	14
1.2 Brasília, de <i>idéia</i> à <i>ideologia</i>	22
Capítulo 2: A produção rural em um solo “moderno”: o solo brasiliense como pobre em nutrientes, rústico e de difícil lida	28
1.1 Os problemas de casamento entre rural e urbano e a sua reconciliação	28
1.2 O difícil solo do Cerrado	31
1.3 A correção do solo do cerrado com a simples técnica de jogar calcário	36
1.4 Pioneiros da produção rural	40
1.5 Um movimento político	48
1.6 Micropolítica na <i>localidade</i> da Colônia	57
Capítulo 3: Quando Camadas de modernidades são depositadas em um mesmo lugar	77
1.1 Alguns erros do trabalho de campo	78
1.2 Transições geracionais de alguns <i>rurais</i> em um meio urbano	80
1.3 O <i>estabelecimento</i> de um grupo rural: para o nascimento de uma <i>elite política</i>	89
1.4 A terra como um “tabu”	96
1.5 Quebra de “tabus”: o fim da lógica de produção e o surgimento de outras hierarquias em Vicente Pires	99
Conclusão: a história de Brasília como a de depósitos de camadas de modernidade	112
BIBLIOGRAFIA	116

ÍNDICE DE FOTOS (COM DESCRIÇÃO)

FOTO 1 IDENTIFICAMOS TRÊS CHÁCARAS POR DIFERENTES CORES (AMARELO, AZUL E ROSA). AS CASAS QUE CERCAM AS CHÁCARAS ESTÃO LOCALIZADAS EM VÁRIOS CONDOMÍNIOS. (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO, ANO DE 2010)	4
FOTO 2 CHUVA DO DIA 20 DE MARÇO DE 2012, RUA 10. POSTADA POR UM MORADOR NO SÍTIO WWW.FACEBOOK.COM	6
FOTO 3 AO FUNDO PARTE DE UMA CHÁCARA NA QUAL O "MATO" AINDA NÃO FOI "LIMPADO". ANO DE 1988 (CRÉDITOS A "CHICO", FILHO DOS PIONEIROS "SEU MATHIAS" E "DONA MARIA")	43
FOTO 4 CHACAREIROS EM 1989 APÓS A "LIMPA" DO CERRADO (CRÉDITOS SR. WALDELEI CASSEMIRO)	44
FOTO 5 CHACAREIRO E SUA PLANTAÇÃO DE ARROZ, INICIADA APÓS A "LIMPA DO CERRADO" (CRÉDITOS CHACAREIRO WALDELEI CASSEMIRO)	44
FOTO 6 PERCEPÇÃO AÉREA DA REGIÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES, ALGUMAS CHÁCARAS COM PRODUÇÃO DE VERDURAS E OUTRAS COM FRUTAS. (CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES, SEM DATA)	47
FOTO 7 DESTACAMOS QUATRO LOCALIDADES E REGIÕES COM DIFERENTES CORES. A COR VERMELHA DESTACA O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA. A COR AMARELA DESTACA A ÁREA DE TAGUATINGA, CEILÂNDIA E SAMAMBAIA. A COR VERDE DELIMITARIA, PELOS RELATOS DOS CHACAREIROS DA ACVP, A "ZONA DE INFLUÊNCIA" DA APROAC. E A COR ROXA DELIMITA O ESPAÇO EM QUE FOI CRIADA A COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES . ESTA FOTO TIRADA POR UM SATÉLITE É DE 2012 E JÁ MOSTRA A COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES COMO UMA ÁREA NÃO MAIS "VERDE", MAS JÁ TRANSFORMADA EM "SETOR HABITACIONAL" OU "ÁREA URBANA". FAREMOS O DEBATE DESSA TRANSFORMAÇÃO NO PRÓXIMO CAPÍTULO. (APLICATIVO GOOGLE MAPS DA EMPRESA GOOGLE. VERBETE PESQUISADO, "ÁGUAS CLARAS DF". ACESSO EM JUNHO DE 2012).	52
FOTO 8 PIONEIRA LIDUINA EM SUA CHÁCARA EM VICENTE PIRES. AO FUNDO A CIDADE DE ÁGUAS CLARAS AINDA NÃO HAVIA SIDO CONSTRUÍDA. FOTO DE 1989.	53
FOTO 9 VISTA CAPTURADA A PARTIR DE UMA CHÁCARA DE VICENTE PIRES, LOCALIZADA NA RUA 4 E PERTO DO CÔRREGO SAMAMBAIA. AO FUNDO É POSSÍVEL OBSERVAR OS PRÉDIOS DE ÁGUAS CLARAS. POR BRUNO CASSEMIRO EM JANEIRO DE 2010	54
FOTO 10 AO FUNDO OS PRÉDIOS DA CIDADE DE ÁGUAS CLARAS. POR BRUNO CASSEMIRO EM JANEIRO DE 2010	54
FOTO 11 SEDE DA APROAC E DEPOIS ARVIPS. PERÍODO DE 1994. (CRÉDITOS 30ª REGIÃO ADMINISTRATIVA - VICENTE PIRES)	60
FOTO 12 ESCOLA CLASSE COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES. A FOTO REGISTRA A OCASIÃO NA QUAL OS PRODUTORES RURAIS FAZEM "DOAÇÕES ESPONTÂNEAS" DE VERDURAS E BENS. MATÉRIA "ESTRANHOS NO NINHO", REVISTA GLOBO RURAL SOBRE OS PRODUTORES DE VICENTE PIRES (REV. GLOBO RURAL Nº 123 JANEIRO DE 1996 ANO 11)	61
FOTO 13 INÍCIO DA COLHEITA DO ARROZ EM 1989. (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO)	63
FOTO 14 O ARROZ QUE É COLHIDO É SEPARADO EM MONTES, "FARDOS" PARA A COMERCIALIZAÇÃO (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO)	63
FOTO 15 CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS DE VICENTE PIRES. DESTAQUE PARA A FRASE DA PLACA "SALÃO COMUNITÁRIO – PRECISAMOS DE SUA GENEROSA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO (...)". CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES, SEM DATA.	65
FOTO 16 MULHERES POUSAM PARA A FOTOGRAFIA AO FINAL DE UM RITO CATÓLICO DE CRISMA REALIZADO NO COLÉGIO AGRÍCOLA. ANO DE 1992. (CRÉDITOS À PIONEIRA FRANCINETE ALVES E AO PIONEIRO MATHIAS E FAMILIARES).	66
FOTO 17 BALCÃO OU GALPÃO DO PRODUTOR, ESPAÇO QUE COLOCA EM CONTATO DIRETO O PRODUTOR E O SEU CONSUMIDOR. (REV. GLOBO RURAL ANO 11 Nº123 JAN 1996 P.48)	71

- FOTO 18 INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DOS QUIOSQUES QUE CIRCUNDAM A FEIRA E A CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO. (CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES) 74
- FOTO 19 GALPÕES JÁ ESTÃO AMPLIADOS (LADO ESQUERDO DA FOTO) E TAMBÉM TEMOS O REGISTRO DO ASFALTAMENTO DAS VIAS QUE CIRCUNDAM A FEIRA DO PRODUTOR. (CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES) 74
- FOTO 20 NA FAIXA A ARVIPS AGRADECE EM NOME DA “COMUNIDADE” A LEI QUE PERMITIU A AMPLIAÇÃO DA FEIRA E SUA CRIAÇÃO ENQUANTO ENTIDADE JURÍDICA. (CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES) 74
- FOTO 21 ESSA FOTO FOI TIRADA DA “PASSARELA DA EPTG”, VIA QUE PASSA “AO LADO” DE VICENTE PIRES. OS PRODUTORES CONSIDERAVAM ESSA PROXIMIDADE COM A VIA COMO “ESTRATÉGICA”. PORQUE ESSA É, HÁ DÉCADAS, UMA DAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO ENTRE TAGUATINGA E O PLANO PILOTO, FACILITANDO O ACESSO DOS MORADORES DESSAS CIDADES À FEIRA DO PRODUTOR, APROXIMANDO RURAL E URBANO POR MEIO DE TROCAS ECONÔMICAS. CHAMAMOS A ATENÇÃO DO LEITOR PARA A GRANDE PLACA DE PROPAGANDA NA QUAL É APONTADO O CAMINHO DA FEIRA DO PRODUTOR DE VICENTE PIRES, “DIRETO DO CAMPO AO CONSUMIDOR”. SEM DATA, (CRÉDITOS À 30ª ADMINISTRAÇÃO – VICENTE PIRES) 75
- FOTO 22 PODEMOS AÍ PERCEBER A PROXIMIDADE ENTRE AS CHÁCARAS DA COLÔNIA AGRÍCOLA E A CIDADE SATÉLITE DE TAGUATINGA. SEM DATA, PROVÁVEL DE 1989. FONTE: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES. 100
- FOTO 23 MANCHA URBANA DE VICENTE PIRES, NA QUAL PODEMOS PERCEBER UM “MAR” DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS. FOTO DE 2009. BEM AO FUNDO É POSSÍVEL PERCEBER OS PRÉDIOS DE ÁGUAS CLARAS. FONTE: [HTTP://DFEMPAUTA.FILES.WORDPRESS.COM/2009/06/VICENTE-PIRES-CAPA1.JPG](http://dfempauta.files.wordpress.com/2009/06/vicente-pires-cap1.jpg) 100
- FOTO 24 OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO EM OUTRO CONDOMÍNIO “ILEGAL”, NA QUAL 5 CASAS FORAM DERRUBADAS. ANO DE 2012, POR BRUNO CASSEMIRO. **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FOTO 25 CASA DERRUBADA DENTRO DE UM CONDOMÍNIO DE “LUXO” ILEGAL APÓS OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO. ANO DE 2012 POR BRUNO CASSEMIRO. **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FOTO 26 AS DUAS FOTOS MOSTRAM A RUA E A CASA DE UM CONDOMÍNIO RECÉM ABERTO E QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO EM UMA CHÁCARA, RUA 3 DE VICENTE PIRES. EM AGOSTO DE 2012, POR BRUNO CASSEMIRO. **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
- FOTO 27 VISTA AÉREA DE TRÊS CHÁCARAS IDENTIFICADAS POR DIFERENTES CORES (AMARELO, AZUL E ROSA). AS CASAS QUE CERCAM AS CHÁCARAS ESTÃO LOCALIZADAS EM VÁRIOS CONDOMÍNIOS. (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO, ANO DE 2010) 112

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA “RURAL” DO DF QUE IDENTIFICA SEUS TRÊS PRINCIPAIS PÓLOS PRODUTORES: BRAZLÂNDIA, VARGEM BONITA E O PAD/DF. MATÉRIA "CAPITAL DA VERDURA: AS HORTAS QUE CERCAM BRASÍLIA SÃO EXEMPLOS DE COMO EXTRAIR ALTA PRODUTIVIDADE E FARTURA DA TERRA POBRE DO CERRADO ". REVISTA GLOBO RURAL ANO 8 N°89 ANO 1989. (GRIFOS NOSSOS)	32
FIGURA 2 REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO A PARTIR DAS <i>USER</i> . SLIDE APRESENTADO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF SOBRE AS ÁREAS RURAIS DO DF. ANO DE 2011. POR BRUNO CASEMIRO	36
FIGURA 3 REPORTAGEM DA REVISTA GLOBO RURAL APRESENTA TÉCNICA DESENVOLVIDA NO INTERIOR DE SÃO PAULO QUE FOI LARGAMENTE UTILIZADA AO REDOR DAS ESTRADAS DE TERRA DA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES. ESSAS BACIAS DE CONTENÇÃO FORAM UTILIZADAS PARA CONTER A EROÇÃO E FACILITAR A INFILTRAÇÃO DAS ÁGUAS DA CHUVA E FIZERAM PARTE DA PAISAGEM DA COLÔNIA POR VÁRIOS ANOS. (REV. GLOBO RURAL, ANO 1 N°4 ANO 1986)	38
FIGURA 4 MAPA DA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES ONDE É POSSÍVEL PERCEBER A DISPOSIÇÃO RETILÍNEA E “RACIONAL” DAS CHÁCARAS PELO TERRITÓRIO DA COLÔNIA.	46
FIGURA 6 - FICHA DE CADASTRO DA APROAC DE 1990 (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO)	56
FIGURA 7 QUADRO DO LIVRO <i>INTRODUÇÃO AO URBANISMO REGIONAL - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA</i> DE LUCÍDIO (BRASIL, 1960 P.33, MARCAÇÕES E SETAS NOSSAS)	59
FIGURA 8 PANFLETO PUBLICITÁRIO DIVULGANDO A “III EXPO VICENTE PIRES” À POPULAÇÃO DE TAGUATINGA, REALIZADA NO ANO DE 1997. A DIVERSIDADE DE PRODUTOS VENDIDOS NA FEIRA RETRATA, UM POUCO, A DIVERSIDADE DE PRODUTOS QUE ERAM PRODUZIDOS EM VICENTE PIRES, COM DESTAQUE PARA ALGUNS, AGROINDUSTRIAIS QUE NECESSITAVAM DE MAIS TECNOLOGIA PARA SUA FABRICAÇÃO COMO LINGUIÇA, BISCOITOS, GELÉIAS, MEL, PRÓPOLIS, IOGURTES ETC. (ARQUIVO PESSOAL DO SR. WALDELEI CASSEMIRO)	73
FIGURA 9 REPRESENTAÇÃO MANUSCRITA DO “CENTRO URBANO” DA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES. ANO DE 1994-1996. COM O PASSAR DO TEMPO E COM O ADENSAMENTO POPULACIONAL A ELITE POLÍTICA LOCAL CONSEGUIU A CONSTRUÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DENTRO DESSE “CENTRO”.	94
FIGURA 10 REVISTA GLOBO RURAL RETRATA A PRÁTICA DE ARRENDAMENTO DE SOLO EM UBERABA – MG. REV. GLOBO RURAL ANO 4 N°43 MAIO 1989	98
FIGURA 11 REPORTAGEM QUE RETRATA OS CONFLITOS ENTRE RURAL E URBANO EM VICENTE PIRES. REVISTA GLOBO RURAL ANO 11 N° 123 JANEIRO DE 1996, PÁGS. 45-48. “ESTRANHOS NO NINHO”	102

LISTA DE SIGLAS (COM RELAÇÕES CRONOLÓGICAS)

CAVP (1980-2000): Colônia Agrícola Vicente Pires

SHVP (2002): Setor Habitacional Vicente Pires

RA XXX (2009): Região Administrativa XXX (30°) – Vicente Pires

APROAC (1980): Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras

ARVIPS (1990): Associação dos Produtores Rurais de Vicente Pires

ARVIPS (1998-2002): Associação de Moradores de Vicente Pires

ARVIPS (2002-2012): Associação Comunitária de Vicente Pires

CLDF: Câmara Legislativa do DF

NOVACAP (1960): Companhia Urbanizadora da Nova Capital

UNB: Universidade de Brasília

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

FAP/DF: Fundação de Apoio à Pesquisa do DF

TOPOCART: Empresa de urbanismo chamada para criar o plano urbanístico de Vicente Pires

ABNT: Associação Brasileira de Normas e Técnicas

NBR: Norma Brasileira Registrada

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de mostrar como se deu a transformação de uma paisagem com *características rurais* para outra com *características urbanas*. O caso empírico à qual nos debruçaremos é Vicente Pires – DF.

Em termos introdutórios, a Colônia Agrícola Vicente Pires foi criada durante a década de 1980 juntamente com a Colônia Agrícola Samambaia. Essas Colônias participaram por vários anos de uma política de governo voltada para a área rural do DF que procurou abastecer de gêneros alimentícios os moradores das várias cidades de Brasília. Entretanto, no final da década de 1990 e início de 2000 suas chácaras e unidades produtivas sofreram um intenso processo de urbanização e essa antiga área de produção rural forma hoje uma mancha urbana que abriga mais de 70 mil moradores. Toda essa extensa mancha urbana é chamada de Vicente Pires e muitos de seus moradores consideram Vicente Pires como uma “cidade”. Nosso intuito é tecer algumas palavras sobre essa transição de *rural* para *urbano* que levantou várias questões em nós.

Como Vicente Pires se tornou uma “cidade” ou porque seus moradores consideram que moram em uma “cidade”? O que é *urbano* e o que é *rural*? O rural do DF é diferente do rural de outras partes do Brasil? O que o termo “cidade” significa no contexto brasiliense? Essas são questões controversas e que não estão pacificadas nas Ciências Sociais brasilienses. Nosso intuito aqui não será o de resolvê-las, mas trazer novos elementos e chaves explicativas sobre o crescimento da mancha urbana do DF.

Nesse começo de trabalho introduziremos o leitor na complexidade do fenômeno urbano chamado “Vicente Pires”. Assim, apresentaremos diferentes “olhares” e “experiências” sobre essa localidade com o objetivo de mostrar que esse fenômeno é plural e que só por meio da pluralidade é que conseguiremos compreender a principal questão desse trabalho: a transformação de uma paisagem *rural* em outra *urbana*.

A “ENTRADA” EM CAMPO

Sou morador de Vicente Pires há mais de 20 anos. Quando iniciei as pesquisas ali pressupus que a maior parte dela já estava feita. Por ser morador, acreditava que sabia a maior parte dos acontecimentos. Achava que sabia a *história* de Vicente Pires. Entretanto, as coisas foram totalmente diferentes.

O meu olhar de *morador* começou a ser modificado pelo olhar de *pesquisador* quando comecei a fazer minhas primeiras entradas em campo no ano de 2008. Na metade de minha graduação percebi que mais cedo ou mais tarde precisaria de um “tema de pesquisa” para me tornar um bacharel em Antropologia. E “Vicente Pires” pareceu-me uma idéia de fácil alcance. Entretanto, o relato antropológico pressupõe que o pesquisador participe de uma *experiência de campo singular*. E minha *experiência de morador* era uma dentre outras tantas experiências possíveis. Mesmo que minha memória estivesse cheia de imagens, gostos e concepções sobre Vicente Pires, de algum modo eram apenas a minha experiência individual e limitada sobre minha casa, rua, amigos e pessoas que estiveram ao meu lado durante esses anos. Como primeiro resultado dessa monografia, constato que *morar e pesquisar*, e gerar um relato sobre essa pesquisa, são duas coisas totalmente distintas. Eu estava muito “perto” e participando de Vicente Pires todos os dias. Como ficar, então, um pouco “distante” e tornar o meu cotidiano *singular*?

Foi necessária a imprescindível ajuda da profa. Cristina Patriota de Moura no meu lento e cansativo processo de *distanciamento e estranhamento*, maturação que resultou nessa monografia de antropologia. Há aqui um (quase) antropólogo apresentando um pequeno estudo sobre o lugar em que mora. E no final desse percurso de pesquisa esse pesquisador acabou se (re)fazendo morador. Sob a orientação da professora, eu e outros colegas participamos do projeto de pesquisa sobre “*Os condomínios Horizontais no DF e a proliferação de áreas residenciais muradas*” (FAP/DF 2007-2010) na condição de bolsistas de iniciação científica. Destaco que foi imprescindível para a boa condução dos trabalhos a bolsa que recebi por dois anos pelo CNPQ e a UnB. Junto com esse grupo de pesquisa dos condomínios pude fazer de Vicente Pires um grande laboratório e ir tendo, aos poucos, várias *experiências de campo*.

Durante o meu trabalho nesse grande projeto sobre os condomínios consegui elaborar dois relatórios de pesquisa, ambos relacionados a Vicente Pires. O primeiro discutiu a *transformação de chácaras em condomínios* e o segundo a *transformação de chácaras e condomínios em cidade* (Relatórios Pro-IC 2010 e 2011), respectivamente apresentados nos 7º e 8º Congressos de Iniciação Científica do DF.

A delimitação do tema central dessa pesquisa está relacionada diretamente com a minha vida pessoal e familiar nessa localidade, o que tornou o processo de “distanciamento” mais difícil ainda. Eu e meus pais seríamos aquelas pessoas que participaram do “antigo” período da produção rural, quando Vicente Pires foi um empreendimento rural gerenciado pelo governo, direcionado para o abastecimento das cidades com bens agrícolas. E desde aí

estamos em Vicente Pires. Com o processo de urbanização, as unidades produtivas foram sendo fracionadas e deram origem a vários condomínios horizontais. Minha entrada em campo em 2008/2009 se deu quando o Governo do Distrito Federal (GDF) contratou a empresa de urbanismo TOPOCART para elaborar e apresentar à população de Vicente Pires o Plano Urbanístico da cidade. Esse Plano e mais o EIA e o RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) são os três instrumentos legais necessários para a criação de uma cidade¹. Sem eles não é possível implantar equipamentos públicos ou instalar as redes de esgoto ou água potável.

Nessa ocasião as pessoas que eram “rurais” teriam que “ceder” parte de suas “chácaras” para a “cidade”. Nesses espaços a serem “cedidos” seriam construídos os equipamentos públicos tão necessitados pelos moradores de Vicente Pires, como escolas, postos de saúde, varas de justiça e órgãos do governo. Foi nesse momento que os rurais se viram “ameaçados” e criaram a ACVP – Associação dos Chacareiros de Vicente Pires. O grupo de chacareiros se reúne desde o ano de 2008 aos sábados no período da tarde na chácara de seu presidente, Sr. Machado, que desde esse ano ocupa o cargo de presidente.

A urbanização de Vicente Pires não foi um processo pleno, *total*. A ACVP representa os rurais que estão em meio à “cidade”, como dizem alguns moradores. Esses rurais, de certo modo, sabem que não estão mais em um período de produção rural e que, querendo ou não, têm que participar da trama urbana. E muitos desses antigos produtores percebem, desde o início de nossa pesquisa, que estão “cercados” por todos os lados pelo *urbano*. Entretanto, a aparente proximidade física entre o rural e o urbano, destacada na foto abaixo, é muito complexa. Na verdade, rural e urbano fazem parte de uma trama que os liga e os fazem se relacionar. Nosso objetivo é descrever um pouco dessa relação e o modo como foi construída.

¹ Para uma melhor definição do que venha ser equipamento público ver Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001; Lei 6766/79; e NBR 9284/1986 da ABNT.



Foto 1 Identificamos três chácaras por diferentes cores (amarelo, azul e rosa). As casas que cercam as chácaras estão localizadas em vários condomínios. (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Casseiro, ano de 2010)

No começo da pesquisa, eu tinha o interesse de estudar e levantar um pouco da história da construção dessa localidade por meio das relações políticas que os primeiros produtores rurais estabeleceram entre si. Período muito instigante e que será retratado em parte no segundo capítulo. Nosso trabalho vai sugerir alguns acontecimentos e processos que ocorreram no período de produção rural que, em alguma medida, ajudaram ou foram os próprios promotores da urbanização de Vicente Pires. Não vamos trabalhar com uma noção de que o urbano ou a “cidade” está dada, mas que foi construída por determinadas pessoas em um período específico.

Em seguida centrei meu olhar sobre a complexa relação entre “rural” e “urbano”, relação que só pode ser entendida quando olhamos para esse “passado rural” de Vicente Pires. Nessa trajetória de pesquisa os meus principais interlocutores foram os chacareiros da ACVP. Meus dias de ir a campo, de encontrar com esses antigos produtores rurais da década de 1980 ocorreram aos sábados no período da tarde, quando essas mulheres e homens se reúnem para discutir esse processo de urbanização que transformou um lugar de *produção rural* em outro de *moradia*, principalmente. Os chacareiros não sabem toda a história. Mas foram testemunhas oculares e partícipes desse processo de urbanização. Qualquer resultado apresentado aqui só foi possível graças a eles.

A URBANIZAÇÃO E SEUS PROBLEMAS

Muitos dos mais de 70 mil moradores de Vicente Pires percebem essa localidade urbana como um lugar que foi construído de maneira muito rápida. Milhares de casas foram construídas quase que da “noite para o dia” nos vários pequenos condomínios horizontais da região.

E há muitos moradores que chamam Vicente Pires de “cidade”. E essa é uma informação muito importante. Como veremos em local apropriado, Vicente Pires está próximo a outras localidades já estabelecidas, perto de “cidades-satélites” maiores e mais velhas. Quando olhamos para essa localidade a partir de um espectro temporal percebemos que sua mancha urbana já fez parte dessas outras “cidades”. Entretanto, a vontade dos moradores e das lideranças processou a transformação de Vicente Pires em “um lugar”, num espaço urbano diferente dos que estão ao redor. De certo modo, isso ajudou a esses moradores perceberem melhor os problemas de Vicente Pires, a olharem para si, para o lugar que moram.

Esses problemas apareceram de variadas maneiras em audiências e eventos públicos acompanhados por nós durante a pesquisa. O interessante é que deputados distritais, lideranças comunitárias e moradores conseguiam constatar os problemas e já enxergar que meios percorrer para solucioná-los.

Mas olhar para o urbano não é uma ação apenas de políticos e moradores. Vários autores acadêmicos também já se interessaram pelo fenômeno urbano “Vicente Pires”. De certo modo, nosso trabalho é um desses, mas aqui focaremos nas práticas sociais das pessoas dessa localidade e relacionadas a ela. Já outros autores se interessaram pelos problemas da estrutura urbana e pelos vários desequilíbrios e problemas ambientais que existem em Vicente Pires. Um deles é Carvalho Júnior (2007), que em sua dissertação de mestrado em Geografia conseguiu constatar que há “problemas” nessa área urbana e, também, enumerar suas “causas”²

“Dentre as várias causas dos processos erosivos na Colônia Agrícola Vicente Pires, existem algumas preponderantes, tais como as empresas que retiram materiais que serão usados na construção civil; impermeabilização do solo, que impede a infiltração das águas no subsolo; o uso indiscriminado de áreas tendenciosas à erosões; e a retirada da cobertura vegetal, que causa o escoamento da água, ao invés de sua infiltração no subsolo.

Assim, na Colônia Agrícola Vicente Pires, uma das principais causas [de desequilíbrio ambiental] é a impermeabilização do solo, devido às construções das casas e a ausência de infra-estrutura básica para escoamento da água da chuva. Tal

² No primeiro trecho o autor mostra as transformações que a Colônia Agrícola sofreu durante a urbanização. Mas no segundo não podemos falar mais em Colônia e sim em Setor Habitacional. Apenas para corrigir o pequeno deslize.

processo também é muito comum em todo o DF. Cabe ressaltar que a impermeabilização do solo impede a recarga do lençol freático existente no subsolo da área.” (Carvalho Júnior, 2007 p.102)

Em sua dissertação em Geografia sobre o processo de urbanização de Vicente Pires, Carvalho Júnior (2007) constata que vários dos problemas dessa localidade são “insustentáveis” ambientalmente devido à maneira como operou essa urbanização. Além do mais, constata que muitos deles são comuns aos de outras cidades do DF, sendo que os problemas ambientais de Vicente Pires afetam, em alguma medida, o equilíbrio do ecossistema regional do DF³. Isso é visível na foto abaixo, num dia típico de dia de chuvas, quando todo o volume deságua no córrego.



Foto 2 Chuva do dia 20 de março de 2012, rua 10. Postada por um morador no sítio www.facebook.com

Também há outra dissertação de mestrado sobre Vicente Pires, mas agora da Arquitetura. Teixeira (2003) apresentou as primeiras evidências consistentes de que a urbanização de Vicente Pires era algo maior, na verdade “*Uma expressão da dinâmica de ocupação do território do Distrito Federal*”. Ela tentou mostrar que a rápida urbanização de Vicente Pires participou do modo como as áreas urbanas no DF são criadas comumente: sem nenhum planejamento racional, que deveria ter sido feito pelos vários governos. E a opinião dessa autora é a mesma de vários outros que pensam a urbanização do DF. Teixeira mostrou em seu trabalho que existiram vários projetos urbanísticos interessantes para Vicente Pires, mas que nenhum foi colocado em prática ou executado pelo governo, falta de cuidado que

³ Não há rede coletora de águas pluviais em Vicente Pires. Por isso, toda chuva acaba alagando as poucas pistas e causando sérios estragos nos pavimentos asfálticos. Essa questão se torna mais importante ainda quando percebemos que toda essa água da chuva vai parar nos córregos Vicente Pires e Samambaia que, por fim, acabam desemborcando no Lago Paranoá. Um dos principais problemas do Lago Paranoá atualmente é a questão de seu assoreamento. De certo modo, a “incorreta urbanização” destacada por Carvalho Júnior (2007) tem sua parcela de “culpa” nesse fato.

vem gerando os problemas mostrados por Carvalho Júnior (2007) e tão bem denunciados pelos moradores nos eventos e audiências públicas.

O decorrer dos anos também fez os principais veículos de comunicação do DF se preocuparem com a urbanização de Vicente Pires. Percebemos que essa área se tornou um dos “focos de atenção” à medida que a urbanização foi se acelerando e a quantidade de moradores aumentando. De certo modo, tanto os pesquisadores citados acima quanto os veículos de comunicação compartilham da mesma concepção de que essa área urbana é uma área *diferente, singular*, de outras áreas urbanas do DF e cujo processo de urbanização aconteceu de maneira rápida e “mal pensada”.

Mas como Vicente Pires veio a se tornar um lugar diferente, com seus próprios problemas urbanos? Para tentar responder a essa pergunta, primeiro devemos olhar não somente para o “presente” ou para o urbano, mas também para o “passado” desse lugar que já teve grande produção agrícola. Quando iniciamos a pesquisa percebemos que havia pouca coisa escrita sobre o período da produção rural em Vicente Pires e sobre as Colônias Agrícolas. Tínhamos apenas os relatos dos chacareiros da ACVP, mas também queríamos complementar o trabalho com material mais “datado”. Nessa ânsia acabamos por perceber que estudar “áreas rurais” no DF é uma tarefa complicada. Brasília já conta com mais de cinquenta anos e durante a nossa pesquisa encontramos apenas pequenas referências indiretas a área rural da capital do Brasil. Parecia que o rural estava apagado da história do DF. Aliás, porque é que o rural de Vicente Pires também não aparece em sua “história”?

Como saída, achamos na Revista Globo Rural um excelente panorama de como está o rural brasileiro. Olhamos onze anos de revista. E interrompemos a leitura desses números quando encontramos uma reportagem feita sobre a produção rural em Vicente Pires no ano de 1996. No final das contas passamos os olhos do nº1, de setembro de 1985, ao nº123, de janeiro de 1996. Constatamos que existe um rural brasileiro que é vivo e presente, panorama muito diferente do que encontramos em nossa pesquisa sobre o rural de Brasília. Percebemos então a necessidade de trazer novos elementos para a percepção desse rural brasiliense a partir de um caso empírico.

Nossa contribuição tem um foco diferente do que foi dado pelos autores da arquitetura e da geografia. Nosso relato antropológico buscou trazer a fala e a experiência das pessoas no processo que culminou na transformação de uma paisagem que era rural em outra urbana, processo permeado por valores, trajetórias e conflitos. Creio que os autores acima trouxeram vários elementos interessantes para pensarmos os problemas urbanos de Vicente Pires. Constatar problemas é importante e procurar soluções para eles também o é. Mas mais

importante ainda é *entender* porque da existência deles e saber como chegaram a acontecer. Isso só é possível a partir de uma visão de conjunto. Devemos não só olhar para o presente, mas também saber que o presente, ou o *urbano*, só se tornou algo *singular e diferente* por que existiu (e existe até hoje em Vicente Pires) um passado, um *rural* que possibilitou essa urbanização.

Além de não adotarmos uma visão fragmentária sobre a urbanização de Vicente Pires, não vamos dizer que os problemas fundiários, ambientais e de ordenamento espacial dessa localidade são oriundos de atos “irracionais” e “desordenados”, como fizeram os autores da geografia e da arquitetura. De fato, essa localidade apresenta uma série de problemas de estrutura urbana e os identificamos em várias audiências públicas. Mas não podemos ligá-los de maneira simples à rápida urbanização dessa localidade promovida pelos moradores, processo que multiplicou exponencialmente o número de pessoas na região em menos de sete ou oito anos. E muito menos podemos comprar o discurso que diz que essa urbanização foi feita de maneira “incorreta”. Esse é um posicionamento político que não é afim à descrição etnográfica de um trabalho acadêmico como o nosso. Se procedermos conforme estamos assinalando, com uma visão de conjunto sobre a história da ocupação dessa localidade, perceberemos que as pessoas que transformaram uma área *rural* em outra *urbana* são, aliás, muito racionais e inteligentes. Foram essas as pessoas que encontramos durante a pesquisa em Vicente Pires.

Como bem ensina Mary Douglas (2010), a “desordem” só pode ser entendida quanto em relação à “ordem”, sendo também impossível fazermos qualquer relação entre “desordem” e “irracionalidade”. Por exemplo, uma pessoa que passe a morar nesse lugar hoje ou então que esteja a passeio e nunca tenha ido lá tenha a impressão da “desordem”, normal quando nos encontramos em um lugar totalmente novo à nós. Mas depois de um tempo tanto a “ordem” ou a “racionalidade” aparecem inscritas em cada uma das casas e construções desse lugar.

Por isso não adotaremos a perspectiva dos autores assinalados, que entendem o planejamento urbano como espécie de “salvação” ou “correção” dos problemas urbanos desse lugar. Essa é uma visão simplista, chave explicativa que está distante da realidade das mais de 70 mil pessoas que moram em Vicente Pires. Urbanizar, ou então criar o urbano, implica em um processo político multiescalar que envolve conflitos, sonhos, anseios, interesses. Esse processo tomou um rumo e não outro, feito a partir das escolhas das pessoas. Vicente Pires poderia ter continuado hoje com uma paisagem rural, mas vários processos, acontecimentos e escolhas ocorreram para a transformação dessa paisagem. Tentemos, então, resgatar um pouco desse processo.

O NOME DE UM LUGAR É CAPAZ DE REVELAR ALGO INTERSSANTE?

Quais são os personagens que aparecem em meio a uma trama urbana? A resposta depende da maneira como olhamos para esse fenômeno. Podemos perceber o urbano como construção coletiva, feito por centenas de pessoas ou personagens *anônimos*. Há os personagens que se destacam em meio a outros pelas suas grandes realizações em prol da coletividade, como as *representações comunitárias*. Há também os que participam da trama urbana procurando extrair o máximo de vantagens possíveis para si, mais *individualistas*. Existem também as figuras que ficaram *imortalizadas*, que não foram apagadas ou esquecidas com o passar dos anos.

O pesquisador que intente olhar para o fenômeno urbano pode ainda adotar vários pontos de vista acadêmicos para entendê-lo. Pode procurar em meio a essa trama as relações políticas que o envolvem, os parentescos que no urbano, ou por meio do urbano, são criados, trajetórias familiares e individuais, estruturas urbanas, representações religiosas etc. Nesse sentido, quais são os principais nomes que aparecem em Vicente Pires? Aliás, o nome dessa localidade diz algo de importante sobre sua “história”? Mas o que vem a ser história? É o mesmo que memória?

O nome da localidade estudada por nós se chama Vicente Pires. Para entendermos porque se chama assim temos que voltar nossos olhos para mais de duzentos anos atrás. O detentor desse nome já foi um homem muito importante no cenário político brasileiro do Brasil Império. O Conselheiro Padre Vicente Pires da Mota iniciou sua carreira jurídica nas cadeiras da Faculdade de Direito de São Paulo quando já era presbítero. Em 1833 recebeu o grau de doutor e pouco depois se tornou lente catedrático de direito civil, seguindo carreira como diretor dessa faculdade. Foi ainda deputado à Assembléia provincial por vários biênios (1834 a 1841, 4 biênios). Seu perfil o ajudou conduzir importantes cargos em diferentes províncias

“Hábil e principalmente rígido e austero administrador, esteve em diversas épocas, de 1834 a 1869, à testa do governo da **província de São Paulo** (por cinco anos) [...]. Administrou igualmente a **província de Pernambuco**, (um ano) [...]; a do **Ceará**, (um ano) [...]; a de **Minas Gerais**, (um ano) [...]; e a de **Santa Catarina**, (um ano) [...]. Foi, em 1850, condecorado com o título de conselheiro. O conselheiro Pires da Motta faleceu no dia 30 de outubro de 1882.” (Sítio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Acesso em 25 de janeiro de 2012, grifos nossos).

Apesar das distâncias e problemas com o transporte, o Conselheiro conseguiu se fazer presente em diversas províncias. Foi durante esse período imperial brasileiro que ele recebeu alguns hectares de terra perto da “Estrada do Urbano”, esta que ligaria a província de São Paulo ao interior do atual Estado de Goiás. É aqui que encontramos a “origem” do nome

Vicente Pires. Dentro de sua Fazenda havia o encontro de “várias águas” que formaram um córrego que ficou sendo conhecido como Vicente Pires.

Poucos moradores conhecem a biografia do Conselheiro e muitos ignoram a relação desse personagem com o nome da área urbana estudada por nós. Aliás, essa pode ser considerada uma das pouquíssimas áreas urbanas do DF que teve seu nome explicitamente derivado de um nome pessoal⁴. Há também outro nome que há várias décadas vem aparecendo quando pensamos sobre essa localidade

“A maior ocupação irregular do Distrito Federal agora tem escritura. Depois de quase três décadas de espera, o 3º Ofício de Registro de Imóveis, em Taguatinga, expediu o documento relativo à área de 1.807 hectares de Vicente Pires. **A gleba pertence à União, mas o governo federal brigava na Justiça há quase 60 anos para ter o domínio real sobre as terras.**

A emissão do documento foi motivo de muita comemoração entre os moradores e os integrantes dos governos local e federal. Somente depois do registro em cartório de toda a área de Vicente Pires será possível emitir a escritura de cada um dos lotes ocupados. Hoje, há cerca de 15 mil terrenos e quase 70 mil moradores na região.

(...)

A antiga colônia agrícola que virou o centro da grilagem no Distrito Federal fazia parte da antiga **Fazenda Brejo ou Torto**. A propriedade pertencia à família de **Eduardo Dutra Vaz**, mas acabou desapropriada à época da criação de Brasília. Vários problemas impediram a efetiva transferência do domínio para o governo federal, já que os herdeiros questionavam os valores pagos pela União como indenização. Assim, a terra nunca passou efetivamente para a propriedade do governo federal e, em 1959, foi aberto um processo judicial na 14ª Vara Federal de Justiça de São Paulo, já que os herdeiros do antigo dono da área viviam naquele estado”. (Notícia veiculada no dia 08/12/2012, Correio Braziliense matéria “Liberada escritura de Vicente Pires após quase 60 anos de disputa judicial”, grifos nossos)

A área urbana estudada por nós nasceu dentro da área da fazenda de Eduardo Dutra Vaz. E não foi o nome deste que vingou e chegou até nós nos dias atuais. Foi o nome do córrego que passava dentro da fazenda que deu o nome ao que conhecemos hoje como Vicente Pires.

⁴ O lugar Vicente Pires deriva de um nome próprio, mas a nomeação desse lugar seguiu o padrão de nomeação dos “lugares” no DF, que é feito por meio de referências a córregos, animais ou aspectos naturais da localidade. Não é usual no DF, como em outros centros urbanos brasileiros, a nomeação por meio de datas importantes, como Avenida Ipiranga em São Paulo, ou atores políticos relevantes. Já existiram lugares no DF com nome de atores políticos relevantes. A “espontaneidade” das invasões e favelas gerou referências a nomes de pessoas ou santos (Vila São José, Vila Dimas, Vila Mathias, Vila do IAPI, Placa da Mercedes, Vila Bernardo Sayão, etc), entretanto a política de remoção de invasões e favelados para lugares distantes do centro de Brasília vem “apagando” esses nomes, prática que fora comum ao longo da história de Brasília tanto em gestões militares quanto civis (Gouvêa, 1991, p.95). Intencionalmente ou não, as remoções apagaram não só o nome das invasões, mas também parte dessas histórias cotidianas. Essa discrepância de forças e imposições de histórias está inscrita no nome da “cidade para invasores”, Ceilândia, que é a derivação da sigla CEI, Companhia de Erradicação de Invasões do DF.

“Eduardo” também não foi um conterrâneo ou uma pessoa que participou ativamente da urbanização de Vicente Pires. Aliás, o conflito entre essas terras e a União é anterior à construção de Brasília. A grande maioria dos moradores não conhece sua biografia ou mesmo sabe de fatos que digam respeito a sua vida pessoal. Mas são nomes que ficaram *imortalizados*, mesmo que não tenha sido objetivo deles, dos moradores ou mesmo dos políticos. Chegaram até nós devido a conflitos fundiários que já duram décadas. Como bem mostrou Holston (1993), é comum no Brasil que em conflitos fundiários que envolvam o domínio da terra perante a justiça apareçam figuras “estranhas” ou “distantes” do contexto atual. O autor mostra que dentre as estratégias das partes conflitantes para vencer está o lançar mão de documentos que contenham um *quantum* máximo de antiguidade, como se o antigo fosse o melhor argumento para decidir o conflito. O ponto interessante que Holston nos mostra é que muitos desses documentos “antigos” passaram por processos de “grilagem” e adulteração no passado, impedindo atestar a sua “legalidade” e, assim, bagunçando as fronteiras entre o “legal” e o “ilegal”⁵.

Diante das grandes possibilidades de pesquisa junto ao fenômeno urbano, percebemos que no caso de Vicente Pires a questão do domínio da terra sempre esteve presente como um “pano de fundo”, questão que foi importante tanto para os antigos produtores rurais quanto para os atuais moradores dessa localidade, presente nos debates políticos desde a criação de Vicente Pires pelo governo do DF no ano de 1986 para a produção rural. Questão que também faz parte da história do DF desde sua construção (Ribeiro, 2008).

Daí que devemos levar em conta essa dimensão da terra. Mesmo como “pano de fundo”, apareceu quando tentamos resgatar um pouco da história dessa localidade junto ao grupo da ACVP. E esse conflito não é só algo que perpassa o passado: está diretamente relacionado ao presente e o futuro das chácaras.

Mas mesmo que a questão da terra seja muito importante no cenário de Vicente Pires, ela não impediu que os produtores rurais gerassem alimentos para as pessoas das diversas cidades do DF. E nem impediu a construção “irregular” ou “ilegal” de casas nos condomínios horizontais. Por isso não devemos ficar apenas centrados na questão do domínio da terra. Personagens *imortais* que não estão presentes na memória das pessoas ficaram registrados ao

⁵ Holston (1993) nos apresentou os aspectos reais e empíricos de como a questão do domínio da terra é tratada hoje no Brasil. Durkheim (1983), escrevendo no início do século XX, já havia mostrado que a idéia do primeiro ocupante, do mais antigo, foi um dos principais pontos que os autores “contratualistas” se debruçaram (Kant, Rousseau). Durkheim acreditava que a singularidade da propriedade, o relativo respeito depositado por todo o corpo social a ela, está no fato de ela estar ligada desde sua “origem” a princípios religiosos que envolvem relações contágio, interditos e tabus. Para ele a propriedade nasceu ligada a religião e, com o passar do tempo, foi perdendo seu caráter explicitamente religioso.

longo do tempo. Mas o que dizer dos outros tantos anônimos que também tiveram a sua parcela de participação na história de Vicente Pires?

UM ANTES E UM DEPOIS: A VALORIZAÇÃO DO RURAL

Há também em Vicente Pires um *olhar* que valora o período *rural* como melhor, antes de o urbano ter começado a predominar. Aliás, nessa época a relação dos produtores rurais com o córrego e a natureza era diferente da relação dos moradores de hoje, cheia de problemas ambientais como bem descreveu Carvalho Júnior (2007) mais acima. Sobre o período rural temos o seguinte

“Essas famílias transferiram-se para essa região, trazendo consigo o sonho da esperança por novos dias, onde os valores se extraíam da certeza da boa convivência com a natureza que seria determinante para o desenvolvimento e crescimento das novas áreas criadas. **Aqui se produzia de tudo:** hortifrutigranjeiro, hortaliças, leite de cabra e bovino, flores, e vários tipos de fruta, como a manga, banana, laranja, mexerica, limão e uva, além de milho e feijão. Mas não é só isso, a região também se destacou pela grande produção de vinho e criação de pombos-correio que, aliás, são conhecidos em vários países da Europa, África e América do Sul. **A riqueza dessa região se dava não só pela fertilidade do solo, mas, também pela abundância de água, escorridas pelos córregos Vicente Pires e Samambaia (...)** (Portal do Cidadão, site das Administrações Regionais RA XXX Vicente Pires, acesso em 25/01/2012, grifos nossos)

Esse *olhar* vê a década de 1980 com certo apreço, lembrando-se da produção rural, da exuberância da vegetação, das águas que brotavam em meio à terra. A passagem acima recria um pouco do sentimento que talvez alguns produtores rurais da região tenham sentido. Fala de 354 chácaras que viveram num clima de “esperança” e basicamente “fundaram” o que conhecemos hoje por Vicente Pires. Esse sentimento de fundação, de criação a partir de um “nada” é quase que um discurso forte e predominante quando falamos em Brasília. Há muitas semelhanças entre o discurso acima e este abaixo que retrata o ano de 1957

“O ar era leve e seco. **Juscelino movia-se pelo capinzal como se visse prédios surgindo do ar.** Seguiu depois para o lugar conhecido como Fazenda Gama, destinado ao núcleo pioneiro. Sentou-se às margens de um rio de águas claras, o **ribeirão Vicente Pires**, conversou com o engenheiro Saturino de Brito sobre questões de abastecimento da cidade e quase foi surpreendido por uma jararaca. O engenheiro revelou-lhe a existência de um projeto de barragem, capaz de represar a água de vários rios para formar um lago artificial de 10 km²” (Bojunga, 2010, p.520, grifos nossos)

Essas passagens ilustram bem as intenções do nosso trabalho. O intuito aqui é o de mostrar não as rupturas e sim as continuidades, ou melhor, que as rupturas são criações intencionais e que elas, muitas vezes, escondem relações entre fatos não aparentes. A passagem do *rural* da Colônia Agrícola Vicente Pires, 1986, ao *urbano* da 30^o Região

Administrativa Vicente Pires, 2012, foi lenta e gradual. Não podemos dizer que o rural é simplesmente o antes, pois ele mesmo faz parte da *composição de um todo*, o atual Vicente Pires e também participa, por meio da ACVP, das discussões políticas relacionadas à sua urbanização. Aliás, quando pensamos em continuidades, também percebemos problemas na total separação entre *rural* e *urbano*, cujas fronteiras são mais tênues do que imaginamos.

CAPÍTULO 1: MODERNIDADES BRASILEIRAS E UMA IDÉIA CHAMADA “BRASÍLIA”

Teceremos agora alguns comentários acerca da “modernidade” de Brasília e de como ela foi construída ao longo do tempo. Para tanto tentaremos perceber Brasília como uma idéia que foi materializada no tempo, mais precisamente na década de 1950. Nosso foco são os valores e símbolos relacionados a essa construção. Qual é a relação da população do DF com essa modernidade “brasiliense” que *persiste* ao longo do tempo? Ela pode ser percebida somente nas estruturas de concreto e aço ou naquilo que é mais visível? Na verdade, está espalhada pelo território do DF, presente nos símbolos relacionados à construção de moradias, na constituição de famílias e indivíduos, nos discursos das camadas médias urbanas, na relação entre o rural e o urbano, no planejamento urbano, em demandas por empregos, na educação etc. Vejamos, então, como foi construída ao longo do tempo.

1.1 Brasília: uma *idéia* dentro de um *campo de possibilidades*

Entendemos Brasília do mesmo modo como Casimiro Neto (2010) quando organizou livro que mostra Brasília a partir do debate legislativo dos últimos 200 anos. Brasília pode ser encarada como uma idéia, e como toda idéia ou discurso, possuiu um núcleo “duro” e outro mais “mole” ou moldável, no sentido de que alguns traços dessa idéia poderiam ser modificados e readequados de acordo com as situações, persistindo ao longo do tempo outros traços que teriam mais “força”. De fato, o que entendemos por Brasília variou ao longo dos séculos: tomou várias formas e concepções ao longo de sua história. Mas antes de percebermos as diversas formas que tomou essa idéia, se faz necessário esclarecer alguns pontos sobre o início do período Republicano brasileiro.

O conceito ou forma *República* moderna, conforme ensina Montesquieu (2002), vem acompanhado de alguns atributos que lhe são inerentes, tais como: nação; povo; *res publica*; língua comum; constituição; poder constituinte etc. No caso de uma República Federativa, os elementos que aparecem são os Estados, cada qual com sua capital, e também uma cidade centro que congregue toda a *união* da federação, a capital desta. E mesmo que tenha tomado várias formas ao longo da história do Brasil ou em outros lugares do mundo, tais elementos sempre são reportados de alguma maneira quando pensamos em *República*.

As idéias republicanas foram muito importantes na história brasileira. A Inconfidência Mineira, que ocorreu no século XVIII, foi um dos primeiros movimentos republicanos brasileiros e acabou por influenciar os posteriores. Dentre esses movimentos, destacamos o

movimento republicano que culminou com a Proclamação da República em 1889, importante momento da história brasileira que acabou por configurar as relações políticas e sociais do Estado brasileiro com seus cidadãos. Foi com os militares da Proclamação que tivemos a construção social, política e intelectual desses atributos que destacamos acima e que configuram ou constituem a forma *República Brasileira*. Durante esse período não foram só criados os símbolos nacionais e os heróis do país, como o Alferes Tiradentes da Inconfidência Mineira.

A instalação da República no Brasil também foi acompanhada de um esforço das pessoas do período, sejam os intelectuais, políticos, pensadores, artistas ou os próprios cidadãos brasileiros, em fundar o *povo brasileiro* ou construir a “civilização” brasileira, procedimento que lembra em muito o processo civilizador descrito por Elias (1994). Nesse sentido, tornar-se republicano implicava tornar-se moderno e deixar para trás um passado português.

É, então, na virada dos séculos XIX e XX que identificamos o efervescente debate sobre a composição étnica, social e cultural do *brasileiro*, questão que posteriormente ficou conhecida como o “mito das três raças”. O “mito” estabelecia que a nova civilização brasileira seria composta pela harmoniosa relação entre o negro africano, o europeu civilizado e o ameríndio. Destacamos o papel de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha nesse debate. Entretanto, atingir a harmonia entre os diferentes brasis era mais complexo do que se imaginava. Por exemplo, mesmo que o negro tenha sido liberto oficialmente no ano de 1888, um ano antes da Proclamação da República, sua *urbanização* e ida para as cidades acabou por transformá-lo em *proletário* ou numa espécie de “escravo moderno” (Bastide, 1971). Assim, mesmo que o negro participasse da formação do povo brasileiro, não estava em pé de igualdade com o resto do *povo*.

Também temos outro grupo étnico que ficou excluído da composição do “povo brasileiro” ou que fora deixado de “lado”. São os imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil em 1890. Os “dekasseguis”⁶ vieram para o Brasil trabalhar nas fazendas de café ou

⁶ Como bem mostrou a tese de doutorado de Inoue (2002), dekassegui é o japonês que migra para o estrangeiro para ganhar dinheiro com o intuito de voltar a sua terra natal. O período da era Meiji, abertura cultural de um Japão que esteve *fechado* ao “exterior” por mais de trezentos anos, se deu no século XIX, quando o Japão sofria diversas pressões para se relacionar com países ocidentais como Inglaterra e EUA. Entretanto a abertura japonesa ao mundo veio acompanhada de intenções expansionistas e imperialistas permeada pela crença divina desses orientais na invencibilidade do imperador. A economia japonesa crescia assustadoramente e os EUA reagiram criando o “perigo amarelo”, espécie de preconceito que se espalhou rapidamente pelo mundo e que não tornou fácil a recepção dos migrantes japoneses pelo mundo. Os migrantes acabaram sendo estigmatizados e muitos se frustraram com a experiência da imigração. Os prometidos ganhos econômicos não permitiram voltar ao Japão com abundância e muitos imigrantes (dekasseguis) fincaram raízes aqui no Brasil se tornando Isseis (japonês migrante), Nisseis (filho do japonês migrante), Sanseis (neto do japonês migrante) etc.

então nas Colônias Agrícolas criadas nas mais diversas regiões do país. Mesmo não tendo lugar na composição étnica do brasileiro a partir do “mito das três raças”, foram inseridos nessa dinâmica de modernização brasileira e ajudaram nesse **esforço dos brasileiros em se tornar modernos**, sendo requisitados para trazer consigo durante a viagem do Japão ao Brasil o domínio de técnicas e métodos agrícolas do antigo povo japonês. Desses imigrantes eram requisitadas inovações com relação ao controle do campo e da natureza e a modernização de um rural rústico (Inoue, 2002).

No plano urbano, essa “modernização a lá brasileira” também trouxe novas dinâmicas e grandes transformações sociais. O contexto da Revolta da Vacina, 1904 no Rio de Janeiro, dá pistas sobre esse republicanismo modernizador. Essa revolta não foi só uma reação popular e geral contra a vacinação obrigatória contra a varíola. O Higienismo provocou uma “higienização das populações” e também uma “higienização ecológica” da cidade do Rio de Janeiro, alterando seu espaço urbano.

Esse mesmo Higienismo também participou do debate sobre a criação de Brasília. Para alguns, “limpar” o Rio de Janeiro seria o bastante para mantê-lo como capital desse novo Brasil Republicano que estava a nascer, ao passo que havia outras correntes políticas que entendiam que a correção das mazelas urbanas do Rio não seriam suficientes para transformá-lo ou adaptá-lo à esse novo Brasil. O status de capital do Brasil deveria ser retirado do Rio de Janeiro

“Engenheiros e médicos, considerando o meio ambiente como fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos, estabeleceram propostas técnicas para o tratamento desses males urbanos. E quando se aplicavam em identificar, de maneira precisa e científica, as causas dos principais problemas, em definir soluções técnicas capazes de garantir um bom funcionamento à cidade, estavam, na verdade, insistindo quanto à necessidade de organizar, de maneira racional e controlada, o conjunto dos elementos urbanos: a “cidade, como manifestação visível do todo social, era recorrentemente concebida como uma máquina, um mecanismo cujas engrenagens deveriam ser dispostas e manipuladas devidamente sob a mesma direção”.” (Valladares, 2005 p. 41, citando Kropf no final)

E muitos desses liberais e militares, muitos médicos e engenheiros, detinham uma concepção do urbano comum

“No início do século, por exemplo, inspiradas no plano Haussmann, de Paris, o governo brasileiro desenvolveu grandes transformações no centro de várias capitais. Tais transformações, denominadas cirurgias urbanas, consistiam em arrasar as partes centrais das cidades, visando à construção de modelos urbanos que, ao mesmo tempo que facilitavam a ação da tropa na dominação dos movimentos populares, provocavam uma rápida valorização do espaço urbano e a conseqüente expulsão da população mais pobre para as periferias. É deste período, inclusive, que se tem notícia das primeiras favelas no Rio de Janeiro, pois a população expulsa da área onde foi construída a avenida Rio Branco se alojou nas periferias mais próximas, na época, os morros cariocas.” (Gouvea, 1991 p. 78)

Essa atitude de reorganizar e de tornar “novos” os antigos centros brasileiros acabou por modificar lógicas e hierarquias urbanas há muito estabelecidas. Demolições de cortiços e pensões aconteceram não só no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo. Essa nova maneira de entender o urbano acabou por “purificar” alguns espaços em detrimento de outros, alterando não somente a paisagem desses centros, mas também suas estruturas e hierarquias sociais, políticas e econômicas (Douglas, 2010; Elias, 1994; Elias & Scotson, 2000; Ribeiro, 2008). Nesse sentido, a participação de engenheiros, médicos e militares na composição dessa primeira república foi importante para o estabelecimento do argumento científico, este começando a aparecer em cena associado ao higiênico e saudável, num movimento que levou a ciência a figurar no cenário brasileiro como linha mestra da reorganização e *modernização* de várias cidades.

Brasília, nesse contexto de virada de século XIX e XX, enquanto idéia, vontade ou mito, vinha participando já há algum tempo do *campo de possibilidades* do cenário político e do imaginário social dos brasileiros (Schutz, 1979). E enquanto idéia ou *possibilidade*, acabou variando em suas formas e concepções ao longo dos séculos, cujos elementos constitutivos não nasceram da noite para o dia: são reflexos tanto do jogo político quanto das concepções que pouco a pouco foram sendo depositadas junto a essa idéia.

Nesse sentido, destacamos os eventos que acabaram transformando Brasília de mera *possibilidade* em algo mais *concreto*, ou melhor, que reduziram o *campo de possibilidades* sobre Brasília e lhe insculpiram um “núcleo duro”. Destaquemos então a importância das comissões expedicionárias lançadas no final do século XIX. Elas foram propostas lançadas para encontrar a “melhor” localidade para a construção de Brasília. Mas afinal de contas, como escolher o “melhor” lugar para a construção da futura capital ou então estabelecer critérios para essa escolha? ⁷

A primeira comissão aconteceu em 1877 na solitária viagem do Visconde de Porto Seguro, que desde 1839 mostrava seu grande interesse na questão. Após a expedição, escreveu um livreto intitulado *A questão da capital: marítima ou no interior?* (Casimiro Neto, 2010). O interessante é que foi essa expedição, realizada pela vontade de um funcionário do

⁷ Cremos que as comissões são uma das várias tentativas que ocorreram para a materialização de Brasília. De fato existiram outras. Nosso intuito aqui é o de apresentar alguns desses fortes valores relacionados à Brasília de hoje. Escolhemos o caminho das comissões. Poderíamos ter escolhido outro, como assim fez Casimiro Neto (2010) com o debate legislativo sobre Brasília, debate que, aliás, foi importantíssimo para a redução do *campo de possibilidades* de Brasília (Schutz, 1979). A questão das comissões é interessante ainda no seguinte sentido. Com exceção da primeira comissão, 1877, todas as outras foram dirigidas por militares, grupo *estabelecido* (Elias e Scotson, 2000) que participou desde o final do século XIX da concepção da futura capital e de sua total implementação após o golpe de 1964.

governo com interesses “particulares”, que acabou por delimitar a região na qual Brasília está hoje construída. E as motivações do Visconde são diferentes das que orientaram as outras expedições, mesmo que todas elas tenham ido visitar o mesmo lugar escolhido em 1877. Os principais argumentos elencados pelo Visconde para a transferência da capital eram de geografia política, relacionados não só à tão declarada vulnerabilidade da portuária e litorânea da cidade do Rio de Janeiro. O Visconde e outros intelectuais da época tinham o objetivo de também fortalecer o Império brasileiro.

A primeira expedição foi feita por uma pessoa que tinha o intuito de contribuir com novos argumentos ao debate legislativo que envolvia a escolha do local da futura capital (Casimiro Neto, 2010). Com a Proclamação da República em 1889, não só as motivações relacionadas à construção de Brasília foram alteradas, mas também houve aí o estabelecimento de outro grupo na direção do Brasil, formado por engenheiros, médicos e militares. O mesmo positivismo que influenciou a proclamação da República, que insculpiu em nossa Bandeira o lema *Ordem e Progresso* e que também alterou o antigo sistema político imperial, também foi o mesmo que ajudou na concepção *racional* da nova capital. Foi nesse período que tivemos uma alteração significativa da idéia existente sobre Brasília. Conseguiu-se ai dar-lhe um “núcleo duro” que desde a Inconfidência não existia

“Grosso modo, podemos classificar os republicanos do início da República em dois grandes grupos: os positivistas – preponderantemente militares – e os liberais – majoritariamente civis. **Os mais ardorosos defensores da transferência da capital estavam junto dos positivistas. Os liberais defenderam, ao longo da história, o saneamento e o embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.** Embora a proclamação da República tenha sido um evento eminentemente militar, o Governo Provisório contou com membros positivistas e liberais, irmanados na instalação de um novo regime.” (Casimiro Neto, 2010 p. 51, grifos nossos)

A expedição do Visconde de Porto Seguro acabou por reduzir o *campo de possibilidades* que envolvia a escolha do lugar para a construção da capital (Schutz, 1979). E a expedição Cruels, realizada em 1892, já no período republicano, foi uma releitura da idéia Brasília a partir de valores científicos, inserindo no debate sobre Brasília novos argumentos, argumentos *racionais*. A segunda expedição não foi “individual”, não foi feita por um historiador e diplomata e não gerou um livreto de 32 páginas intitulado *A questão da capital: marítima ou no interior*.

A segunda expedição, na verdade, foi proposta pelos positivistas que queriam a transferência da capital do Brasil do Rio. Foi liderada por um Astrônomo e teve a participação de diversos cientistas: um médico, um geólogo, um botânico, um farmacêutico e um engenheiro militar. Ela simbolizou o peso da ciência na escolha não só do lugar da futura capital, mas também na sua concepção ecológica. Aliás, isso é visível no preparo e esmero

dessa segunda expedição. Diferentemente do Visconde, que fizera uma viagem quase que solitária, a viagem desses cientistas fora totalmente diferente: acompanhou-os um destacamento militar e levaram consigo mais de 10 toneladas em mantimentos e equipamentos, meios físicos tão necessários para uma *boa e correta avaliação* da localidade da futura capital. Diferentemente do historiador e diplomata do Brasil Império, que procurou o melhor sítio de acordo com uma leitura da geografia do Brasil, a comissão Cruls do Brasil República levantou a topografia, hidrografia, as fontes de energia, o clima, as características do solo e a fauna e a flora. Não gerou um livreto, mas sim um relatório que fora organizado em atlas com 365 páginas (Casimiro Neto, 2010 p.140-146). Essa comissão acabou, então, por modificar o debate sobre a questão da capital. Tornaram-na uma questão de ciência, racional. Brasília deixava aí de ser apenas uma questão de geografia política e de fortalecimento do Império. Com esses novos argumentos os dias do Rio de Janeiro como capital ficavam abalados.

É como se as pessoas envolvidas nessa expedição estivessem colocando a ciência como árbitro entre as diferentes concepções relacionadas à idéia sobre Brasília, afastando-a de sua esfera política. Deram à ciência um especial destaque quando provocaram uma espécie de separação entre política e ciência (Weber, 1982) e começaram aí a destacar os ideais científicos e de neutralidade do conhecimento como os melhores critérios para a escolha da futura capital, que também envolvia, de alguma maneira, a construção do *povo* ou *nação* brasileira. Construir a capital no centro de Goiás não era mais uma escolha política, se tornara mais que isso, era uma escolha *racional*. Ainda sobre algumas das concepções destes que fizeram parte da primeira governança republicana

“Eles acreditavam, especialmente os engenheiros, que para resolver os problemas de uma cidade era preciso uma administração competente, inacessível às injunções políticas e baseada no princípio da submissão da política à técnica, “descompromissados com interesses pessoais ou partidários, e moralmente voltados para a defesa do bem comum da nação”.” (Valladares, 2005 p. 40 citando Kropf)

Essa separação acabou por inserir dentro da idéia Brasília uma noção muito importante, a idéia de *planejamento*. Por exemplo, os expedicionários da Comissão Cruls pressupunham que poderiam planejar e “controlar” até mesmo a ecologia da futura capital, seus recursos naturais e hídricos da futura capital, concepção fiel aos preceitos científicos do final do século XIX que percebia ciência, ou *humanidade*, e *natureza* como duas coisas totalmente distintas. **É nesse período que Brasília começa a ser encarada a partir de um prisma racional-funcionalista: aos poucos, além do clima, solo e seu abastecimento a**

organização social, política e econômica dessa futura cidade também poderiam ser planejados, escolhidos e determinados.

Mas quais as implicações da instalação da forma republicana no Brasil e o crescimento de idéias positivistas entre intelectuais e políticos brasileiros? Podemos perceber outros exemplos?

Os mineiros, no final do século XIX perceberam sua entrada na *modernidade* brasileira de maneira diferente. Acreditavam que Ouro Preto, pela sua localização íngreme, traçado e histórico colonial não serviria para ser a capital do Estado de Minas Gerais, “província” que adquiriu o status de “Estado” com a Proclamação da República. A capital desse novo Estado foi pensada e idealizada para ser seu centro industrial, concepção esta que já não foi uma *possibilidade* relacionada ao discurso sobre Brasília à época. Os mineiros, ao invés de “consertar” sua antiga capital, preferiram construir uma *nova*, que racionalmente fora pensada para **funcionar** como ponto estratégico, ponto de equilíbrio entre as diversas facções políticas desse Estado, tornando-se o seu centro político, administrativo e industrial (Prefeitura de Belo Horizonte, 2012). Desde 17 de dezembro de 1893, a constituição mineira apresentava artigo que tratava da construção da “Cidade de Minas”, a capital do Estado em Belo Horizonte, no antigo “Curral del Rey”.

Belo Horizonte foi a primeira obra do planejamento urbano brasileiro no século XX. Seu projeto, na época o mais “moderno”, embasado nos traços de Paris e Washington, apresenta, inclusive, muitos desses elementos *modernos* que foram reproduzidos na construção da capital do Brasil, Brasília, em 1957-60. Por exemplo, Belo Horizonte foi planejada para ter um cinturão verde, espécie de zona rural com cinco Colônias Agrícolas para o abastecimento dessa capital. Também continha uma espécie de estrada que circundava toda a cidade nas suas extremidades, a “estrada contorno”, que também foi materializada em Brasília.

Assim, esse tornar-se moderno do início da República, se o observarmos a partir do plano urbano, não foi apenas uma atitude relacionada à construção de Brasília. *Goiânia* também foi uma *modernidade possível* (Gonçalves, 2003), acompanhando essas modificações urbanas que ocorreram no Rio e em Minas Gerais.

Enquanto não aconteceu a materialização definitiva de Brasília em 1957, as outras expedições, então, ajudaram na “atualização” dessa idéia, trazendo-lhe novos elementos. Por exemplo, no ano de 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra encomendou outra expedição militar/científica, Comissão Poli Coelho, para escolher a melhor localização para a futura

capital, comissão que acabou confirmando a mesma localidade das expedições de 1877 e 1892.

Poucos anos depois, no governo Vargas, 1953, foi lançada outra comissão, chefiada pelo general Agnaldo Caiado de Castro. Com a morte de Vargas o comando da comissão foi passado à chefia do marechal José Pessoa no ano de 1955. Essa última comissão providenciou a varredura aerofotográfica do quadrilátero do DF e escolheu o melhor sítio com relevo mais adequado para a construção. Terminaram aí de relacionar à Brasília a noção de “**plano-piloto**”, tornando a futura cidade uma “estratégia” ou o “piloto” norteador de outras estratégias. Logo depois de os militares terminarem o projeto básico da cidade Juscelino ganhava as eleições presidenciais em 1955 (Casimiro Neto, 2010 p. 68 e 69).

Enquanto idéia, Brasília já vinha sendo pensada há vários séculos. Mas foram nas últimas décadas antes de sua construção que alguns de seus traços tomaram uma forma mais forte. Por exemplo, foi em 1930 com Vargas que Brasília começou a carregar o standard desenvolvimentista que foi tão bem trabalhado por Juscelino durante as eleições para presidente em 1955.

Finalizando esta primeira parte, vimos que não houve “materialização” de modernidade somente no caso de Brasília. Esse tornar-se *moderno* da virada dos séculos XIX para o XX envolveu participar do rol de países republicanos, criar um *povo*, uma nação, estados, capitais. No plano urbano, a idéia do planejamento de cidades ou a alteração de suas lógicas e hierarquias pode ser percebida desde esse período. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás participaram desses primeiros experimentos de tornar as cidades brasileiras *modernas*, existindo ainda exemplos posteriores como os do Estado do Acre com sua capital Rio Branco, Paraná e sua Porto Alegre ou mesmo Tocantins com a “planejada” Palmas. A partir da atuação das comissões destacamos três importantes pontos: o planejamento racional-funcionalista da ecologia urbana da futura capital, Brasília como um plano-piloto e a associação desta, já durante as décadas de 1930 a 1950, com o desenvolvimentismo. Esses valores *modernos* são importantes, para o nosso estudo, porque ainda hoje são sentidos na Brasília já materializada e que já conta com mais de cinquenta anos de existência como cidade. Nossa intenção, daqui em diante, será a de perceber que esses valores modernos não estão somente inscritos no urbano da capital, mas também em seu *rural-moderno*. E mais ainda, que a materialização de uma cidade não acontece somente no dia em que termina sua construção. Na verdade, isso é feito todos os dias, a todo momento.

1.2 Brasília, de *idéia* à *ideologia*

Um dos principais referenciais quando se fala sobre a construção de Brasília é *O Capital da Esperança* de Gustavo Lins Ribeiro (2008), edição em livro de sua dissertação de mestrado realizada no final da década de 1970. É um dos pouquíssimos autores que tratou a construção de Brasília a partir da ótica daqueles que de fato a construíram: os mais de cem mil operários. Como bem mostrou, para a construção da capital em 3 anos e 10 meses, início em 1957 e inauguração em 21 de abril de 1960, foi necessário um poderosíssimo aparato ideológico que permitisse ao governo construir não só uma cidade, mas um “verdadeiro monumento do século XX” em tempo recorde. Brasília foi a materialização da ideologia desenvolvimentista, cheia de elementos modernos.

A meta 31 – a construção de “Brasília” foi *formalmente* incorporada ao programa de 30 metas do candidato a presidente Juscelino Kubitschek (JK) em um comício na cidade de Jataí no Estado de Goiás. De acordo com um premiado biógrafo de JK, que o chamou de *O artista do impossível* (Bojunga, 2010), idéias desenvolvimentistas já faziam parte de outras gestões de JK quando prefeito de Belo Horizonte ou governador de Minas Gerais. Ainda no Rio de Janeiro, quando a Câmara dos Deputados ainda estava no Palácio Tiradentes, JK fez parte do grupo de parlamentares mineiros que lutou contra os goianos pela construção da capital em Minas Gerais. Na verdade o histórico comício, na qual o candidato a presidente foi questionado por um popular sobre o cumprimento da constituição sobre o ponto que versava sobre a construção da capital no Planalto Central, foi muito mais que uma simples causalidade histórica acidental. Na verdade foi uma importante possibilidade político-publicitária de JK de associar a construção de um novo Brasil com o povo brasileiro. A “meta-síntese Brasília” era como que um aparato que resumia as intenções políticas de Juscelino e seus aliados para o Brasil, o famoso programa de desenvolvimento de “50 anos em 5”. E essa associação entre Brasília e desenvolvimento ajudou-o a vencer as eleições presidenciais de 1955.

JK percebera que a construção de Brasília poder-lhe-ia gerar dividendos positivos para o retorno à presidência em 1965. Daí o seu grande interesse nessa obra, ocasião na qual JK chegou a voar mais de 200 vezes do Rio para os canteiros da grande obra no Goiás em menos de três anos. Entretanto, o golpe militar de 1964 interrompeu o plano da grande maioria dos políticos brasileiros, inclusive JK.

Quando assumiu a cadeira de presidente, o maior desafio de JK foi, na verdade, fazer com que o Congresso Nacional aprovasse a construção de Brasília e a criação da Novacap⁸.

⁸ Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Seus adversários da UDN acreditavam que essa empreitada no meio do nada era o prenúncio da sepultura de JK que ele mesmo iria cavar. Brasília não daria certo e JK não conseguiria construí-la. Mesmo com uma relutância que durou quase 8 meses, os parlamentares do Palácio Tiradentes aprovaram o projeto de lei de criação da Novacap. As dificuldades que JK enfrentou quando assumiu a presidência não se relacionavam somente ao início ou não da construção, da materialização do “mito” Brasília. Eram mais gerais e complexas. Pouco antes de JK assumir o poder houve uma tentativa de golpe militar em 1955, metade de século que fora marcada por instabilidades políticas, sendo muito difícil chegar a um consenso entre as diferentes posições. Pouco depois de JK terminar seu governo houve a imposição de uma nova ordem social pelos militares em 1964. Entretanto, mesmo diante de inúmeras dificuldades, houve um *artista do impossível* chamado JK que conseguiu transformar o Brasil durante o seu governo (Bojunga, 2010). Mas quais foram os meios utilizados por esse presidente para tornar o “impossível” em “realidade”?

O referido presidente foi um importante ator para a construção de Brasília, mas não podemos ficar centrados apenas nos feitos e realizações dessa figura. Um de seus principais méritos, considerado por muitos analistas como o principal, foi ter conseguido materializar no tempo uma “idéia”, a construção de Brasília, que fora gestada ao longo dos últimos séculos utilizando-se de uma *ideologia desenvolvimentista*.

Brasília nasceu da ideologia desenvolvimentista. E também se tornou um pólo irradiador desse desenvolvimento. É Martins (2009) quem nos esclarece sobre esse assunto, quando mostra que esse desenvolvimentismo não foi inaugurado por JK, mas está inscrito na história do Brasil, em outros tantos momentos⁹. A pesquisa deste autor durou quase 30 anos e relata como *o capital* foi sendo interiorizado no Brasil, muitas vezes utilizando-se de instrumentos antigos de “acumulação” capitalista como a escravidão por dívida entre outros. Nos encontros entre *o capital* (progresso/civilização) e as populações indígenas ou camponesas nas “frentes pioneiras” surge o que chama de *situação de fronteira*, categoria

⁹ Preferimos a abordagem sociológica de Martins (2009) sobre a expansão do capital nas frentes pioneiras, locais em que são colocados em contato não só alteridades diferentes, mas a *fronteira entre o humano e o não-humano, a existência e a não-existência, natureza e civilização*. As outras abordagens sobre o assunto tendem ou a contar a história dos vencedores ou então descrever apenas o processo econômico que envolve as frentes de expansão do capitalismo. Estas são abordagens mais “estáticas” e “distantes” da realidade e são comumente feitas pela Geografia Humana e Econômica. Utilizam comumente as interpretações marxistas de Lefebvre e tendem a perceber o “capital” quase como um fato social durkheimiano ou espécie de coisa que determina o todo da vida social. Essa é a nossa impressão depois da leitura da coletânea de artigos *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural* (Sposito & Whitacker, 2010). Reconhecemos a importância das contribuições de Marx, mas cremos que seus seguidores não fornecem a única fonte de explicação para a conceituação do que seja *urbano* ou delimitação das relações entre *cidade e campo* ou *urbano e rural*. O que não impede que os teóricos marxistas nos forneçam ótimas pistas sobre a relação entre *modernidade e desenvolvimento econômico* ou mesmo o papel da ideologia nesse processo (Ribeiro, 2008).

sociológica reveladora dessas situações em que o **rapto do outro**¹⁰ (150 casos registrados durante a pesquisa), a **escravidão**, o direito a **propriedade da terra**, que mobiliza elementos que remontam à época do **Brasil império**, ou mesmo a vida cotidiana, que é atravessada num único dia por diferentes **temporalidades da história** (Martins, 2009 p. 28), aparecem como símbolos desse modo de acumulação *capitalista antigo*

“(...) Trata-se, pois, de uma situação de conflito por meio da qual **a totalidade se propõe como referencial** que dá sentido não só aos raptos em si mesmos, mas àquilo que eles sugerem e revelam como expressões das modalidades de encontro no desencontro que a fronteira propõe”. (Martins, 2009 p. 33, grifos nossos)

E nessas situações de conflito na fronteira o discurso sobre a história que fica é sempre o do “vencedor”. Um bom exemplo desse movimento “civilizador” do Planalto Central que há bastante tempo vem vencendo na interiorização do moderno pelos interiores do Brasil está em Vargas. Abaixo, discurso de 1940 realizado por ele na recém inaugurada capital do Estado de “Goiáz”, a moderna e planejada Goiânia

“do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizatória para as planícies do Oeste do Nordeste” (Casimiro Neto, 2010 p. 64)

E não precisamos fazer grandes análises para perceber a semelhança entre o discurso de Vargas de 1940 e a imagem de JK de 1957 na região da construção da capital

“O ar era leve e seco. Juscelino movia-se pelo capinzal como se visse **prédios surgindo do ar**. Seguiu depois para o lugar conhecido como Fazenda Gama, destinado ao **núcleo pioneiro**. Sentou-se às margens de um rio de águas claras, o ribeirão Vicente Pires, conversou com o engenheiro Saturino de Brito sobre questões de abastecimento da cidade e quase foi surpreendido por uma jararaca. O engenheiro revelou-lhe a existência de um projeto de barragem, capaz de represar a água de vários rios para formar um lago artificial de 10 km²”. (Bojunga, 2010, p.520, grifos nossos)

As estruturas de arame e concreto de Brasília não são apenas a matéria da *Esperança* de todo um povo por um Brasil melhor ou mesmo a realização de um presidente e um grupo de arquitetos. Está além da democracia, desenvolvimento econômico ou mesmo atingir a igualdade social. Brasília também é expressão de dominação, bandeirantismo e expansão territorial do capital a lugares do país que ainda não participavam dessa lógica com tamanha intensidade (Ribeiro, 2008). Foi pólo irradiador de “desenvolvimento”: o surgimento de

¹⁰ Na ocasião da pesquisa o autor registrou 150 situações de “captura do outro”, com concentração no século XX, mas com registros históricos existentes desde o século XVI. A captura é uma situação que revela as “intenções” de quem está capturando, seja o branco ou o indígena. Mostra que para alguns povos indígenas brasileiros a captura é uma situação “normal”, na qual o outro capturado é inserido numa determinada cultura, seja por meio do casamento ou adoção de crianças. O interessante é que o branco também captura *outros*, indígenas. Os dados coletados apontam vários casos. Mas raramente “captura” quando está fazendo uma “limpeza”, desbravando terras, marchando para o Oeste ou então praticando o bandeirantismo como foi observado com a ação dos bugreiros, caçadores de “bugres”, em Santa Catarina ou então com os índios Kaingangs no noroeste paulista. (Martins, 2009 p. 29)

“prédios em meio ao capinzal” ou a descida da “onda civilizatória que vem do sul”. Brasília foi a fronteira na qual o cotidiano dos trabalhadores do sul, do norte, do nordeste, do centro-oeste foi recortado por milhares de temporalidades, junção em um único espaço dos tempos atrasados de todos os estados. Tempos outros, *tempos passados*, recortados por uma temporalidade que se impôs com grande força, *tempo novo*, *tempo moderno*.

Foi por meio, então, do *tempo Brasília* ou o *ritmo de trabalho Brasília* que Juscelino conseguiu gerir pessoalmente a enorme obra que envolveu mais de cem mil trabalhadores. Suas mais de duzentas viagens de avião à Brasília ajudaram na manutenção e na consistência desse aparato ideológico. Além de um *novo tempo*, o *ritmo de trabalho Brasília* também simbolizou a exploração econômica e biológica de centenas de milhares de trabalhadores. Os canteiros de obras matavam diariamente 20 a 30 operários e as jornadas de trabalho duravam de 14 a 20 horas por dia. Aliás, houve ainda alguns massacres a operários, como o da Pacheco Fernandes, que foi ocultado pela Guarda Especial de Brasília, órgão designado inicialmente para proteger o patrimônio da NOVACAP e que tomou poderes de polícia (Ribeiro, 2008).

Valendo-se de seu trabalho com o caso de Brasília, Ribeiro conseguiu desenvolver uma espécie de “sociologia dos grandes projetos” (Ribeiro, 1991). Essa sociologia aponta para a possibilidade de percebermos os grandes empreendimentos de engenharia como enormes instituições totais goffianas¹¹ que tomam conta *do todo* da vida de milhares de trabalhadores, cuja maioria são homens solteiros e jovens.

Essa sociologia dos grandes projetos é muito importante para o nosso caso. Ela sugere que tais espaços de construção estão permeados por relações de poder. Nesse sentido, fazemos uma leitura das idéias de Ribeiro a partir de Elias e Scotson (2000) utilizando os conceitos de estabelecidos e outsiders e a microsociologia do poder que permeia tais.

Nesse sentido, Elias e Scotson destacam a importância dos instrumentos de poder para a manutenção de um *status quo*. É muito possível, como diz os autores, acontecer que alguns grupos, durante o seu estabelecer-se com superior, utilize os mais variados instrumentos simbólicos para promover a hierarquização dos mais diferentes grupos.

No caso da construção de Brasília, Ribeiro destaca a existência de um importante instrumento de poder que permitiu e facilitou a dominação e *regramento total* da vida dos trabalhadores. Criou-se uma espécie de “indefinição jurídica” no todo do território da obra (Ribeiro, 1991 e 2008), o que permitiu maior liberdade de ação a ideologia desenvolvimentista, como se as regras de justiça comuns a todos os cidadãos brasileiros

¹¹ Ribeiro usa a noção de instituições totais de Erving Goffman (Ribeiro apud Goffman (1974), 1991, p.46).

tivesse sido suspensa e durante a construção sendo criado outro senso de justiça mais afim e operacional aos interesses da ideologia desenvolvimentista.

Destaquemos que a “indefinição jurídica” não foi somente um acontecimento necessário para a construção de Brasília na década de 1960. É uma política de governo que vem perdurando nesses mais de cinquenta anos de Brasília. Trabalharemos mais a frente com essa questão analisando os problemas fundiários de Vicente Pires, mostrando que a indefinição sobre o futuro das chácaras e dos chacareiros é intencional, de fato um instrumento de poder que foi utilizado para a urbanização desse lugar e sua transformação em área urbana. No caso de Brasília, durante o *ritual* de construção, a transformação de uma área “sem nada” em “capital do país” provocou a transferência da grande maioria das terras do DF para os entes governamentais (União e GDF). Assim, entendemos a “indefinição” como uma situação intencional que atende a determinados fins, um instrumento de poder que pode ser operacionalizado.

Podemos ainda fazer outra comparação e mostrar as semelhanças entre a *totalidade* dos grandes projetos, que subjuga o cotidiano de seus trabalhadores (Ribeiro, 1991 e 2008) e a *totalidade* que é imposta no ambiente da *situação de fronteira* (Martins, 2009). Este mostra que durante o contato entre diferentes alteridades o problema da “indefinição jurídica” ou a “falta de definição” intencional também se apresenta nas frentes de expansão pioneira. Assim, não é à toa que o direito de propriedade, que separa *posse e domínio*¹², e outros direitos fiquem quase que suspensos permitindo a expulsão de populações inteiras para outros lugares ou mesmo a existência do trabalho escravo por meio de dívidas não pagáveis.

Como bem mostrou Martins (2009), é quase uma constante na história do Brasil esse tipo de expansão do capital, num processo que saiu do litoral para o interior, do sul para o norte. É nesse processo que a propriedade privada vem para suprimir e alterar terras utilizadas por camponeses de maneira *comunal*, como aconteceu nos conflitos entre a propriedade

¹² Vários são os autores que percebem o ano de 1850, criação da Lei de Terras, como o que modificou profundamente a questão da terra no Brasil. Martins mostra que essa lei foi a tentativa de agregar no direito de propriedade a posse e o domínio sendo que “o vocabulário e o imaginário monárquicos, ainda tão fortes nas frentes de expansão, não são devidos unicamente a arcaísmos religiosos, mas também a uma concepção de direito muito próxima dos pobres: a dos direitos (de uso) gerados pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro” (Martins 2009, p. 153). No mesmo sentido, para Woortmann essa lei instituiu a propriedade privada mercantil e intensificou as disputas pela terra: “sitiantes eram posseiros e não *proprietários*, termo reservado aos *fortes*, os antigos criadores e os atuais pecuaristas. Para os sitiantes, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivam do trabalho. Era a *terra de trabalho*, expressão que encerra um conjunto de significados morais.” (Woortman, 1997 p.19). Também há as contribuições de Holston (1993) sobre os processos de “legalização” de terras “ilegais” na história do Brasil.

privada e as *soltas* (Sergipe), *largas* (Brasil Central) ou as *faxinais* (Sul) (Woortmann, 1997 p. 23).

Assim, pelo que já foi dito, entendemos alguns importantes passos para a criação de Brasília: primeiro houve a criação de uma *situação de fronteira* no Planalto Central por meio da “indefinição jurídica” e depois, durante a construção, o poder público e privado se comportaram como “instituições totais”, regulando a quase totalidade do cotidiano dos trabalhadores.

Ribeiro (2008) nos fornece, então, a noção de que a *construção* da cidade foi, na verdade, precedida de uma construção ideológica que implicou na “passagem” ou “ritual” em que o Brasil saiu de uma situação “atrasada” para entrar na “modernidade”. Não foi somente uma cidade que foi criada, mas os valores envolvidos nessa construção continuaram ao longo do tempo.

É nesse sentido que finalizamos esse capítulo com a primorosa contribuição de Patriota de Moura (2011, p.63), quando percebeu a Brasília desses mais de cinquenta anos de existência, a Brasília de hoje e de agora, como uma categoria *simbolicamente englobante*. É uma cidade que engloba e que apresenta a cada novo morador e membro das gerações elementos, valores e símbolos dessa modernidade que fora construída ao longo dos séculos e que fora materializada em 1957-60. Brasília é englobante porque faz seus habitantes se relacionar com essa modernidade, mas numa relação que é ilimitada. É nesse sentido que essa cidade engloba os brasilienses com seus valores modernos, apresentando a eles um *campo de possibilidades* de experiências urbanas *brasilienses*

"Essa é, obviamente, a razão principal por que, para Max Weber, a existência do casamento, ou do Estado, não significa mais que a mera *chance* (possibilidade) de as pessoas agirem ou virem a agir de uma forma específica – ou, na terminologia que usa em seu texto, de acordo com o quadro geral de tipificações e relevâncias aceitas sem questionamento pelo meio sócio-cultural em questão. Tal quadro geral é vivenciado pelos membros individuais como de institucionalizações a serem interiorizadas, e o indivíduo tem de definir a sua situação pessoal única usando o padrão institucionalizado para a realização de seus interesses pessoais particulares." (Schutz 1979, p.84)

Vejamos então como o rural do DF se relacionou com essa Brasília moderna e englobante.

CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO RURAL EM UM SOLO “MODERNO”: O SOLO BRASILIENSE TIDO COMO POBRE EM NUTRIENTES, RÚSTICO E DE DIFÍCIL LIDA

Vicente Pires “nasceu” como rural na década de 1980, quando Brasília já contava com mais de duas décadas de vida. Mas que rural é esse que estamos a falar? Quais foram suas características e pessoas? O rural do passado é diferente do rural de hoje ou o rural brasiliense é diferente de outros rurais brasileiros?

1.1 Os problemas de casamento entre rural e urbano e a sua reconciliação

A maior dificuldade dessa pesquisa não foi entender o rural, pesquisá-lo ou mesmo acompanhar um grupo político da área rural, como a Associação dos Chacareiros de Vicente Pires. Na verdade o maior limitador foi a construção de um plano teórico que pudesse nos esclarecer sobre as *diversas relações possíveis entre o rural e o urbano*. O início da pesquisa ficou cheio de perguntas como: o rural é diferente do urbano, em que medida? Quais são as suas semelhanças? Podemos falar que são duas essências totalmente diferentes? Mesmo com a nossa procura, não encontramos nenhuma teoria que nos fornecesse uma explicação consistente sobre a relação dos chacareiros de Vicente Pires com o urbano. De certo modo essa dificuldade foi boa para o andamento da pesquisa. A construção teórica não foi um pressuposto da pesquisa, mas foi sendo criada ao longo dela, principalmente durante a escrita desse trabalho.

Quando iniciamos a pesquisa sobre Vicente Pires no ano de 2008, fizemos a partir de leituras relacionadas ao grande tema da Antropologia Urbana cujos principais autores foram muito importantes para entender o processo de urbanização em questão e para o entendimento do que caracterizaria uma *urbe*, seus *urbanitas* ou mesmo seus cidadãos. Permitiram-nos comparar urbanizações brasilienses com outros processos históricos que também ocorreram em outras partes do Brasil e nos ajudaram a perceber que Brasília é uma localidade “singular”, mas também “igual” a outras cidades brasileiras (Holston, 2011).

Mas como perceber a transformação de uma *colônia agrícola* em um *setor habitacional* e sua gradual passagem para uma *região administrativa* ou *cidade*? Mais que termos classificatórios utilizados pelos moradores da localidade estudada, que variaram seus usos e concepções ao longo dos quase trinta anos do período histórico estudado por nós, tais são referentes que dizem algo sobre pessoas e suas relações social-ecológicas ao longo do

tempo. São *paisagens* que foram transformadas, são pessoas que materializam as múltiplas relações que estabelecem entre si, com a natureza, Deus(es). Entretanto a Antropologia Urbana não nos forneceu um modelo desse processo de transição. Apenas mostrou uma faceta incompleta de uma *relação*, a do *urbano* com o *rural*.

Nas palavras de Magnani (2002), podemos dizer que as nossas grandes cidades e regiões urbanas brasileiras permitem aos cientistas sociais tanto fazer uma *Antropologia da Cidade* quanto uma *Antropologia na Cidade*. Esse autor não faz uma construção teórica sobre o assunto. Apenas percebeu diferentes maneiras de se fazer antropologia em meio urbano no Brasil.

A *Antropologia da Cidade* teve seus melhores desenvolvimentos no Rio de Janeiro com Gilberto Velho. Seguindo as orientações de Georg Simmel (2005), que percebera no início do século XX que as metrópoles conformavam de maneira especial a constituição psíquica de seus habitantes, Velho percebe que o urbano pode nos possibilitar o trânsito do indivíduo entre diferentes mundos e níveis da realidade, nos permitindo falar de uma Antropologia Urbana propriamente dita, diferente dos outros ramos temáticos da Antropologia. Já a segunda vertente, que não nega a primeira em nenhum momento, apenas diferente, apresenta uma perspectiva teórica que possibilita ao antropólogo estudar o urbano como se estivesse fazendo antropologia em qualquer outro lugar do mundo, uma *Antropologia na Cidade*, que percebe grupos urbanos com *ethos* singulares, linguagens próprias e usos diferenciados da cidade a partir de seus valores e que transitam pela cidade por diferentes *paisagens*, *circuitos*, *manchas* e *pórticos*. O principal nome dessa *antropologia feita na cidade* é Magnani (2002) de São Paulo¹³.

Filiamo-nos a essas duas antropologias. A *Antropologia da Cidade* permite-nos perceber que *setor habitacional*, *região administrativa* ou *cidade* têm um quê de singulares. São expressões únicas de um importante processo de construção e ampliação da mancha urbana em Brasília. Estão incluídos dentro de um processo de *urbanização*. Não poderiam ser pensados, em alguma medida, sem levarmos em conta a “cidade”, ou vida urbana, como algo *sui generis*. É com essa perspectiva teórica que poderemos perceber a importância dos chacareiros de Vicente Pires como participantes desse processo de *urbanização*.

Já a *Antropologia na Cidade* amplia o nosso horizonte epistemológico, apresentando uma antropologia que pode falar tanto do urbano quanto do rural, indígena, estrangeiro,

¹³ Fazemos apenas uma distinção superficial e didática da questão para os fins desse trabalho. Na verdade, não podemos falar de uma separação epistemológica entre essas duas antropologias. São apenas estilos distintos de fazer etnografia em meios urbanos e, aliás, complementares entre si.

grupos étnicos etc. A mensagem que passa é a de que há unidade dentro da Antropologia, mesmo diante da diversidade de temas com a qual os antropólogos trabalham. Não há problemas, então, para o nosso caso, de falarmos de um urbano e um rural que se relacionam e apresentam continuidades entre si, nada havendo de errado em estudá-los e relacioná-lo ao mesmo tempo em uma mesma pesquisa¹⁴.

Talvez o leitor ache o que dissemos acima desnecessário. Mas não o é quando é um resultado de pesquisa. Trabalhamos com a idéia de que rural e urbano podem ser “casados”, ou melhor, podem ser “(re)casados”.

A separação epistemológica entre rural e urbano já era denunciada por Martins em 1975, quando noticiou que a “ideologia da modernização” estava separando e opondo o rural ao urbano, positivando este que explodia em grandiosidade na região sudeste do país e valorando o rural como responsável pelo atraso nacional (Martins apud Carvalho, 2010 p. 99,). E superar essa ideologia e as relações que escondia foi uma grande dificuldade, pois ela fazia perceber o todo como que cingido por duas realidades distintas e contraditórias. Impedia de perceber que rural e urbano podem estabelecer relações e se construir mutuamente.

Mas o rural e o urbano já foram “casados”. Essa era a idéia predominante nas Ciências Sociais durante as décadas de 1940-1960 influenciadas pelas idéias de Robert Redfield, que percebera certa *continuidade* entre o rural e o urbano. As ciências sociais desse período percebiam a realidade nacional como um todo articulado. Entretanto, em 1970 a idéia de *continuidade* entre rural e urbano foi abandonada. E foi adotado o paradigma das relações intraurbanas entre a reprodução da classe trabalhadora e o espaço dicotômico da fábrica-bairro, surgindo nesse período o termo periferia, na qual a influência do instrumental marxista se fez presente.

O problema dessa nova orientação teórica é que ela não dava conta de responder a algumas questões básicas que assolavam as periferias e centros brasileiros das grandes cidades: **constata-se que há uma relativa desigualdade de acesso a bens públicos entre os ricos das cidades e os moradores de favelas e periferias. Porque é que quando o governo tenta sanar essa desigualdade acontece o processo inverso? As melhorias urbanas ao invés de incluírem tais populações acabam por expulsar gradualmente os mais pobres de suas casas?** Carvalho (2010) mostra que esse olhar segmentado e orientado para o intraurbano impediu vários pesquisadores de perceberem que os problemas ditos “urbanos”

¹⁴ Quanto a este ponto foram valiosas as orientações da profa. Cristina Patriota de Moura, quando mostrou que, mais que duas coisas distintas, *rural* e *urbano* se constituem e se definem pelas relações que estabelecem entre si.

eram mais gerais e complexos. A análise do social somente com a perspectiva marxista acabava limitando o olhar. Vários desses problemas já eram constatados desde a década de 1950. Sobre o dilema da urbanização ou destruição das favelas do Rio de Janeiro

“Urbanizar os morros e favelas em geral não seria, possivelmente, empreendimento menos custoso, embora parecesse mais de acordo com o sentido social e humano da questão. Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizados as favelas e os morros neles permanecessem seus atuais moradores?” (Valladares, 2005 p. 72, citando o sociólogo Guimarães, responsável pelo recenseamento nacional de 1950 na cidade do Rio, basicamente o responsável por definir o conceito de favela)

E muitas dessas questões que se colocaram às cidades brasileiras já faziam parte do cotidiano do campo e do rural brasileiro há alguns séculos.

A distinção feita por nós entre Antropologia *na* e *da* Cidade fica ainda mais clara com o seguinte exposto. Pensar em Antropologia *na* Cidade permite-nos perceber que há algumas semelhanças entre a expulsão cotidiana de pobres para as periferias com a de chacareiros para longe de suas áreas rurais como no caso de Vicente Pires. Nesse sentido, investigar a construção do urbano a partir do rural tendo como ponto de discussão um caso empírico não só nos mostra como uma região urbana, **setor habitacional, região administrativa ou cidade** foram construídos pelos seus agentes. Mais que isso, o urbano a partir do rural, ou vice-versa, permitem-nos entrever um olhar antropológico permeado por uma idéia de *totalidade* que extrapola as fronteiras do urbano e vai além. Engloba realidades distintas¹⁵.

1.2 O difícil solo do Cerrado

Se pudermos dividir essa monografia em partes, digamos que essa parte inicial é um trabalho de “sociologia da longa duração” ou “sócio-histórica” conforme as orientações de Elias (1994) no seu *Processo Civilizador*. Retomando algumas idéias centrais do primeiro capítulo, tentamos mostrar uma modernidade construída ao longo do tempo e que acabou se tornando uma verdadeira “ideologia da modernidade” (Martins por Carvalho, 2010). Mas saber que essa ideologia orientou um novo ciclo social não basta. Perguntamos, também, “que modernismo é esse que mais esconde do que revela?”¹⁶

¹⁵Há diferentes autores que também trabalham com a idéia de *totalidade*. Valemos-nos de Cândido (2001) com o caso do caipira paulista. Também nos orientamos por Martins (2009) que utiliza o conceito sociológico *fronteira* para descrever processos de expansão da “civilização brasileira” dentro de seu próprio território nacional e as implicações sócio-culturais dessa expansão civilizatória e bandeirante. Já Ribeiro (2008) nos apresenta o canteiro de obras de Brasília como uma *instituição total*. E Carvalho (2010) também trabalhou com um sentido de *totalidade* para mostrar como ocorreu a construção de um bairro urbano em uma região agrícola no município de São Paulo, transformação de rural em urbano que foi precedida de uma intensa monetarização das terras rurais.

¹⁶Pergunta feita pela professora Antonádia Borges (2011) quando percebeu que a chave explicativa do modernismo para a construção de cidades mais escondia do que revelava relações e processos. Na ocasião

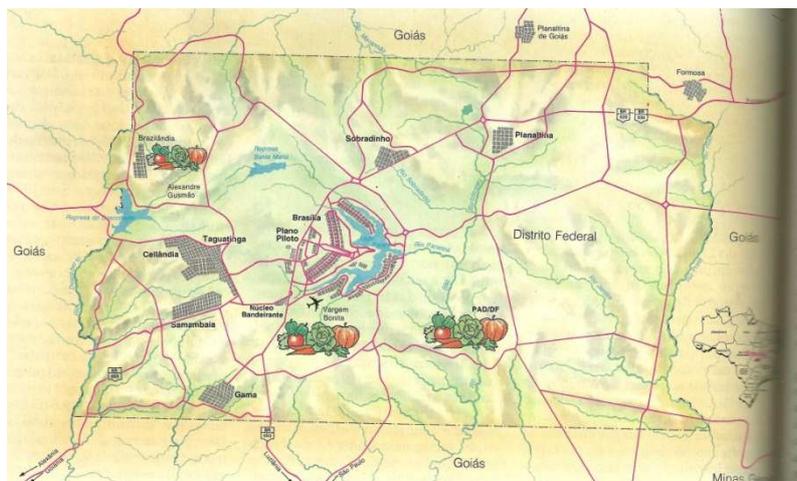


Figura 1. Mapa “rural” do DF que identifica seus três principais pólos produtores: Brazlândia, Vargem Bonita e o PAD/DF. Matéria "Capital da Verdura: as hortas que cercam Brasília são exemplos de como extrair alta produtividade e fartura da *terra pobre do cerrado*". Revista Globo Rural ano 8 n°89 ano 1989. (grifos nossos)

A mesma modernidade que há nessa longa construção que foi a cidade de Brasília, moderna e planejada, racionalmente organizada, também “contaminou” de modernidade a área rural do território do DF. Entretanto, enquanto somente o traço dos arquitetos ganhou vulto e notoriedade, pois se o concreto permite, em alguma medida, inscrever nomes e bustos que não morrem ao longo do tempo nos vários monumentos da cidade modernista, já o rural não o permite. A sucessão das estações, querendo ou não, recria todos os anos as colheitas e safras produtivas. Apaga por meio de arados qualquer tentativa nesse sentido. Entretanto, não impede que esse recriar cíclico e típico do rural (Woortman, 1997) seja feito de maneira moderna também.

Enquanto o “nome” do urbanismo e da modernidade em Brasília é JK/Lúcio Costa/Niemayer/Ciam¹⁷ (Holston, 2011), o nome do ruralismo moderno brasiliense é Lúcidio Guimarães de Albuquerque (doravante Lucídio).

As leituras dos técnicos da expedição Cruls, (1892) sobre a região de “matos fechados e cerrados” (mais tarde conhecidos como bioma do cerrado) já apontava para uma concepção ecológica que tratava o cerrado como solo pobre em nutrientes, mas, na região do futuro quadrilátero, bem banhado por imponentes rios (Casimiro Neto, 2010). Como vimos no primeiro capítulo, a principal preocupação desses técnicos não era com os aspectos urbanísticos da futura capital. A futura capital representava, também, o domínio e o controle do homem brasileiro sobre seu meio natural. Essa concepção ecológica nascida aí no final de

comparou processos de urbanização *periféricos* em dois empreendimentos modernos, Recanto das Emas em Brasília – Brasil e as *townships* na África do Sul.

¹⁷ Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Foi no quarto congresso, em 1933, que foi gerada a “Carta de Atenas”, documento que influenciou toda a arquitetura moderna e que foi quase que replicado, em seus princípios, no plano piloto de Lúcio Costa.

1890 acabou persistindo ao longo do tempo, com suas devidas adaptações, pelas outras comissões e expedições exploradoras. Solo pobre, clima ameno e árvores quase que rústicas foram gradualmente associados, também, como responsáveis pelo atraso sócio-econômico da região central brasileira, uma correlação interessante entre cultura, sociedade e ecologia que participou do rol de argumentos “científicos” para a transferência da capital.

O Executivo teve um papel importante na implantação da modernidade irradiadora de desenvolvimento no Planalto Central. Além de ser o “armazenador” das diversas concepções que foram sendo acumuladas ao longo das décadas com o debate legislativo e com as comissões exploradoras (Casimiro Neto, 2010), como agente “executante” ficou responsável por dar a cabo a idéia Brasília no território do DF.

A Presidência da República foi o responsável por coordenar as ações da Novacap, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, empresa que cuidou não somente da execução da parte urbana da capital, mas também de tudo o que dizia respeito a obras e assentamentos no território do DF, incluído aí a área rural. Enquanto os famosos arquitetos foram os responsáveis por esboçar e dar materialidade às idéias do plano piloto, Lucídio, também arquiteto, comungou dos mesmos valores, mas seu esboço foi direcionado à outra matéria, a área rural do DF. Ele esteve à frente do Conselho Coordenador de Abastecimento entre 1955-60, órgão da Presidência da República responsável pelo planejamento do abastecimento da capital.

As orientações para o abastecimento da nova capital foram organizadas em livro, intitulado *Introdução ao Urbanismo Regional – Sistema de Abastecimento de Brasília* (Brasil, 1960). Foi nele que encontramos importantes concepções sobre a relação entre urbano e rural, suas populações e o que seria a essência ou natureza de cada um. Pela leitura da obra, percebemos que Lucídio não era só um arquiteto, mas também um cientista social que buscou estabelecer as bases e fundamentos da instalação de uma nova civilização no Planalto Central no final de 1960, transitando constantemente entre a **fundamentação** da ocupação racional do solo e a sua **execução**, juntando a teoria com a prática, movimento civilizador que já foi aqui apresentado por Martins (2009).

O futuro agricultor brasileiro é, então, concebido como um *homo aeconomicus*

“O agricultor não é apenas um produtor de alimentos. O certo é que ele não lava a terra por simples prazer, nem assume a responsabilidade de um empreendimento agrícola sem o objetivo final de ressarcir o seu capital e o seu trabalho em forma de bens de consumo ou dinheiro em quantidades compensadoras. A plena satisfação do seu complexo de necessidades é o fim colimado.” (Brasil, 1960 p. 13)

A despeito dos impactos da obra Brasília no *sertão planaltino* e a aceleração da história que representou (Magalhães, 2010), o agricultor brasileiro deverá ser diferente do produtor que existia na região goiana antes da construção da capital¹⁸. Conforme Lucídio, não existia à época nenhuma “estrutura agrária com sentido econômico” no Planalto Central (Brasil, 1960 p. 13). Assim, o autor não está fazendo apenas uma predição de como deverá se comportar esse agricultor moderno. Mostra que ele está inserido dentro de uma trama, participa de um *todo*, o planejado território do DF de 1960.

O nosso autor segue trabalhando com a idéia de comunidade Warren Wilson¹⁹

(...) Os costumes sociais não provem de mais longe que a distância percorrida pelo transporte local. A imitação é uma forma aceita de organização social, e não vai além da distância alcançada por um cavalo ou por um carro. A influência dos líderes locais não se estende indefinidamente, porém termina ao encontrar os limites da próxima comunidade (...).” (Brasil, 1960, p. 22 citando W.Wilson)

Essas comunidades rurais, segue o autor, se relacionam com seu meio “externo” a partir de “pontos de contato” (idem, p.25) responsáveis tanto pela troca econômica quanto pelo contato cultural, sendo a imitação um tipo de contato entre diferentes comunidades rurais. As comunidades rurais de uma determinada região *ofertam* produtos agropecuários e *recebem*, como contraprestação, dinheiro do urbano. É uma relação circular: dinheiro ao agricultor e bens aos *urbanitas*. Esse rural comunitário também apresenta um nível de solidariedade coletiva inerente, presente na vida cotidiana

(...) Onde os indivíduos se encontram para comprar e vender, também se encontram para discutir seus interesses comuns, externar seus pontos de vista sobre isto ou aquilo, ir à igreja, fazer política, divertir-se, ouvir e contar novidades, etc., afinal, coisas tão típicas da gente brasileira.” (Brasil, 1960 p. 26)

O autor percebe, então, que esse futuro rural da capital, além de ser um agrupamento humano economicamente ativo, também apresenta certa “unidade cultural resultante da sua estrutura sócio-econômica” (idem, p. 15).

¹⁸ Magalhães (2010) mostra que essa ânsia desenvolvimentista que veio com Brasília acabou por “apagar” grande parte da memória dos habitantes do Planalto Central na década de 1950. Ele advoga que a efervescência cultural existente nos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa era tamanha que podemos dizer que as três cidades formavam uma “cultura” *Planaltina*. A singularidade da população *planaltina* permitiria, inclusive, distingui-los, por exemplo, do caipira paulista descrito por Antônio Cândido. Aliás, os resultados de sua pesquisa não nos deixam falar em “atraso social” no ambiente do Planalto Central. Pelo contrário. Ele registrou no *Sertão Planaltino* elites agrárias, poetas, jornais, manifestações culturais como a folia de reis e do divino e uma população que teve uma relação especial com a centenária idéia de construir Brasília. E sobre o tema da alimentação e produção rural, não encontramos nenhum autor ou pauta jornalística que mostrasse que as populações mais antigas que habitavam o cerrado tinham problemas com a fome ou com o consumo de gêneros alimentícios. Pobreza e atraso social podem ser relativizados. Por exemplo, não encontramos nenhum relato sobre grandes secas como a que fez milhares de migrantes virem para os canteiros da construção de Brasília em 1958 (Ribeiro, 2008).

¹⁹ Warren Wilson “The Evolution of Country Community”, Boston: 1929 (Brasil, 1960, p. 22)

Seria essa, basicamente, a população do *Cinturão Verde*: um rural comunitário, ligado às grandes cidades pelas trocas comerciais com um tipo de agricultura que fornece à cidade gêneros alimentícios e hortifrutigranjeiros²⁰. E como modificar a situação generalizada de uma agricultura “atrasada” para outra moderna e “econômica”, pergunta essa que norteia todo o livro de Lucídio?

Os fundamentos da transformação estão em um pressuposto, o de que a realidade social é constituída por um *sistema* dinâmico e mutável. Lucídio entende que a decomposição das partes do todo podem ser modificadas para seu aperfeiçoamento ao longo do tempo. É a partir desse pressuposto que a condição do rural poderia ser modificada. Uma vez que as partes estão bem organizadas e articuladas entre si, temos o bom funcionamento do sistema. Caso contrário, o todo se desarticula e como consequência teríamos o não “abastecimento” da civilização brasileira. Para isso decompõe o sistema rural da seguinte maneira

“1. Organização rural (social, econômico, cultural etc); 2. Rendimento agrícola; 3. Sistema de transporte e armazenamento; 4. Regulação do mercado (centro de abastecimento); 5. Industrialização de alimentos; 6. Demografia; 7. Nível do comércio de alimentos; 8. Nível social dos consumidores; 9. Distribuição dos alimentos; 10. Estrutura urbana definida; 11. Planejamento regional, tendo em vista promover o desenvolvimento econômico-social no Planalto Central”. (Brasil, 1960 p. 8 e 9)

A estrutura fundamental da comunidade rural que promove o equilíbrio do todo e principal constituinte do *sistema* é a *USER - Unidade Sócio-Econômica Rural*. É aí que o cotidiano da vida social gravitará, espécie de centro de sociabilidade do homem do campo, pois todo “agricultor moderno e, via de regra, todo ser humano é por natureza sociável” (idem, p. 31). A *USER* terá a finalidade, então, de estruturar as bases do desenvolvimento do novo ciclo da economia agrária implantada no Planalto Central com a mudança da capital federal. Brasília *funcionará* a partir dessas unidades rurais produtoras que jogarão seus produtos na rede de abastecimento. E pela rede há o encaminhamento desses produtos aos mercados situados em cada *unidade de vizinhança*. É assim que o modernismo rural de Lucídio se integra com o modernismo urbano de Lúcio Costa.

²⁰ No capítulo 1 mostramos que a noção de *Cinturão Verde* esteve presente no planejamento da capital mineira, Belo Horizonte, no início do século XX.

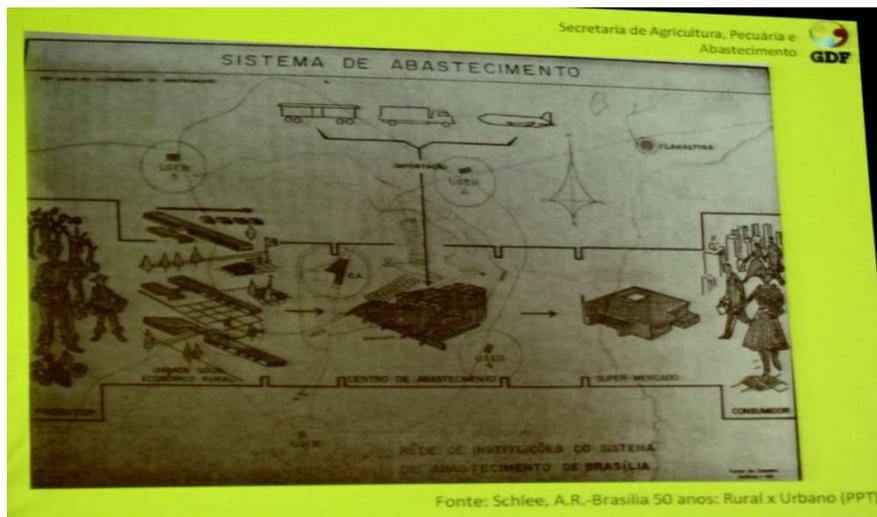


Figura 2 Representação da relação entre rural e urbano a partir das *USER*. Slide apresentado em audiência pública na Câmara Legislativa do DF sobre as áreas rurais do DF. Ano de 2011. Por Bruno Cassemiro

1.3 A correção do solo do cerrado com a simples técnica de jogar calcário

“(...) The foundational construction of Brasília was certainly a great event, marked as a Modernist breakthrough. Even though most of the literature points to the fact that the ruptures intended by the utopian state-sponsored project were never fully accomplished, there is also consensus when identifying the importance given to innovation, not only in the initial period of construction and urban planning, but also in the motivations of different agents in the multiple times and spaces that combine to form a continuous process of expansion and complexification of urban networks. (Patriota de Moura, p. 505, 2011a)

Não podemos limitar a questão do morar ou do assentar-se em Brasília nos referindo apenas à *cidade dada*, entregue ou controlada pelo governo a partir do exemplo do Plano Piloto de Brasília. Qualquer tentativa nesse sentido é fechar os olhos à pluralidade que envolveu o crescimento da mancha urbana de Brasília. Creio que seria pretensamente saudosista esperar que as quatro escalas que nortearam a construção do Plano Piloto (bucólica, gregária, monumental, residencial) se reproduzissem fielmente em toda a mancha urbana do Distrito Federal, nas outras cidades além do Plano Piloto. Também seria pretensioso esperar que o plano rural de abastecimento de Lucídio se aplicasse fielmente em todo o DF. Não é apenas uma questão de logística ou falta de vontade dos governos. Como bem mostrou Patriota de Moura acima, cultura, política e sociedade mudam e são reinventados constantemente. A despeito dos vários planos que existiram para Brasília (rural, urbano, educacional, igualdade social, burocrático, militar desenvolvimentista), a cidadania insurgente de seus habitantes, criativa em suas realizações, acabou sendo maior e as novas áreas urbanas criadas além do Plano Piloto são verdadeiros compostos que mobilizam

elementos diversos que não se restringem ao modernismo de 1950, mas estão com/para além dele, fazem parte de um *campo de possibilidades* de experiências urbanas (Schutz, 1979).

Por isso vamos tentar, agora, relacionar a abertura de uma área rural em Brasília na década de 1980 e o relacionamento criativo de alguns produtores rurais com essa “modernidade” que parece ser singular ou brasiliense. Mas antes façamos uma importante distinção conceitual encontrada durante a pesquisa. Nosso intuito nesse capítulo será o de descrever um pouco do que foram esses primeiros anos da Colônia Agrícola Vicente Pires – doravante Colônia. Para tanto, as pessoas que participaram desse período serão chamadas de **produtores rurais**. Essa é a denominação que encontramos para os primeiros moradores da região de Vicente Pires. Já o termo **chacareiro** será utilizado para se referir às mesmas pessoas, mas só que em um período distinto. Os produtores rurais foram gradualmente se transformando em chacareiros quando o complexo processo de urbanização de Vicente Pires começou a acontecer, quando a paisagem de produção rural da região começou a dar lugar às moradias horizontais dos condomínios e comércios. Portanto, essa distinção é necessária. Nossa pesquisa aconteceu com um **grupo de chacareiros** (ACVP) que já se consideraram e foram considerados **produtores rurais**, nada impedindo que alguns ainda se considerem como produtores. Daí que nossas entrevistas e perguntas dirigidas aos chacareiros nos permitem entender o período dos produtores e da produção rural. Ao final de tudo queremos mostrar que essa distinção é uma construção histórica. Iniciemos, então, o relato sobre a Colônia, que veio a “nascer” da seguinte maneira

“(...)nós viemos aqui pra essa chácara que é a 135 da Vicente Pires que é uma concessão do Governo do DF, que é da Fundação Zoobotânica do DF, antiga Fundação Zoobotânica, que tinha essa área rural, que estava abrindo entre Taguatinga e Guará, que era um **área vazia que tinha mendigos, que tinha um lixão**, uma parte de um lixão de Taguatinga que tinha ali em cima e era uma **área vazia, abandonada**. Então governo resolveu fazer um loteamento rural aqui, nessa época o governo queria, tava incentivando, o governo do Distrito Federal, a parte de agricultura, e tudo o que Brasília consumia, Distrito Federal consumia, na parte de agricultura era tudo importado de São Paulo, principalmente de São Paulo, um pouco de Goiás que tinha pouco, muito pouco, então a maioria dos produtos vinham tudo do Estado de São Paulo pra cá. Então nessa época o Governo estava incentivando a produção agrícola aqui pra ficar independente, das importações então ele fez esse loteamento rural, com chácaras, com módulo mínimo rural de 2ha que é 20.000 m², então a chácara mínima teria que ser de vinte mil m² e no máximo, tem chácara de 8ha, 10ha. A nossa aqui é de 4 hectares, que é 40.000m². Então o governo abriu essa possibilidade que nós tivemos, nós viemos para essa chácara em 1986, onde nós estamos até hoje aqui (...)” (Relato com o chacareiro Waldelei Cassemiro em maio de 2009).

Esse é um discurso que vem sendo repetido pelos chacareiros há mais de vinte anos. Está cheio de elementos que descrevem o processo de ocupação da área e também valores e concepções que nortearam a empreitada. *Lixo, mendigos, mato, área vazia e abandonada* são

mais que elementos paisagísticos e ecológicos. São percepções da realidade social a partir de valores historicamente (re) criados. Como veremos, não é mera coincidência que encontremos outros exemplos que nos apresentem elementos muito assemelhados aos acima destacados. Para citarmos um bem debatido acima, lembremos da semelhança simbólica entre esses elementos paisagísticos e o árido solo do cerrado ocupado por aquela economia “não-racional” e “atrasada”, conforme descreveu Lucídio. O chacareiro fala do ano de 2009, mas acaba por repetir, em alguma medida, alguns dos elementos que compõem a marcha desenvolvimentista que civilizou o Planalto Central.

A Colônia ainda mantém semelhança com Brasília (categoria *simbolicamente englobante*²¹) quando notamos que ambos foram pensados, em alguma medida, pelo poder público. Enquanto a Novacap foi a empresa do Governo Federal (no final da década de 1950) responsável pelo planejamento e direcionamento da construção da cidade de Brasília, a empresa estatal Fundação Zoobotânica do Governo do DF fez os mapas da Colônia Agrícola Vicente Pires, apontando o tamanho dos módulos rurais e por onde as estradas iriam passar, dotando de racionalidade seu futuro território (ver figura 2). Brasília foi inaugurada às pressas em 1960, teve os seus problemas e atrasos e não raro o que estava inscrito nos planos não foi cumprido fielmente. O mesmo aconteceu com o nosso empreendimento agrícola entre 1986-89.



Figura 3 Reportagem da revista Globo Rural apresenta técnica desenvolvida no interior de São Paulo que foi largamente utilizada ao redor das estradas de terra da Colônia Agrícola Vicente Pires. Essas bacias de contenção foram utilizadas para conter a erosão e facilitar a infiltração das águas da chuva e fizeram parte da paisagem da Colônia por vários anos. (Rev. Globo Rural, ano 1 n°4 ano 1986)

²¹ Patriota de Moura, 2011.

Mas em que medida o relato do chacareiro está inscrito de caracteres desse desbravamento moderno de 1950? Muito interessante é a crônica/artigo de Laraia (1996) sobre os *Candangos e Pioneiros*, que mostra a variação de usos e significados desses dois termos no contexto brasiliense. Eles foram importantes caracteres automaticamente atribuídos a quem chegava a Brasília no período da construção. E com o passar do tempo *candango* e *pioneiro* começaram a ser utilizados como sinônimos. Mas a tendência estratificadora da sociedade brasileira fez com que a elite que participou da referida empreitada histórica preferir o rótulo de pioneiro, passando a se **“auto representar como desbravadores, os que abrem os caminhos**, mas que não devem ser confundidos com a massa humilde dos que trabalharam a madeira, o cimento e o ferro” (Laraia, 1996 p. 3 grifos nossos).

Os dois termos, aliás, não são apenas possíveis separadores de classes sociais como pretendeu a elite brasiliense. Seus usos e possibilidades são muito mais amplos do que imaginamos. Estão ao mesmo tempo inscritos em um passado que é *mítico e atual*

“(…) The time of the pioneer has somehow become crystallized as a foundational myth of a city in constant growth. The Pioneer as a character of this saga mediates and amalgamates while it simultaneously separates and marks differences.” (Patriota de Moura, p.507, 2011a)

A assertiva encontrada por Patriota de Moura foi formulada a partir de diversas pesquisas em condomínios horizontais, realizadas em Goiânia e Brasília²². No caso de Brasília, o uso do termo pioneiro pelos moradores de condomínios horizontais revelou uma série de elementos que, não sem propósito, são comuns com o período mítico da construção de Brasília, tais como *barro, mato, animais silvestres dentro de casa, chuva, construir com as próprias mãos, realizar um sonho, arriscar todo o dinheiro da família* numa construção *incerta e perigosa*. A empreitada dos condomínios está inscrita em tênues fronteiras morais e juízos políticos sobre a *(i)legalidade/(i)regularidade* dos condomínios de Brasília, sendo que o termo “condomínio” pode designar desde “condomínios de baixa renda” até verdadeiras “favelas de luxo”.

O termo pioneiro, desse modo, é uma categoria simbólica que aparece não somente quando da ampliação e aumento da mancha urbana em Brasília. Envolve também, ao mesmo tempo, processos de subjetivação e construção dos brasilienses enquanto pessoas. Utilizando

²²Patriota de Moura trabalhou com o tema dos condomínios por quase uma década. Primeiramente mostrou o “mundo dos condomínios” de Goiânia – GO (Patriota de Moura, 2003). Em seguida estudou os condomínios de Brasília e os comparou com os de Goiânia, relacionando a singularidade dessas diferentes formas de morar e experienciar o urbano com processos mais amplos, como o do surgimento de gated communities que vem se espalhando pelas grandes cidades do mundo (Patriota de Moura, 2006; 2010; 2011; 2011a), havendo nesse entremeio o financiamento de parte dessas pesquisas pela FAP – DF (2009-2011).

aqui o instrumental de Schutz (1979), é como se o pioneiro sempre aparecesse dentro do *campo de possibilidades* dos brasilienses. Gerações, famílias e indivíduos constroem a cidade e a personificam. Apropriam-se dela e nela inscrevem seus planos, valores e anseios, numa relação recíproca entre as pessoas e a cidade, na qual não só as pessoas *constroem* a cidade, mas também são urbanizadas ou *construídas* pela cidade, por Brasília, pelo urbano, espécie de pioneirismo mítico que dá sentido ao cotidiano dos brasilienses e ordena suas histórias de vida e biografias (Patriota de Moura, 2011a).

E o que foi dito não se restringe apenas aos “pioneiros dos condomínios”. Como bem mostrou Patriota de Moura pouco acima, esse “pioneirismo brasiliense” está inscrito na história brasiliense e aparece, principalmente, nos processos de crescimento da mancha *urbana* ou nas *zonas de influência da cidade* de Brasília. É nesse sentido que encontramos em nossa pesquisa alguns “pioneiros da produção rural”, pessoas da área rural que foram englobadas por essa modernidade fugidia de Brasília. Diferentemente dos discursos que foram alardeados sobre a pobreza do cerrado e a dificuldade que seria produzir qualquer tipo de alimento nessas terras, a simplicidade típica dos produtores rurais aliada a técnicas também simples de manejo do solo, como misturar à terra calcário, permitiram, inclusive, altos níveis de produtividade nas terras do DF. Assim, não foi necessário implementar um *sistema* interligado por redes de contato econômico entre diferentes *Unidades Sócio-Econômicas Rurais* espalhadas por todo o território. Se o plano rural em questão tivesse sido plenamente efetivado, talvez tivéssemos hoje alimentos mais baratos e menos fome na capital do Brasil. Mas ele fez parte do rol de tantos outros planos que foram criados para a capital federal. Assim, podemos apenas trazer à tona os valores e concepções que esses planos indicam, procurando trabalhar no plano empírico, verificando a criatividade dos produtores rurais na sua lida nos campos do DF.

1.4 Pioneiros da produção rural

O estudo de Patriota de Moura com os pioneiros dos condomínios nos permite, ainda, aguçar mais a “reconciliação” ou o “casamento” entre urbano e rural

“To participate in the city is also to play a role in this creative expansion. Thus the importance of entrepreneurs and pioneers as characters who articulate urban materiality with actions, values and subjectivities, incarnated in persons who are imbricated in relationships with various dimensions of the city” (Patriota de Moura, p.506 2011a)

Os produtores rurais participam, em alguma medida, de uma dessas várias dimensões da cidade, que em seu crescimento mobiliza e materializa valores, ações e subjetividades. O

crescimento urbano, *urban growth*, por exemplo, por meio do aumento da quantidade de habitantes, implica, nesse sentido, também em um crescimento de uma dentre outras dimensões da cidade, a de seu abastecimento ou sua garantia de existência e manutenção, a dimensão da produção rural. Não estamos tratando aqui de uma concepção funcionalista da relação entre o urbano e o rural, na qual o rural aparece apenas como o responsável por abastecer a cidade, que devolve numa relação econômica dinheiro para o rural, conforme descreveu Lucídio (Brasil, 1960). Rural e Urbano participam de uma Brasília que não é apenas uma realidade geográfica, mas uma *categoria simbolicamente englobante* que coloca lado a lado diferentes dimensões de uma mesma cidade (Patriota de Moura, 2011 p.63). É como se a cidade aparecesse aqui como algo vivo, não um organismo, mas algo feito por pessoas.

Mas em que sentido os produtores rurais de Vicente Pires se encararam como pioneiros? Que pioneirismo rural é esse se realizou nesse lugar? Vejamos.

Conforme mostrou a revista Globo Rural nº 12, ano 1986, a Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazenamentos Gerais do Estado de São Paulo - SP) era o principal entreposto comercial de alimentos da América Latina. Ocupava essa posição desde 1975. Nessa reportagem é relatado o problema da especulação monetária feita com os alimentos que saíam de SP. Havia vários caminhões que saíam diariamente da Ceagesp carregados com cebola e partiam para Recife para “ganharem” preço e voltavam para São Paulo para vender a mesma cebola a um preço mais caro, viagem que agregava ao preço do produto o desgaste dos caminhões, o diesel, a mão de obra dos motoristas e um pequeno lucro sobre o produto. Dentre as 250000mil toneladas mensais de produtos distribuídos pela Ceagesp, 100000mil “passeavam” pela cidade de São Paulo para ganhar preço.

Essa “especulação” trazia enormes encargos aos mais longínquos consumidores do Brasil e necessitou de diversos governos esforços para superar essa dependência de São Paulo com relação ao alimento. A reportagem ainda mostra a criação de 20 Ceasas (Centrais Únicas de Abastecimento) em todo o Brasil, procedimento que já havia reduzido drasticamente o percentual de importação.

A data da matéria, 1986, coincide com a criação da Colônia Agrícola Vicente Pires no DF. Quando iniciamos a pesquisa supúnhamos que essa “necessidade” por bens agrícolas da cidade de Brasília fosse apenas um simples discurso dos chacareiros, relatos de um antigo passado rural. A questão do alimento era de fato uma questão nacional, aguçada, principalmente, pelo processo de urbanização que inchou as cidades brasileiras a partir de

1960 e 70²³. Os pioneiros de Vicente Pires foram convidados a participar de um projeto que visava casar, novamente, rural e urbano, separados pela “ideologia do desenvolvimento” (Carvalho, 2010). De certo modo Lucídio estava certo quando percebera que a questão do abastecimento alimentar dos grandes centros urbanos se tornaria, uma hora ou outra, uma “questão nacional”.

Assim, de certo modo, a Colônia inaugurou em 1986 um centro de abastecimento de bens agrícolas no DF, agregando a esse projeto pessoas que tinham o *sonho* de produzir ou que tinham *vocação* para o rural, sonhos muito parecidos com o das camadas médias que construíram suas casas nos condomínios horizontais descritos por Patriota de Moura (2011, 2011a). Pioneiros, mas não como os dos condomínios ou então como os do período da construção de Brasília (Laraia, 1996). São *pioneiros rurais* pelos elementos e relações que materializaram nesse processo de crescimento do rural que acompanhou, de certo modo, o crescimento urbano ou que se relacionou com o urbano

“Porque eu vim para a chácara? Porque eu vim da área rural, nasci em fazenda, trabalhei muitos anos na lavoura e gostava da área rural, do plantio, da colheita, por isso que nós, eu e os meus irmãos éramos da área rural, viemos para essa chácara fazer o plantio que era um **sonho nosso** continuar na área rural, mesmo trabalhando, tendo as atividades na área urbana, mas a gente sempre teve o sonho de continuar na área rural, de mexer com a área rural, de mexer com o plantio e com os animais e é por isso que nós estamos aqui até hoje e não loteamos a chácara, embora tenha recebido propostas de parcelar, de vender a chácara, nós não quisemos dinheiro (...). Minha **vocação** é o campo, é a lavoura onde eu nasci, onde eu fui criado, ao ar livre.” (Relato do chacareiro Waldelei Cassemiro, em maio de 2009).

Enquanto que o elemento principal do “composto” *pioneiros dos condomínios* é a **questão da moradia** e da casa própria, os *pioneiros das chácaras* são compostos que tem seu elemento principal centrado na questão da **produção rural**. Esses elementos foram encontrados não somente no relato acima do chacareiro Waldelei Cassemiro, mas também no relato do chacareiro Rosemiro Bezerra, que também mobilizou em sua fala elementos como *escolha e vontade em produzir*

“quando eu vim para cá eu vim e **escolhi isso daqui pra mim**, (...), então além de eu fazer plantação e criação que eu gosto, adoro a natureza, você entendeu? (...)

“Depois eu queria produzir **do jeito que eu produzia na minha terra**, eu queria era ter fartura, tinha banana, na hora de vender, milho, pra poder colher o milho era uma mão de obra tremenda, na hora de vender (...) o preço que você vendia não pagava o trabalho não.” (Relato de vida do chacareiro Rosemiro Bezerra, em 10 de maio de 2010)

²³A reportagem ainda mostrou a arriscada vida dos “verdureiros”, caminhoneiros que se aventuravam pelas precárias estradas do Brasil para levar alimentos para os mais distantes lugares do país. Há ainda o problema dos restaurantes que não encontravam as iguarias necessárias para seus pratos e os fracassos de agricultores que tentavam produzir verduras no clima tropical e quente do norte brasileiro (Globo Rural, nº 12, ano 1986).

É nesse sentido, então, que entendemos os chacareiros acima como *pioneiros*, interessantes compostos que combinam numa **ecologia rural** *produção* de alimentos, *escolha* e opção pela produção, *sonhos*, trajetórias familiares²⁴. Vicente Pires é um empreendimento agrícola ímpar quando coloca lado a lado, numa mesma Colônia, diferentes rurais do Brasil inteiro como “vizinhos”, colegas de cerca. Nas entrevistas acima temos um paulista e um potiguar. Mas já também estiveram na Colônia, além de *nikeis*, “pessoas de origem japonesa”, gaúchos, catarinenses, mineiros, goianos, baianos. A Colônia reproduziu em micro-escala a diversidade e o encontro de vários brasis num mesmo espaço-tempo.

Esse *pioneirismo* pode ser melhor percebido nas fotografias abaixo que mostram o processo de transformação dessa *terra de cerrado* em *terra para a produção agrícola*.



Foto 3 Ao fundo parte de uma chácara na qual o "mato" ainda não foi “limpado”. Ano de 1988 (Créditos a “Chico”, filho dos pioneiros “Seu Mathias” e “Dona Maria”)

²⁴ Talvez haja aqui alguma relação entre a modernidade de Brasília e uma aparente centralidade que parece ter o indivíduo durante esses crescimentos urbanos. Sonhos, trajetórias e escolhas são elementos que aparecem em falas e trajetórias de camadas médias urbanas, aparecendo principalmente quando tais percorreram um processo de individualização ou autonomização (Duarte, 2008). Essa centralidade do indivíduo foi encontrada no caso dos pioneiros dos condomínios por Patriota de Moura (2003; 2010; 2011; 2011a). E aqui percebemos que o indivíduo também ocupa um lugar importante no caso dos produtores rurais da Colônia. Talvez haja alguma relação entre o moderno de Brasília e essa construção de si tendo como referente o indivíduo.



Foto 4 Chacareiros em 1989 após a "limpa" do cerrado (Créditos Sr. Waldelei Cassemiro)



Foto 5 Chacareiro e sua plantação de arroz, iniciada após a "limpa do cerrado". Em 1991 (Créditos chacareiro Waldelei Cassemiro)

O pioneirismo de Vicente Pires pode ser percebido, a partir das fotos acima, como que inscrito dentro desse passado mítico e atual de Brasília. O cenário que começou a ser criado nesses primeiros anos mobiliza vários elementos que estiveram presentes na idéia, discurso ou categoria simbólica Brasília (Casimiro Neto, 2010; Patriota de Moura, 2011a). Por exemplo, o *ritual* da preparação do terreno, de sua transformação de cerrado, *nada*, em espaço de produção agrícola lembra o mesmo *ritual* descrito por Ribeiro (2008) quando mostrou a transformação dessa mesma terra de cerrado em capital do Brasil.

As imagens ainda indicam tais produtores rurais como pioneiros a partir do sentimento de desbravamento, de ser o primeiro a ocupar uma localidade (Laraia, 1996), tão bem inscritas na imagem de Brasília como plano-piloto, ponto irradiador de desenvolvimento regional e nacional. É nesse sentido ainda que a fala desses chacareiros, antigos produtores rurais,

mobiliza elementos como mato, capinzal, cerrado. Sobre esse ponto vem a lume a comissão Cruls, quando associou de maneira eficaz à idéia ou discurso sobre Brasília no final do século XIX a possibilidade de que a ecologia das terras da futura capital poderia ser pensada, controlada, ou seja, de algum modo planejada. É como se a instalação dos produtores nessa localidade adotasse esse controle como um pressuposto necessário a ocupação. Não se trata apenas de uma questão de poder ou não poder transformar essas terras em lugar de produção de alimentos. É mais que isso. É somente com a modificação da ecologia, com a transformação de um lugar em outro, que esses pioneiros da produção rural puderam criar um lugar novo, desbravamento que também acaba criando uma nova pessoa, autoconstrução que constrói o pioneiro à medida que ele realiza ou exterioriza seus anseios ou vontades, quando ele participa do crescimento, seja ele rural ou urbano, de Brasília.

É nesse sentido que os pioneiros dos condomínios também constroem e modificam um lugar sem *nada*, cheio de barro, mato em um lugar de moradia, o condomínio horizontal, transformando e agregando em uma determinada ecologia vários elementos relacionados à moradia, cheios de valores das camadas médias urbanas (Patriota de Moura, 2003). É nesse sentido que os pioneiros da produção rural construíram um lugar e, ao mesmo tempo, se construíram enquanto pioneiros, numa ocupação do solo que não foi aleatória, mas sim racional, planejada, transformando-o em um espaço de produção de bens alimentícios dotado de um aspecto mercantil.

A Colônia Agrícola Vicente Pires foi um assentamento rural que contou com a participação de mais de 350 produtores, cada qual tomando para si um pequeno módulo do governo para iniciar a produção de alimentos para a capital. A criação da Colônia e sua implantação efetiva datam entre 1986-89. Mostramos então, abaixo, o mapa da Colônia Agrícola Vicente Pires, que mostra claramente a disposição “racional” das pequenas unidades produtivas, chácaras, umas ao lado das outras, separadas por estradas retilíneas e paralelas. E em seguida algumas fotos aéreas que mostram o início da diversificada produção rural na região.

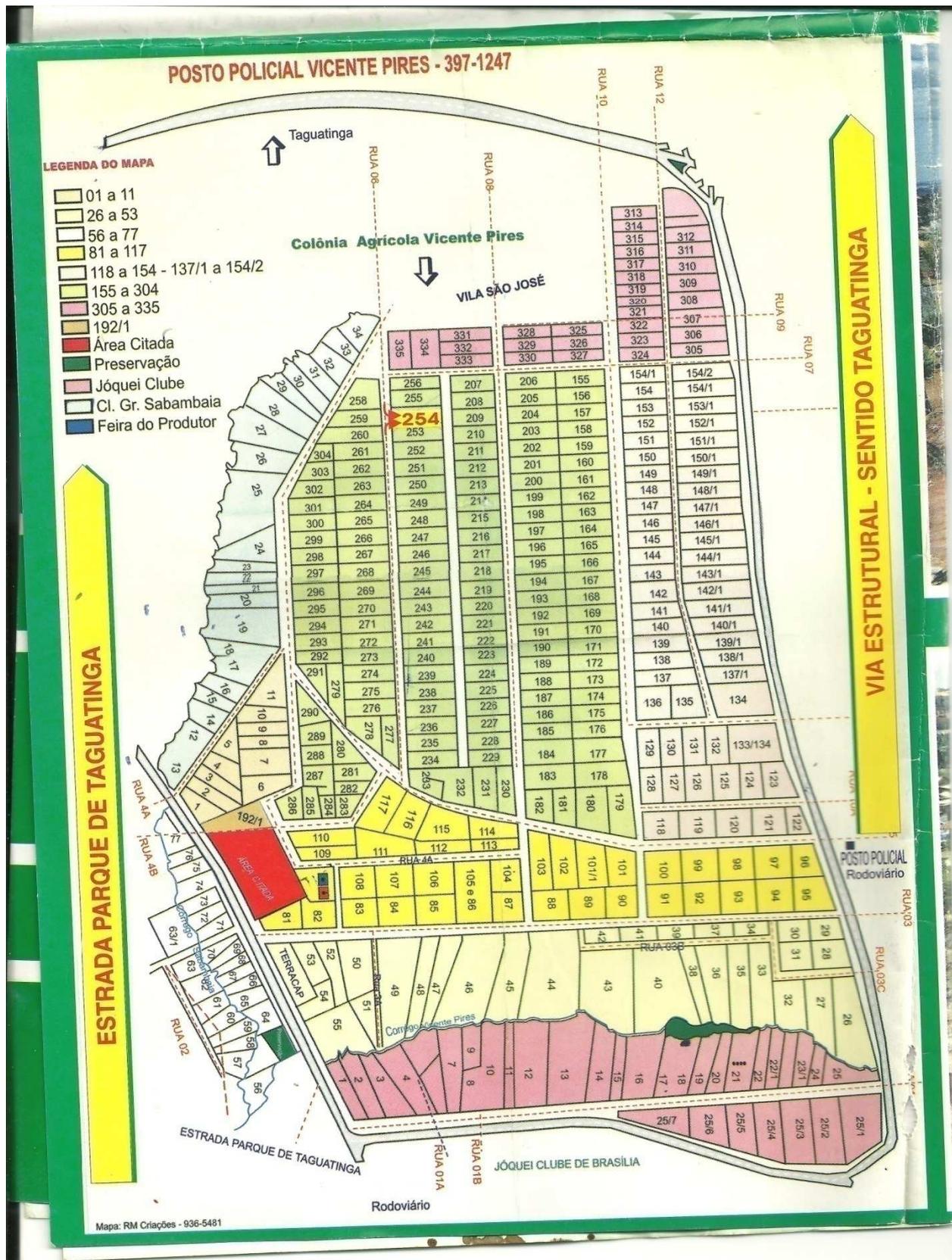


Figura 4 Mapa da Colônia Agrícola Vicente Pires onde é possível perceber a disposição retilínea e “racional” das chácaras pelo território da Colônia.



Foto 6 Percepção aérea da região da Colônia Agrícola Vicente Pires, algumas chácaras com produção de verduras e outras com frutas. (Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires, sem data)

Pelo mapa podemos perceber a excelente localização da Colônia, disposta entre as duas principais vias que ligam o aglomerado Taguatinga-Ceilândia-Samambaia, zona de maior adensamento e povoamento do DF, com o Plano Piloto. As vias são a Estrutural e a Estrada Parque Taguatinga – EPTG²⁵.

Coincidentemente, vários dos elementos que idealmente compõem uma *USER* fizeram parte da composição da Colônia Agrícola Vicente Pires em seus primeiros anos. Os *pioneiros da produção rural* não leram o livro de Lucídio, que fortuitamente foi encontrado na Biblioteca da Universidade de Brasília (Brasil, 1960). Mas se relacionam com a modernidade que foi registrada pelo livro e que, como já dissemos, é quase que *mítica e atual*. Assim, as idéias desse autor nos servirão como instrumento de comparação e por meio delas poderemos discutir alguns dos primeiros feitos dos produtores rurais de Vicente Pires.

Relatam os chacareiros que a Fundação Zoobotânica e os órgãos governamentais diretamente relacionados ao rural não deram o apoio necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos na Colônia em seus primeiros anos. De fato, o que chamou a nossa atenção para a realização desse trabalho não foi apenas o fato da criação de uma área rural no DF pelo governo. Na verdade o caso de Vicente Pires chama a atenção por causa do desprendimento dos produtores em construir algo novo no recém criado território de produção rural. Mas de onde veio a força e a vontade de inaugurar esse empreendimento? Em parte foram mobilizados por essa espécie de *espírito pioneiro*, tão bem descrito por Ribeiro (2008) com o

²⁵ A EPTG sofreu uma grande reforma no ano de 2007 que aumentou suas faixas e dinamizou a circulação dos carros. É conhecida também como Linha Verde.

ritmo de Brasília e por Patriota de Moura (2011a). Mas também há outros fatores que ajudaram na rápida implementação da Colônia.

1.5 Um movimento político

Já existe hoje uma excelente produção bibliográfica que discute o direito à cidade e à moradia de vários movimentos sociais brasilienses²⁶. Entretanto não encontramos nenhum trabalho que tratasse diretamente da área rural do DF após o período da grande construção. As referências que encontramos foram indiretas, principalmente relativas aos primeiros anos após a inauguração de Brasília, principalmente por meio de Jaccoud (1991, 1996) que fez um levantamento interessante sobre os principais movimentos sociais de Brasília entre os anos de 1960-64. O que destacamos desse período é o fato de o domínio das terras do DF estar, já aí, sob a posse do Estado (Ribeiro, 2008). O “ter a terra” se tornou o ponto chave dos movimentos e lutas sociais que buscavam a moradia urbana, objeto almejado também pelos movimentos de produtores rurais desde a inauguração da capital em 1964

“(…) Pressionado no sentido de que fosse utilizado o enorme estoque de terras públicas em mãos do Estado, o governo procurou, ao mesmo tempo, **estimular em Brasília a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da cidade e a ocupação racional do solo rural com o trabalho de pequenos produtores**, como foi o caso do projeto-piloto desenvolvido pela SUPRA [Superintendência de Reforma Agrária] no Núcleo Rural Alexandre Gusmão. Nesse processo emergiu um movimento de trabalhadores que, apesar das pequenas proporções e das peculiares condições de trabalho e de acesso à terra existentes no Distrito Federal, não esteve alheio à conjuntura política nacional e à mobilização camponesa que então se desenvolvia no país.” (Jaccoud, 1991 p.156, grifos nossos)

Um dos primeiros movimentos políticos da área rural que encontramos durante a pesquisa foi o da Associação Agrícola de Taguatinga, criada no ano de 1961, ano que também aconteceu o Encontro de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Brasília, que contou com duzentos participantes de núcleos rurais de Taguatinga, Brazlândia, Lajes, Sobradinho, Descoberto e da Associação Agrícola de Brasília (Jaccoud, 1991, 1996). Nesses primeiros anos o fator central de mobilização era a obtenção do título das propriedades rurais, que pertenciam ao Governo.

A Colônia Agrícola Vicente Pires participou, então, dessa maneira “racional” de criar áreas rurais no DF que acontece desde 1960 cujos principais elementos semânticos são o **abastecimento da cidade**, o uso racional do solo por meio de **pequenos produtores**, a **“criação” do rural** a partir de um ente estatal e, por fim, um rural com uma dimensão

²⁶ Sobre um histórico dos principais movimentos sociais de Brasília sobre direitos à cidade e à moradia temos a Coleção Brasília. Consultamos para nosso trabalho três volumes, na ânsia de encontrar qualquer referência à Vicente Pires durante a década de 1990 (Paviani, 2010 (1985), 1991, 1996).

comunitária e com **associações comunitárias**. Com exceção da produção por meio de pequenas propriedades, todos os elementos acima destacados foram esboçados por Lucídio (Brasil, 1960). Ou seja, existiu diálogo entre o plano rural desse autor e a realidade.

A Colônia foi iniciada pelo governo, mas quem deu continuidade ao projeto e o desenvolveu foram os produtores rurais. A velocidade de seu desenvolvimento não está apenas no fato de eles serem *pioneiros*. Também se desenvolveu de maneira acelerada porque antes da sua criação já havia uma associação comunitária, que acabou por influenciar os produtores recém chegados em 1986. Ela articulou e congregou, em alguma medida, uma população que era nova na região, permitindo que esse novo território adquirisse algum nível de coesão e o estabelecimento de relações entre seus membros. Para descrever esse aspecto, o melhor conceito é o de *localidade* e não o de *comunidade*,

“Por sua vez, Anthony Leeds definiu a questão das relações entre o poder local (na favela) e as instituições supralocais como importante elemento de sua problemática. Criticando o uso difundido na antropologia anglo-saxônica da noção de comunidade, propôs substituir esta noção pela de localidade. Segundo ele [Leeds & Leeds, 1978], “o uso do termo ‘localidade’ não nos obriga a postular uma unidade mínima ou máxima de organização como a ‘comunidade’ (...) nem a discutir seu status ontológico (...). Não nos obriga a supor que a localidade em que vivemos e em que como antropólogos pesquisamos, seja também uma comunidade. Geralmente ela não o é. (...) As localidades como pontos nodais de interação, caracterizam-se por uma rede altamente complexa de diversos tipos de relações. Os laços de parentesco da família nuclear, e, frequentemente, aqueles com parentes próximos – serão amplamente encontrados na localidade, especialmente nas pequenas. As amizades mais próximas também tendem a existir na localidade. Os vizinhos existem por definição na localidade” [termina de citar Leeds e Leeds]. Segundo Leeds, o que contribui para caracterizar uma localidade é o fato de ela permitir apenas a identificação do local de moradia dos indivíduos; o fato de residir em uma localidade não significa necessariamente sua pertença a uma comunidade local. Esta concepção é apoiada por uma visão da sociedade urbana como sistema complexo, não sendo possível compreender um elemento isoladamente sem considerar suas relações com os demais.” (Valladares, 2005 p. 117, citando o antropólogo Leeds)

A partir dos feitos e realizações desses produtores poderemos resgatar como eles se relacionavam no ambiente da Colônia

“(...) As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando “moram juntas num mesmo lugar”, quando constroem suas bases num mesmo local.(...)” (Elias e Scotson, 2000 p.165)

Adotar o termo *localidade* em detrimento do termo *comunidade* é uma posição distinta da de Lucídio, que planejara que as terras rurais do DF seriam ocupadas por verdadeiras comunidades, autor que se embasara nos estudos de comunidade da década de 1930. Não podemos falar que havia nessa região uma “homogeneidade cultural” ou uma “comunidade” de produtores. O que aconteceu, na verdade, foi a rápida criação de múltiplos laços sociais

entre esses produtores. Aliás, *localidade*, como definiu Leeds, nos permite perceber o rural em relação ao urbano, participando de uma cidade complexa em sua trama chamada Brasília. Qualquer definição sobre o rural só pode ser feita em relação ao urbano. Nesse sentido, vejamos o relato de um antigo produtor rural sobre o *sentimento de localidade* que existia na região de Vicente Pires e destaquemos que o pesquisador em questão tinha a crença de que existia uma verdadeira “comunidade” em Vicente Pires, crendo que esse rural era homogêneo, atrasado, interiorano ou *caipira* (Candido, 2001), concepções de um filho de um produtor rural que foram sendo desfeitas ao longo de sua transformação em pesquisador. Fique claro agora que a Colônia Agrícola Vicente Pires foi criada entre 1986-89, mas antes disso já existiam produtores rurais na região.

“-Bruno: e você conhecia o pessoal aqui tudinho, seus vizinhos? Produtores...

-Rosemiro: eu conheci tudo aí.

-Bruno: era tudo amigo? (...) tinha festa junina... ou não?

- não, nessa parte mais íntima uma vez ou outra um convidava assim, mas não era bem assim não, mas nós tínhamos assim tipo de uma associação que nós éramos mais assim um tipo comunitário, mais sabe, entre nós. Nós tínhamos uma associaçãozinha e nós se reunia todo mundo aqui e tudo mais e foi criada a APROAC e depois, na época do governo Roriz que hoje é a ARVIPS. E eu fui um dos fundadores dessa associação, que o primeiro [presidente] lá foi o Doutor [Luiz Rickart](...)” (Relato de vida realizado em 10 de maio de 2010 com o chacareiro Rosemiro)

O relato acima foi feito pelo chacareiro Rosemiro Bezerra, que está na região, desde 1978²⁷. Comprou o direito de posse de duas chácaras que pertenciam a dois irmãos e iniciou a produção rural. No seu relato conta as enormes dificuldades que teve que enfrentar para produzir alimentos: falta de incentivos do governo, maquinários, energia elétrica, conflitos armados com outros chacareiros, dificuldades de escoar a sua produção e vender seus produtos etc. Chegou a Brasília, na Cidade Livre, em 1961 em um pau de arara vindo do Rio Grande do Norte, viagem que durou quase vinte dias. Seu relato é cheio de emoção e conta com orgulho a sua escalada profissional dentro dos canteiros de obra. Comprou a chácara

²⁷Rosemiro fala de uma região cuja ocupação é “antiga”, se tomarmos como referente a data de criação de Brasília, 1960. No ano de 2011 foi realizada uma homenagem na Câmara Legislativa do DF à Colônia Japonesa de Brasília, que destacou: “A presente proposição tem como objetivo prestigiar a Colônia Japonesa de Brasília. Uma vez, que entendemos ser a história a mestra dos povos, e os japoneses fizeram uma bela história em Brasília. Iniciada em 1957, quando atenderam o convite do então Presidente da República Juscelino Kubitschek, chegando a Brasília primeiramente as famílias Kanegae, Ofugi, Ogawa, Ikeda e Hayakawa, que muito contribuíram com a construção da nossa Capital. Desde a agricultura até a construção civil, essas famílias dedicaram-se a exaustão para que o sonho de Dom Bosco se tornasse realidade. Com aproximadamente 25.000 pessoas, a Colônia Japonesa é hoje parcela relevante de nossa sociedade”. (CLDF, Requerimento 134/2011 do Deputado Joe Valle – PSB)

depois de ter ficado entre a “vida e a morte” após um acidente de carro. Após sua experiência na construção de prédios no Plano Piloto e ter sido repórter fotográfico, optou e escolheu voltar à produção rural, escolha que marcou quase um terço de sua vida na mesma chácara em Vicente Pires.

A fala desse duplo pioneiro (pioneiro da construção civil e pioneiro da produção rural), esclarece um pouco da vida de seus vizinhos na região. Em seu relato não soube precisar quando se deu a criação da APROAC a Associação dos Produtores do Projeto Águas Claras. O nome “Águas Claras” é uma referência a uma região na qual as águas chegam ao solo “às claras”. Pelo relato de Rosemiro, era enorme a quantidade de minas d’água na região. Fato que permitiu, inclusive, que os produtores da íngreme região em que mora fizessem diversos canais de abastecimento que perpassavam várias chácaras abastecendo-as com água potável, águas que desembocavam no córrego Samambaia. Esses microcanais se estendiam por quilômetros. Cada chácara fazia uma pequena barragem com um “sangradouro”, permitindo assim o trânsito da água para as outras propriedades. Rosemiro relatou que a sua chácara, que fica no “pé do morro” e bem ao lado do córrego Samambaia, chegou a ter três tanques com criatórios de peixes. Toda a água provinha dessas minas. Abaixo um pequeno mapa que reconstituímos com a “zona de influência” da APROAC, a associação que Rosemiro ajudou a criar.

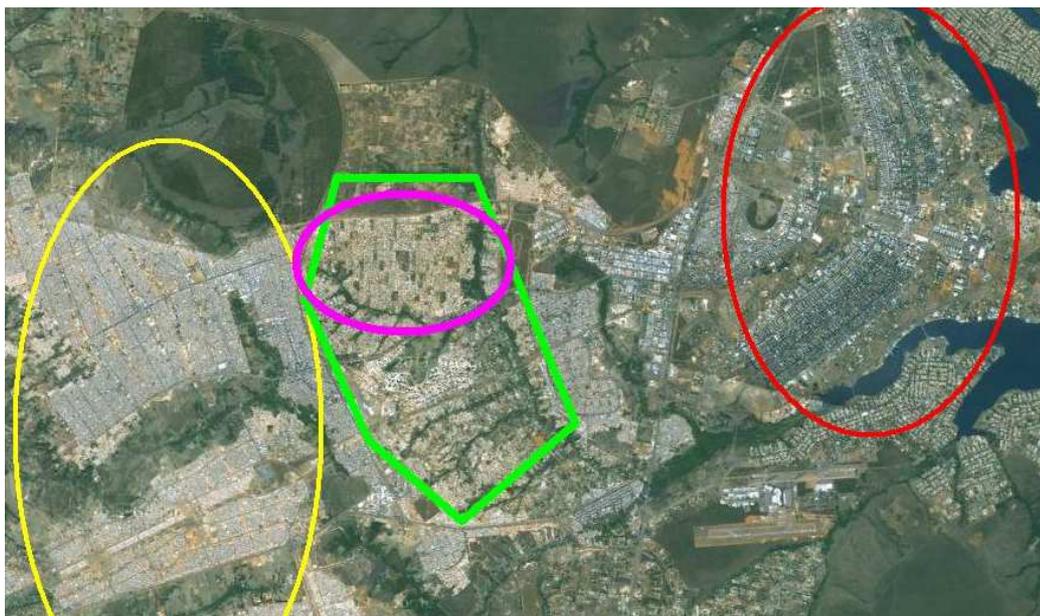


Foto 7 Destacamos quatro localidades e regiões com diferentes cores. A cor vermelha destaca o Plano Piloto de Brasília. A cor amarela destaca a área de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. A cor verde delimitaria, pelos relatos dos chacareiros da ACVP, a “zona de influência” da APROAC. E a cor roxa delimita o espaço em que foi criada a Colônia Agrícola Vicente Pires. Esta foto tirada por um satélite é de 2012 e já mostra a Colônia Agrícola Vicente Pires como uma área não mais “verde”, mas já transformada em “setor habitacional” ou “área urbana”. Faremos o debate dessa transformação no próximo capítulo. (aplicativo Google Maps da empresa Google. Verbete pesquisado, “Águas Claras DF”. Acesso em junho de 2012).

A foto também mostra que a área em **verde**, área que hoje está urbanizada e que já fora de produção rural, está exatamente entre os principais aglomerados urbanos do DF, de um lado está Taguatinga/Ceilândia/Samambaia em **amarelo** e o Plano Piloto em **vermelho**. Hoje, como bem mostra o mapa, há certa continuidade entre a mancha urbana. Em 1980 Brasília e Taguatinga eram separados por uma área verde ou *cinturão verde*.

Os potenciais hídricos e econômicos dessa região podem ainda ser traduzidos em números, trazidos aqui pelo jornal “Gazeta de Taguatinga”, em 28 de setembro de 1992. Pela pesquisa em jornais e artigos da época, a região de “águas às claras” era uma das principais produtoras de bens hortigranjeiros do DF. Vejamos alguns dados. Dos bens vendidos na Ceasa-DF em agosto de 1992, os produtores da região de “Águas Claras” foram responsáveis por 42,4% das 79 toneladas de alface comercializadas no DF; 75% das 11 toneladas de “cebolinha”; 66,7% das 12 toneladas de “coentro” e excederam na produção da salsa, gerando 18 toneladas, sendo o que foi comercializado na Ceasa nesse mês foram 8 toneladas, um excedente de 226%.

Mas porque Rosemiro se refere a uma associação de produtores, APROAC, e porque encontramos uma pauta jornalística mostrando e destacando que a região de Águas Claras era uma das principais mantenedoras do abastecimento alimentar de Brasília? Nesse momento são valiosas as lições de Carlos Nelson Ferreira dos Santos que em 1981 publicou um relato

sociológico sobre os *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Ele nos ensinou que essa associação que foi criada com a ajuda de Rosemiro pode ser observada como um *movimento social*.

A APROAC é a Associação dos Produtores do Projeto Águas Claras. Seu ano de fundação se deu em 1984 e chegou a representar mais de **dois mil associados**. Por isso a amplitude da “zona de influência” dessa associação destacada em verde no mapa acima (figura 4). Os motivos que levaram os chacareiros a criarem essa associação foram vários, acumularam-se ao longo dos anos. Mas o principal motivo e evento mobilizador foi a iminente desapropriação dos produtores rurais da região de “águas às claras” para a criação da cidade de Águas Claras.

Assim, participaram dessa associação os produtores das Colônias: Vicente Pires, Governador, Samambaia, Vereda da Cruz, Arniqueira e Veredão e os assentamentos “irregulares” da Vila São José, Vila Carroceiro, Vila União e Estação Ferroviária. Basicamente, a região “Águas Claras” em **verde** no mapa (figura 4) continha essas várias colônias agrícolas²⁸.

Vejam a modificação da paisagem da região de Águas Claras em fotos.



Foto 8 Pioneira Liduina em sua chácara em Vicente Pires. Ao fundo a cidade de Águas Claras ainda não havia sido construída. Foto de 1989.

²⁸ Tivemos que desenvolver nossa interpretação antropológica sobre uma importante lacuna de cunho histórica que não pode ser sanada a tempo. Há duas posições distintas. Pelos relatos dos chacareiros o “Projeto Águas Claras” fora um grande projeto que congregava todas essas Colônias Agrícolas, espécie de instrumento governamental de macrogerência rural. A confusão se deu, basicamente, por causa da palavra “Projeto”, signo que também aparece durante a criação da cidade de Águas Claras. Os artigos de jornais sobre o período não nos permitem afirmar se o Projeto fora de fato de gerência rural e depois transformado em instrumento de urbanização ou então fora criado apenas para a urbanização da região. Aliás, nossa pesquisa junto aos chacareiros da ACVP aponta para os dois sentidos. Mas tivemos que adotar uma posição. Preferimos a última, mas pode ser que essa posição esteja errada.



Foto 9 Vista capturada a partir de uma chácara de Vicente Pires, localizada na rua 4 e perto do córrego Samambaia. Ao fundo é possível observar os prédios de Águas Claras. Por Bruno Cassemiro em janeiro de 2010



Foto 10 Ao fundo os prédios da cidade de Águas Claras. Por Bruno Cassemiro em janeiro de 2010

O sentimento de localidade que existia nessa região de “Águas às Claras” pode ser registrado ainda não só no relato desses pioneiros rurais, mas também pelo histórico sobre o atual colégio particular La Salle, que iniciou os seus trabalhos em 1963 como “Instituto Agrícola La Salle”. Foi essa escola que ofereceu seu espaço diversas vezes às reuniões da APROAC para tratar da urbanização dessa região de produção rural

“Numa área agrícola de cem hectares, localizada na cidade satélite de Taguatinga, funcionou, desde 1963, o Instituto Agrícola La Salle, conhecido como IALS, que se tornou também um abrigo de menores necessitados por motivos de carência familiar.

Junto ao IALS, funcionava também uma escola através de convênio de comodato com a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), onde estudavam os menores internos e crianças dos arredores.” (Histórico do Colégio La Salle no sítio da instituição, acesso em junho de 2011)

Como a região de “águas às claras” é entrecortada por uma série de córregos e seus pequenos braços, era comum encontrar os produtores quase sempre instalados na beira desses córregos²⁹. Conforme explicou o chacareiro Walter em uma das reuniões da ACVP (Associação dos Chacareiros de Vicente Pires) não existia àquela época a mesma legislação ambiental que existe hoje e que proíbe e penaliza a ocupação das beiradas de córregos e cursos d’água. Pelo contrário, na década de 1960 o próprio governo incentivava a ocupação e produção rural perto de fontes aquíferas para facilitar a vida do produtor rural. Produzir perto da água era uma política de governo.

Como vimos, a “zona de influência” da APROAC correspondia ao espaço em que se queria executar o Projeto de Águas Claras de urbanização. Do mesmo modo que aconteceu com os vários planos que existiram para Brasília, esse grande projeto não foi totalmente executado. Dele nasceu apenas Águas Claras, zona urbana com grandes prédios de moradia e altamente densa. Hoje Águas Claras se tornou a 20ª Região Administrativa de Brasília. Transformou-se radicalmente de área rural para área urbana num pequeníssimo espaço de tempo. Conta hoje com mais de 135 mil habitantes e durante o ano 2000 foi considerada o maior canteiro de obras da América Latina, título que ainda persiste nos dias atuais.

Entre o início da construção de Águas Claras e o seu planejamento há um grande interstício temporal. A construção dessa zona urbana começou em 1992, mas já em 1982 foram movidos processos judiciais de reintegração de posse pelo Governo do DF contra os donos das chácaras que viviam nos fundos de vales no Setor de Mansões Park Way³⁰. De certo modo, **a criação da Colônia Agrícola Vicente Pires foi uma resposta do Governo aos produtores que tiveram de sair de suas propriedades para a construção da cidade de Águas Claras.**

É desse modo que a Colônia nasce: em meio a um grande projeto de urbanização e como espaço de produção de bens agrícolas criado para alocar os produtores rurais desapropriados. Assim, quando a Colônia Agrícola Vicente Pires nasceu em 1986, já existia a APROAC e uma grande movimentação política de produtores rurais na região. Quando o projeto de Águas Claras venceu e começou a ser executado, na mesma medida a APROAC começou a perder associados e poder de mobilização. A grande área rural que representava

²⁹ Matéria do Jornal Correio Brasiliense “Chacareiros Insistem em permanecer no Park Way”. Figura com rasuras e sem data.

³⁰ Em 1987, Lúcio Costa alterou no Plano Brasília Revisitada o uso das chácaras do Setor de Mansões Park Way para condominial.

começou a se tornar, aos poucos, “urbana”, com exceção da Colônia Agrícola Vicente Pires, que tinha sido aberta pelo governo em 1986³¹.

A rápida criação da Colônia, então, aconteceu pelo fato das pessoas que a compuseram serem *pioneiros rurais* e também porque essa organização política, APROAC, ajudou a transformar *cerrado*, *lixão* e lugar com *mendigos* em um empreendimento agrícola grande e produtivo, a Colônia Agrícola Vicente Pires.

Somente depois de alguns anos é que a APROAC – Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras – foi transformada em ARVIPS – Associação dos Produtores de Vicente Pires. Essa transição de nomes que aconteceu em 1994 não significa o fim de um movimento social. Na verdade, simboliza as transformações que ocorreram nessa região e com as pessoas que participaram delas.

O conflito que marcou a movimentação de dois mil produtores na região de Águas Claras deixou como legado um *know-how*, aprendizado e conhecimento às pessoas que começaram a se instalar na Colônia Agrícola Vicente Pires em 1986/89. As pessoas que iam chegando à Colônia foram se cadastrando nessa associação comunitária. Abaixo, uma ficha de cadastro utilizada para esse fim.

chãe 1335 OK
APROAC - Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras
FICHA - CADASTRO DE ASSOCIADO N.º 00116

I - DADOS DO ASSOCIADO:
 Nome do Produtor: Waldelei Cassemiro da Silva
 C.I. N.º _____ Orgão Expedidor _____ CPF _____
 Filiação Pai _____ Mês _____
 Naturalidade: Castanhal - PA Nacionalidade: Bra Data Nas.: 29/05/60
 End. Residencial _____ Fone _____ CEP _____
 End. Trabalho _____ Fone _____
 Grau de Instrução: Superior Profissão: Advogado

II - DADOS DA PROPRIEDADE:
 Colônia Agrícola: Vicente Pires Chác. N.º 1335 Área: 4,24 Ha.
 Situação do Imóvel: Contrato de Arrendamento Concessão de Uso Posse Outro - Citar _____
 Eletrificação: Sim Não
 Água Córrego Poço Artesiano Cisterna Outro - Citar _____
 Exploração: Hortaliça Pomar Lavoura Pecuária Outro - Citar _____

Solicito Autorização para Ingressar nessa Associação, a partir desta data, na condição de associado, observadas as disposições legais da APROAC em vigor.

Bra, 02/02/90. _____
 Assinatura do Interessado (digit) _____
 Presidente/Secretário _____

Figura 5 - Ficha de cadastro da APROAC de 1990 (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Cassemiro)

³¹ Percebemos junto ao grupo dos chacareiros – ACVP, uma singular concepção sobre o fenômeno da urbanização que nascera aí durante a construção de Águas Claras. E ainda hoje aparece e norteia a atuação política dos chacareiros frente a urbanização de Vicente Pires. Diante da inadiável necessidade do Estado por uma propriedade, desapropriação, resta ao “cidadão” brigar pela justa indenização ou compensação de sua propriedade por estar sendo retirado da propriedade que ocupa sem sua vontade. Assim, durante o processo de desapropriação para a construção de Águas Claras foi muito importante a intermediação da APROAC. Muitos produtores foram remanejados para a recém criada Colônia Agrícola Vicente Pires. Já outros produtores preferiram ser compensados em dinheiro. E alguns receberam projeções prediais e comerciais em outras cidades do DF. Uma delas foi Samambaia, que começara a ser construída na metade da década de 1980. Também existiram os produtores que preferiram continuar a produção rural e foram alocados no INCRA. Daí ficou a máxima que norteia o trabalho dos chacareiros de Vicente Pires: mesmo não sendo possível impedir o governo de desapropriar, que esse fato aconteça, pelo menos, de maneira justa. Essa concepção está basicamente relacionada ao preceito constitucional da Constituição Federal de 1988 e revela uma noção de cidadania: “art. 5º, XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.”

A capacidade de mobilização dessa primeira associação comunitária da região de Águas Claras pode ser atestada, não somente na defesa dos produtores rurais para que continuassem em suas terras. Vejamos outros importantes atos das pessoas que participaram e transformaram essa associação.

1.6 Micropolítica na *localidade* da Colônia

Com a criação de Águas Claras, e a criação da Colônia Agrícola Vicente Pires, a APROAC acabou modificando seu foco de atuação. Trabalhou no sentido de estabelecer e desenvolver a produção rural nessa área que fora criada para tal finalidade. Vejamos como esses produtores rurais criaram e estabeleceram relações políticas entre si. Descreveremos alguns elementos que nos permitem olhar para esse período de Vicente Pires e perceber aí uma *localidade*, conforme descreveu Leeds quando percebera as complicações de se usar o conceito *comunidade* (Valladares, 2005 p. 117, citando o antropólogo Leeds).

Uma das primeiras conquistas dos produtores rurais foi o movimento que buscou a eletrificação das chácaras. Pelos relatos, somente no final da década de 1980 é que os produtores conseguiram, a muito custo, a instalação da rede elétrica na região. Como relatou Rosemiro, a implantação da energia elétrica permitiu a compra de um triturador de alimentos que foi utilizado para fazer ração para a sua criação de 150 porcos. Trouxe *eficiência* à propriedade rural. E foi por meio da APROAC que a energia rural chegou à Colônia, quando a associação conseguiu fazer um acordo com a CEB (Companhia Energética de Brasília), trato este que estabelecia que os produtores seriam responsáveis pela parte aérea da rede, ficando a cargo da empresa de energia a instalação dos postes.

A partir dessa primeira realização coletiva já podemos perceber algumas das concepções que nortearam as outras ações dos produtores de Vicente Pires, *pioneiros rurais*. É que esse empreendimento rural “moderno” não poderia começar a funcionar de maneira “atrasada”. De certo modo os chacareiros de Vicente Pires pensaram-se “modernos” contrapondo-se a um rural “atrasado” percebido por eles como um rural desprovido de bens e equipamentos considerados modernos. Que bens seriam esses? Esclarecemos, primeiro, que não estamos aqui a defender que esse produtores não deveriam procurar melhorar o lugar em que habitavam. E não estamos esquecendo de levar em conta que os desdobramentos tecnológicos tiveram um grande impulso na metade do século XX. De fato, no final de 1980 a

eletrificação rural era uma realidade *possível* a uma grande parcela dos produtores rurais brasileiros³².

Se Vicente Pires “nasceu” e foi concebido de maneira moderna, se os seus moradores, os *pioneiros rurais*, são modernos pelo seu pioneirismo, as benfeitorias e equipamentos públicos devem, então, reproduzir em alguma medida essa modernidade.

É nesse sentido que o chacareiro Rosemiro lembrou em seu relato de vida o período quando vivia no interior do Rio Grande do Norte. Contou que seu pai saía toda semana à feira numa viagem de mais de duas horas, *léguas*, a cavalo para comprar mantimentos, inclusive o óleo para a lamparina, mais ou menos nos anos de 1940

“Dentro das casas era mais lamparina. As casas não tinham instalação. Nessa época mesmo quando eu era garoto não tinha instalação nas casas, era lamparina, depois puseram uns postes na rua, tinha postes nas ruas, mas só no centro da cidade, mas já era uma grande coisa, o comércio funcionava só de dia, de noite não, naquela época se dormia muito cedo.” (Relato de vida, chacareiro Rosemiro. Em 10 de maio de 2010)

Quando Rosemiro já estava em Brasília em sua chácara percebe, então, que a energia elétrica é *possível* para a área rural. A implementação dessa tecnologia estava dentro de seu *campo de possibilidades* e no de outros chacareiros (Schutz, 1979). Aliás, não era só a energia que tinha a possibilidade de fazer parte desses compostos modernos rurais. Coincidentemente, várias das disposições planejadas por Lucídio Guimarães para a moderna e planejada capital do Brasil acabaram sendo executados pelos chacareiros de Vicente Pires, isso quase 30 anos depois e sem que esses chacareiros tenham lido as obras de Lucídio. Como mostramos no capítulo 1, é como se houvesse uma continuidade no tempo de alguns valores modernos e que a idéia que se tem sobre Brasília, por mais que varie ao longo do tempo, guardou alguns elementos que persistiram. São elementos que provêm dessa modernidade da década de 1960 que participou da construção de Brasília. E que aqui foi repensada, modificada e implementada por meio da política. Por isso o nosso interesse no papel da APROAC na construção de uma nova área rural no DF.

³² Constatamos isso depois de analisarmos os números 1(um) a 123 da revista Globo Rural (nº1 setembro de 1985 a nº123 janeiro de 1996, ano 11). A temática da revista nesses primeiros anos é totalmente diferente da temática abordada pela mesma revista nos dias atuais. Nesses primeiros números percebemos uma revista geral, que buscava alcançar os mais diferentes rurais do Brasil e que trazia interessantes matérias sobre cultura popular, povos indígenas, quilombolas e pequenos produtores rurais. Havia espaço de dúvidas dos leitores e cartas e esses números sempre apresentavam diversas técnicas de construção e manejo que poderiam melhorar a vida no campo. Já a Globo Rural de “hoje” está diferente. Não são mais ensinadas novas técnicas. Curiosidades sobre o campo e animais também sumiram e as reportagens que mais aparecem dão ao campo um sentido mais econômico, relacionado aos grandes produtores. É como se essa nova Globo Rural tratasse, principalmente, dos aspectos econômicos do rural brasileiro, que se tornou o mais importante segmento produtivo do país, representando parte significativa do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

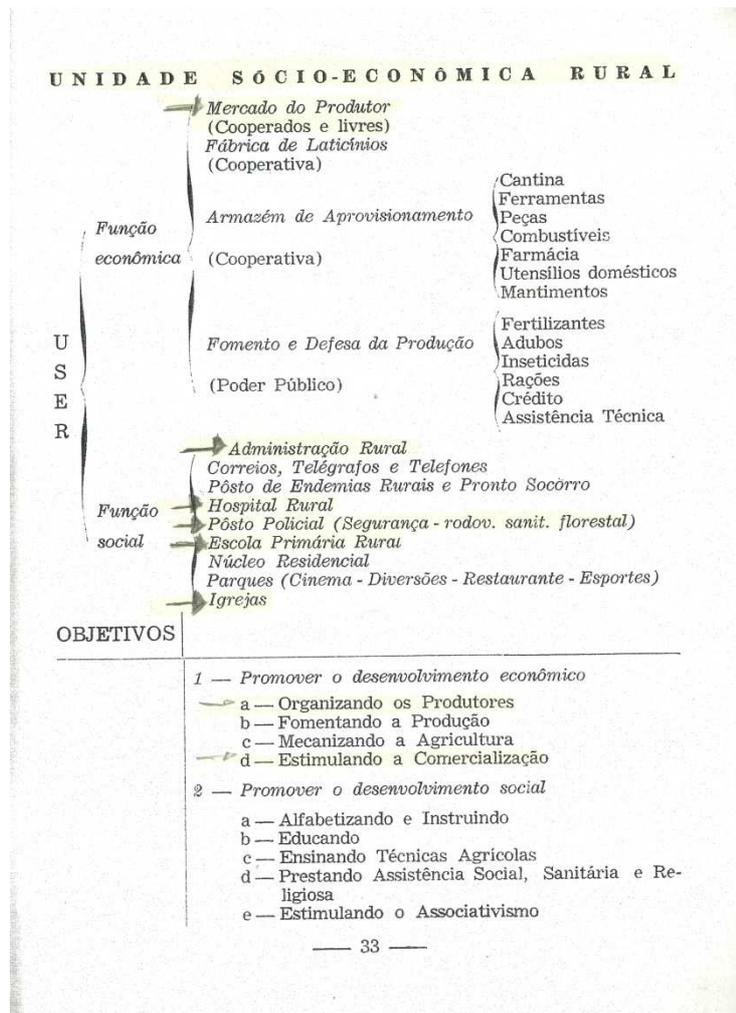


Figura 6 Quadro do livro *Introdução ao Urbanismo Regional - Sistema de Abastecimento de Brasília* de Lucídio (Brasil, 1960 p.33, marcações e setas nossas)

Lucídio concebeu em 1960 que as *USER* seriam territórios que contariam com os seguintes elementos:

1. *administração rural*
2. *policimento comunitário*
3. *igrejas*
4. *mercado dos produtores*
5. *hospital rural etc.*

O interessante é que esses mesmos elementos foram os principais tópicos de discussão dos produtores nesses primeiros anos de Vicente Pires. Foram os produtores rurais que se organizaram para colocar iluminação pública nos principais pontos da Colônia, criaram uma caixa de “correio coletivo” para onde eram mandadas todas as correspondências dos produtores. Procuraram junto ao governo tratores, adubos, assistência técnica, telefones etc. O

primeiro passo deles foi, então, instalar no território da Colônia Agrícola Vicente Pires a eletrificação rural. E o segundo passo já mostra que esses produtores tinham uma integração política tal que permitira a divisão de tarefas e a prática do lobby junto aos deputados distritais da primeira legislatura da Câmara Legislativa do DF. Conseguiram fazer o GDF doar uma grande porção de terras dentro da Colônia, uma importante conquista dentro da conturbada questão da terra no DF. E nesse espaço os produtores realizaram seus principais feitos, tudo também num período de tempo curto. Dentro de pouco mais de seis anos abriram estradas, deram *eficiência* à produção rural com a eletricidade, construíram sua sede comunitária, colégio etc.

Primeiramente construíram um espaço para as reuniões comunitárias, a sede da *associação* assinalada abaixo pela foto. Notemos que a inscrição já conta com o nome da ARVIPS – Associação dos Produtores de Vicente Pires – foto posterior ao ano de 1994 quando a *associação* trocou seu nome de APROAC para ARVIPS.

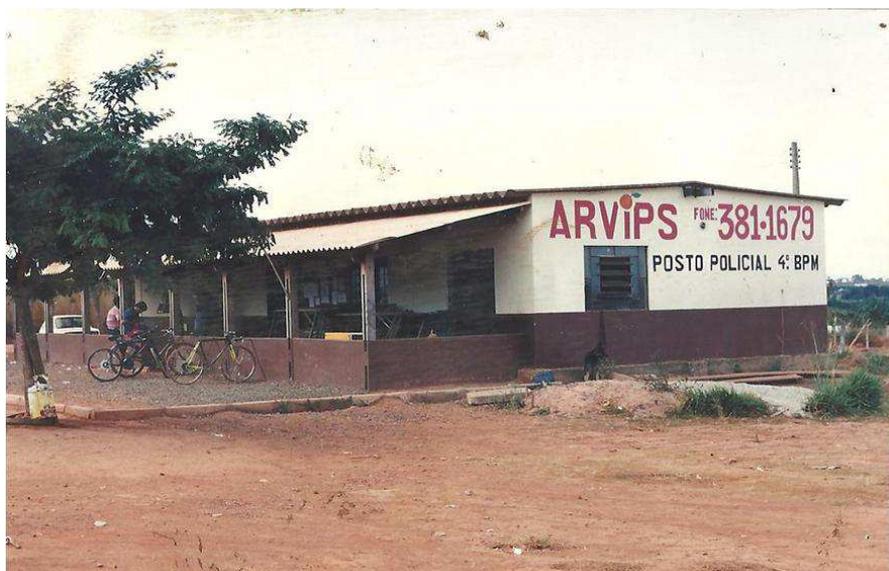


Foto 11 Sede da APROAC e depois ARVIPS. Período de 1994. (Créditos 30ª Região Administrativa - Vicente Pires)

Com a sede, não seria mais necessário aos produtores reunirem-se uns nas casas dos outros ou mesmo utilizar mais o espaço do antigo colégio La Salle. Aliás, a sede definitiva representou ainda a possibilidade de existir dentro da Colônia Agrícola uma referência territorial importante, espaço que representou não só fator de agregação política e *comunitária* entre os produtores, mas também espaço para **troca de informações**.

A cena da foto já registra, também, outra articulação política que aconteceu nessa *localidade*: conseguiram que fosse feito o *policimento comunitário* da região, com o 4ºBPM - batalhão de polícia militar. A mesma sede de reunião comunitária ofereceu uma pequena

sala à polícia. Não só isso: também empreenderam esforços para a compra de um carro, modelo fusca, e duas motos e promoveram a “autoconstrução” de uma sede para a polícia militar na pista EPTG. No ano de 1996 a ARVIPS comprava o gás de cozinha para o posto policial e era responsável pela manutenção da viatura policial.

Outra realização importante dos produtores, que também está de acordo com os planos de Lucídio para o rural moderno da capital, foi a construção de um colégio rural dentro desse grande espaço, que contou com a oferta de ensino regular para as primeiras séries iniciais e supletivo no período da noite.

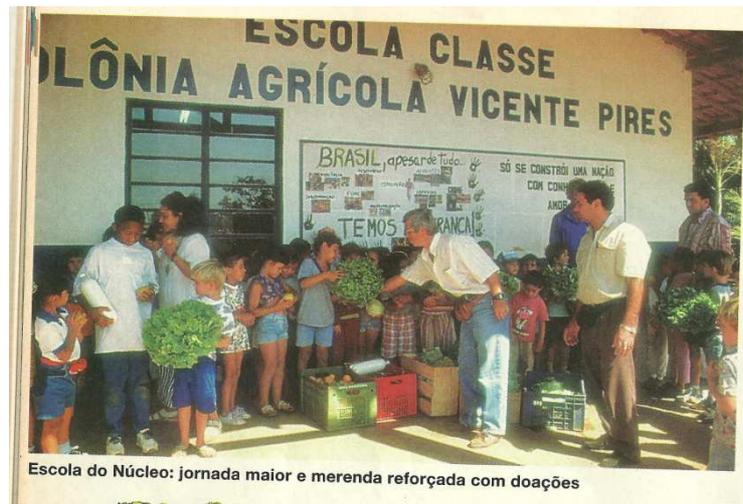


Foto 12 Escola Classe Colônia Agrícola Vicente Pires. A foto registra a ocasião na qual os produtores rurais fazem “doações” de verduras e bens. Matéria “Estranhos no Ninho”, Revista Globo Rural sobre os produtores de Vicente Pires (Rev. Globo Rural n° 123 janeiro de 1996 ano 11)

Muito reveladora sobre o período é a reportagem “Estranhos no Ninho” da Revista Globo Rural realizada em 1996.

“(...) Pensando na melhoria das condições de vida para as pessoas que moram na área, os diretores da ARVIPS reformaram a Escola Classe Colônia Agrícola Vicente Pires, onde os alunos têm jornada escolar mais duradoura que nas [outras] escolas públicas. O período de aulas vai das 8às 14h, com merenda escolar bem reforçada pelas doações espontâneas dos próprios moradores. À noite funciona o curso supletivo. Em 1994, eram 18 alunos. Em 1995, 40. Os próximos objetivos são a compra de uma viatura para a segurança do Núcleo, a construção de um posto de saúde e a realização de cursos profissionalizantes”. (Rev. Globo rural ano 11 n° 123 jan 1996 p. 48)

O colégio serviu não apenas aos produtores rurais, mas também aos filhos das pessoas que trabalhavam nas chácaras e que, de certo modo, permitiam a continuidade da atividade produtiva, os *caseiros* e *empregados*. Como retratou a mesma reportagem, somente 10% dos produtores do núcleo agrícola se dedicavam integralmente à atividade produtiva. A maior

parte ou era comerciante ou então funcionário público (Globo Rural, nº123 jan 1996)³³. A palavra *caseiro* lembra, aliás, *aquele que cuida da casa*, pessoa responsável por cuidar e zelar da chácara. Era comum na Colônia que o *zelo* da chácara fosse feito por uma pessoa, *caseiro*, que morava na chácara numa casa oferecida pelo *produtor rural* ou *dono da chácara*, não havendo problemas do *caseiro* vir acompanhado com sua esposa e filhos. Já os *empregados* participariam de uma chácara mais voltada para a “produção” comercial.

Se aguçarmos mais ainda as diferenças entre *caseiros* e *empregados* perceberemos algumas diferenças entre as chácaras existentes dentro de Vicente Pires. As chácaras tiveram a mesma *gênese*, iguais entre si, mas foram seus *donos*, *os pioneiros rurais*, quem as transformou. Havia aquelas chácaras com produção rural mais “familiar” e outras chácaras que eram voltadas para a produção “comercial”, não raro havendo investimentos em tecnologia para a dinamização da produção. As chácaras “familiares” tinham *caseiros* e as voltadas para a produção comercial tinham *empregados*. Não estamos procurando mostrar uma Colônia dividida entre os “econômicos” e os “não-econômicos”. Estamos apenas mostrando diferentes dimensões na qual as chácaras poderiam transitar. Uma mesma chácara poderia ter um *caseiro* e vários *empregados*, já outra saiu da produção comercial e preferiu ficar apenas no âmbito familiar etc. E essas transições possíveis para as chácaras ficam claras nas entrevistas que realizamos.

O chacareiro Waldelei Casseiro, chegou a participar durante alguns anos desse âmbito “produtivo” e comercial da chácara. Ele e seus irmãos fizeram plantações de arroz, milho, frutíferas e verduras. Desse período registrou a foto abaixo, na qual ele e alguns familiares realizam a colheita do arroz junto com o *caseiro* e alguns *empregados* parentes do *caseiro*. Deu à sua propriedade um sentido comercial, mesmo tendo outra ocupação como funcionário público

³³ Inquirimos alguns chacareiros que viveram e participaram desse período de produção rural sobre esse quantitativo. Concordaram que havia essa diferença entre chácaras “produtivas” e “não-produtivas”, mas os números apresentados pela revista estão distante da realidade. Aliás, a própria revista não diz de onde tirou esses números. Na verdade, os dizem os chacareiros que o número de chácaras “produtivas” variava de 30 a 45% do total de unidades produtivas de Vicente Pires. Já as “não-produtivas” variavam entre 55 a 70%.



Foto 13 Início da Colheita do arroz em 1989. (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Cassemiro)



Foto 14 O arroz que é colhido é separado em montes, “fardos” para ser “batido” e “debulhado”. Em seguida é colocado em sacos e daí pode ser comercializado. Final do ano de 1989 (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Cassemiro)

Já o Sr. Rosemiro viveu em função da produção por quase trinta anos, parando de produzir visando o lucro quando sua idade não mais permitiu. Ele se dedicou integralmente e hoje a chácara tem apenas um âmbito “familiar”. Seu riquíssimo e diversificado pomar “produz” somente para ele, que vive sozinho e não se importa de distribuir alimentos para os seus amigos mais próximos e vizinhos. Teve vários *caseiros*. Com alguns teve problemas e com outros manteve uma relação duradoura. Um de seus caseiros ficou com ele por mais de dez anos e mesmo quando saiu para trabalhar como gari no “SLU” quando tinha férias ia para a chácara de Rosemiro ajudar na produção. Sua relação com os *empregados* também foi difícil, o “pessoal procura mais direitos do que trabalho, faz as coisas mal feitas ou pela metade e eu não gosto de coisa mal feita, tudo meu é bem feito” (Relato Sr. Rosemiro, em 10 maio de 2010).

Nesse sentido ainda temos a entrevista realizada com o *caseiro* Antônio Manuel Sales, piauiense que chegou a Vicente Pires em 1991. Durante sua estadia na localidade trabalhou em duas chácaras. Questionei-o sobre o *sentido* que os seus patrões davam à suas chácaras, se elas eram de produção rural, familiar ou se o patrão não fazia nada na chácara. Disse que o

primeiro trabalhava com construção civil e que não falava mal da produção rural, mas também não era entusiasmado. Antônio podia produzir tudo o que necessitasse para si livremente. Percebia que a chácara tinha um potencial pra fazer dinheiro, mas isso não era explorado pelo seu patrão. Já na segunda chácara, seu outro patrão era dono de uma gráfica e “gostava de gastar muito dinheiro à toa, por isso ficou sem dinheiro”. Nesta última chácara ficou por 17 anos até voltar ao Piauí. Pela sua experiência, percebeu que o intuito de seu patrão não era dar um sentido “econômico” à propriedade. No pequeno espaço da chácara que cuidava quando *caseiro* ajudou a chácara a ter um rebanho de mais de 50 cabeças de gado, número que pode ser considerado excelente para uma “pequena” chácara com no máximo 4ha ou 5ha (hectares) de dimensão. Antônio saía por toda a Colônia coletando materiais verdes para o consumo do gado, principalmente verduras e sempre era bem recebido nas outras chácaras. Acabou, assim, conhecendo muitas pessoas e fez muitas amizades em Vicente Pires. Nessa mesma chácara eles plantavam cana-de-açúcar e produziam cachaça, que era levada para Padre Bernardo em Goiás, iguaria que sempre fazia as pessoas irem à chácara procurar por ela. Era distribuída em grandes galões.

O colégio também foi um importante espaço apropriado pelas pessoas que residiam em Vicente Pires, espaço múltiplo que participou tanto do âmbito educacional de várias crianças quanto do âmbito *religioso* cristão-popular. Assim, enquanto espaço, foi muito importante para a complexificação do sentimento de *localidade* da Colônia. Para completar esse ponto, anexamos abaixo um pequeno histórico da *Paróquia Nossa Senhora das Vitórias de Vicente Pires*³⁴. Essa narrativa é muito importante para nosso trabalho porque conta como a instituição católica acompanhou a criação e abertura da Colônia e sua posterior transformação em área urbana, saiu-se de uma *Capela* para se chegar a uma *Paróquia*

“A história de nossa **paróquia** começou no início dos anos 90. Monsenhor Januário Baleeiro de Jesus e Silva, Superior da Congregação Oblatos de Cristo Sacerdote, estando em Brasília, foi procurado por Dom Ávila – Bispo Auxiliar de Brasília, para informá-lo que a **comunidade de Vicente Pires** estava pleiteando uma **Capela**, e que, apesar de pertencerem ao território da **Paróquia Nossa Senhora Perpétuo Socorro**, não tinha possibilidade de assumir a **capela**. Queria saber se a Congregação dos Oblatos não poderia assumir a **comunidade de Vicente Pires**. Na ocasião, monsenhor Januário Baleeiro manifestou interesse e a Congregação assumiu imediatamente.

Algum tempo depois, foi celebrada a primeira Missa na sede da **Associação rural de Vicente Pires**, presidida por Dom Ávila, e concelebrada por Dom Jesus Rocha, Monsenhor Januário, Padre Mariano, entre outros. Na ocasião, Dom Ávila sugeriu o nome da comunidade de Nossa Senhora das Vitórias (...). **Desde então, passou-se a**

³⁴ Suprimimos aqui trechos desse histórico que relata a origem da devoção a Nossa Senhora das Vitórias. A devoção à santa nasceu no século XVII, ano de 1627 na França, durante a guerra dos franceses contra os protestantes que controlavam o porto de La Rochelle. A batalha foi dura e o rei francês Luis XIII venceu a guerra e mandou erguer uma igreja chamada Nossa Senhora das Vitórias em comemoração à vitória.

celebrar as Missas para a comunidade na sede da Associação. Com o passar do tempo, o espaço foi ficando cada vez menor para a comunidade (...). Assim, as celebrações que eram realizadas quinzenalmente passaram a ser realizadas todo domingo, mesmo assim, o espaço continuou insuficiente, e a partir de 89, as Missas dominicais passaram a serem celebradas na **escola agrícola de Vicente Pires**, localizada ao lado da **Feira do Produtor**.

Aqui em Vicente Pires, ainda no ano de 89 a comunidade crescia e os Padres que celebravam na comunidade Nossa Senhora das Vitórias, perceberam a necessidade de se ter uma religiosa assistindo as pessoas e as atividades da comunidade. Na ocasião convidaram a **Irmã Pierina Iope**, (...). Chegou a Vicente Pires no ano **1994**, percebendo a necessidade de se ter um local próprio para se realizar as celebrações e **ela passou a lutar para conseguir um terreno para se construir a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias**. Com muita luta e com o apoio de alguns fiéis, como o Sr. Lino, conseguiram através do **Deputado Daniel Marques na Câmara Legislativa** a liberação do terreno para a referida construção.

Deus atende também os pedidos da comunidade paroquiana de Vicente Pires e de uma forma surpreendente, com a contribuição e ajuda de **várias comunidades (Park Way, Taguatinga e os fiéis daqui)**, foi concluída a obra da **Capela** e em seguida ocorreu a tão esperada Missa de inauguração (...). [A partir de agora a narrativa mostra a diversificação interna ocorrida nessa instituição devido a grande demanda ocasionada pela rápida urbanização]. Algum tempo depois veio a excelente notícia de que a **capela se tornaria Paróquia**, e então, teve início a formação dos grupos, movimentos, serviços e pastorais assistidos por Irmã Pierina.

(...) Em meados do mês de Junho [2002] o nosso Padre passa a morar em nossa comunidade no prédio antigo onde funcionava as salas de catequese e no dia 15 de agosto desse mesmo ano, dom Jesus Rocha em missa solene eleva a nossa **comunidade a paróquia e o Pe. Adilson recebe o título de pároco**. (...)” (10 anos da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias de Vicente Pires, 2012 adaptações e grifos nossos)



Foto 15 “Capela” ampliada e transformada em “Igreja de Nossa Senhora das Vitórias”. Destaque para a frase da placa “Salão comunitário – precisamos de sua generosa contribuição para a construção (...)”. Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires, sem data.

Esse histórico da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias foi redigido no ano de 2012, em virtude das comemorações de uma década de existência da paróquia. Ele nos fornece vários elementos interessantes para compreender o período de produção rural em hora. Primeiramente, antes de 1989 já existia algum nível de vida religiosa cristã nessa área de

produção agrícola. E o interessante é que os produtores e trabalhadores não realizavam práticas religiosas totalmente autônomas: desde a criação de Vicente Pires enquanto área agrícola há a presença de autoridades religiosas católicas na região. As primeiras celebrações de domingo eram feitas na sede da “Associação Rural de Vicente Pires”. Pouco depois a *comunidade* cresceu e o espaço começou a ficar “pequeno” e as celebrações passaram a ser feitas na “Escola Agrícola de Vicente Pires”, localizada ao lado da “Feira do Produtor”.

E enquanto a *capela* não era construída pela *comunidade*, os produtores rurais utilizavam o espaço do colégio para os mais diversos fins religiosos. Além de espaço educacional, o colégio agrícola foi palco de vários rituais: adoravam seus santos nos *terços*, comemoravam datas especiais com as suas *novenas*, algumas que rodavam as chácaras e terminavam no colégio, e formalizavam as relações de compadrio que começaram a ser estabelecidas nessa região agrícola de formação recente. Vicente Pires nascia enquanto uma nova área agrícola do DF, mas os elementos que participaram de sua *composição* eram “antigos”, no sentido de que a modernidade de Brasília foi combinada com os vários outros rurais antigos desses *pioneiros* provenientes dos mais diferentes lugares do Brasil.



Foto 16 Mulheres posam para a fotografia ao final de um rito católico de *crisma* realizado no Colégio Agrícola. Ano de 1992. (Créditos à pioneira Francinete Alves e ao pioneiro Mathias e familiares).

A narrativa da história mostra, basicamente, como uma *comunidade* conseguiu erigir uma *capela* e transformá-la em *paróquia*. De certo modo, esses diferentes *status* mostram não só o nível de organização dos produtores rurais. Apontam para um período na qual escola, igreja, *comunidade* (pessoas da *localidade*) e a associação de produtores participavam juntos dos acontecimentos dessa área agrícola.

Essa dimensão religiosa da Colônia permitiu que os filhos dos produtores fossem apadrinhados por outros produtores, aos donos das chácaras apadrinharem os filhos de seus *caseiros* ou mesmo um *caseiro* entregar seus filhos a outro *caseiro* para o “apadrinhamento”. Essas relações de apadrinhamento e de ajuda mútua foram muito importantes durante esses primeiros anos da Colônia. Tanto os produtores quanto seus funcionários estavam se instalando em um ambiente novo, na qual as relações de vizinhança e as diversas redes de amizade e políticas estavam começando a ser construídas.

Foi nesse sentido que o *caseiro* Antônio Manuel Sales entregou seus filhos a outro *caseiro*, o pioneiro Sr. Mathias, como “pai por consideração” de seus filhos. Falando da sua relação com “Seu Mathias”

“Gostei muito, não tem nem como comparar, é quase como irmão. As meninas [filhas de Antônio] chegavam de manhã e voltavam a noite. Nunca mais tinha visto algo como um dos filhos de Mathias passar na minha casa só para pedir a benção todos os dias”. (Entrevista com o *caseiro* Antônio Manuel Sales, em 7 de outubro de 2011)

Quando entrevistei Antônio Sales, percebi que estava ali uma pessoa que teve em Vicente Pires uma experiência de vida muito diferente da dos produtores ou donos de chácaras. Assim, procurei em sua fala perceber como era o cotidiano dessa Colônia Agrícola, as festas, amizades, conflitos, produção. Enquanto havia uma rede de produtores organizada em uma associação, associação dos *donos da produção e das chácaras*, primeiro APROAC e depois ARVIPS, a rede das pessoas que trabalhavam em Vicente Pires parece ser mais fluida e cotidiana, não tão organizada como a dos donos das chácaras. Enquanto muitos produtores estavam divididos entre o trabalho com a chacara e outras atividades como o comércio e o funcionalismo público, os *caseiros* e *empregados* lidavam com Vicente Pires todos os dias. Sua sociabilidade nessa *localidade* era diferente da dos donos das chácaras. Antônio ajudou muito na criação de porcos, sempre corrigindo seu primeiro patrão que sempre se equivocava quando fazia negócios e vendia os animais. Sobre a paisagem de Vicente Pires relatou que

“Bruno: Diga para mim, qual era a paisagem em Vicente Pires, como é que era quando você andava pelas estradas?”

-Era bonita, cheia de pomar e verduras para todos os lados. Aqui tinha um acordo pra plantar hortaliças. Teve aqueles que plantaram frutos, mas Vicente Pires foi formada para o consumo de Brasília e até para a exportação, dava para tirar um bom dinheiro. As estradas eram tipo um carroçal [carroças, capinzal, campo].

Bruno: Mas como eram as chácaras? Era tudo aberto como nas fazendas que não tinham divisórias entre elas?

-Era tudo cercadinho, algumas com arame liso e tela.” (entrevista com o *caseiro* Antônio Manuel Sales em 7 de outubro de 2011)

E da necessidade por “segurança” na Colônia podemos ainda perceber algumas regras de convivência e vizinhança entre os moradores das diferentes chácaras. As pessoas de “bem” gritavam do “portão” quando queriam entrar na chácara. Roubos eram constantes. Iam desde os seis porcos que foram roubados em um carro na primeira chácara na qual Antônio trabalhou até ferramentas, bombas d’água, cercas furadas e assalto às casas dos produtores. Durante a nossa pesquisa com a ACVP - Associação dos Chacareiros de Vicente Pires- entre 2009 e 2011, escutamos vários relatos sobre esses primeiros tempos de Vicente Pires. Um pioneiro rural, morador da rua 4 disse que “nunca entraram” na chácara dele. A qualquer movimentação estranha, além dos cachorros, havia os fogos de artifício que soltava na escuridão, seu “38” e “uma ‘12’ com os canos cerrados” que eram reiteradamente utilizados a qualquer sinal “suspeito”. Não que fosse normal, mas não era incomum que os donos das chácaras e seus “vigias”, “cuidadores”, *caseiros*, possuíssem armas em suas residências. Já outra chacareira, Dona Isabel, recordou mais de duas vezes durante as reuniões da ACVP o dia quando colocou para correr os ladrões que estavam tentando assaltar a sua casa. Sempre deixava um machado atrás da porta e o seu “parabelo”. É a partir desses relatos, então, que entendemos a “necessidade” desses produtores pelo policiamento. A preocupação com a segurança era uma questão da *comunidade* (das pessoas que viviam na *localidade*) como foi registrado no “Boletim do Produtor” em 1996, folheto produzido pela associação de produtores

“Novamente lembramos a todos os moradores que, toda e qualquer ocorrência na colônia (roubo, estupro, arrombamento, etc) deve ser imediatamente comunicada no Posto Policial.” (Boletim do Produtor ano I, nº5 Julho de 1996)

Esse sentimento “comunitário” dos produtores da associação e seu desprendimento em criar algo novo no território da Colônia podem ser também atestados na criação do **Galpão do Produtor**. Mais uma vez os produtores organizados em associação criaram em Vicente Pires algo que Lucídio já havia esboçado, um mercado que “constará de grande cobertura abrigando plataformas e locais adequados à recepção, exposição e comercialização de produtos hortigranjeiros” com a função de coletar e comercializar os produtos e incentivar o associativismo entre os produtores, “espaço racional” que contaria com disciplina de preços mínimos baseada nos custos da produção, combate a especulação e a cotação dos produtos com base no estoque, na oferta e na procura dos gêneros (Brasil, 1960 p. 34).

Quando os produtores criaram seu Balcão, ou Galpão, do Produtor, fizeram-no, claro, em bases racionais, mas não da maneira como Lucídio descreveu acima em sua *racionalidade econômica* que nos parece muito distante do caso dos produtores de Vicente Pires e seu

contexto. É certo que as propriedades tivessem alguma dimensão econômica, mas ela poderia estar relacionada desde a subsistência até ter um sentido comercial e mercantil. Mas isso não quer dizer que sua mentalidade fosse formatada por uma *racionalidade econômica estritamente comercial*.

Como já mostramos, a Colônia foi *criada para produzir*. Essa racionalidade que aparece no momento em que a Colônia é criada está inscrita não somente na disposição física das chácaras, com suas estradas retilíneas e suas propriedades também quadrangulares e retilíneas. O Estado, quando criou a Colônia Agrícola, acabou utilizando, também, de um instrumento que **garantisse** que a produção acontecesse. Antes de se instalar nas terras do governo para iniciar a produção rural, o candidato a produtor teve que dar sua palavra, sua assinatura, junto ao órgão da área rural do governo e assinar um **Plano de Utilização – PU** – dispositivo que estabelece no papel as culturas agrícolas a serem desenvolvidas na unidade produtiva, a disposição das construções, curvas de nível etc. **É um contrato que controla, de certo modo, o que o produtor vai fazer na chacara na qual está instalado. Querendo ou não, os produtores se tornaram obrigados a produzir, em alguma medida, por meio do PU.** Se o órgão de fiscalização rural atestasse que a unidade produtiva não estava produzindo, o contrato do governo com o produtor era cancelado e o produtor teria que sair da chacara. Assim esse foi o principal meio utilizado pelo governo para fiscalizar as atividades dos produtores de Vicente Pires.

Por isso falamos a todo momento em *produtores* no caso da Colônia. A pessoa que tivesse o *sonho* ou o *desejo* de produzir, como no caso dos chacareiros Waldelei e Rosemiro, e que *escolheu* vir para a Colônia produzir, deveria aceitar o título de *produtor*. Não havia escolha em ser ou não ser produtor. Isso já era uma distinção automaticamente atribuída a quem chegasse à Colônia, empreendimento que convidou para sua composição aquelas pessoas que se *identificavam* com o *papel de produtor*.

Essa constatação nossa chegou somente no final da pesquisa. Demoramos a perceber que esse rural criado na Colônia era um rural diferente. Não tínhamos percebido esse caráter impositivo e obrigatório com relação à produção. Mesmo que a maior parte dos produtores não tenha dado um caráter mercantil-produtivo às suas chácaras e sim “familiar”, havia o contrato com o governo e também uma associação que procurava fomentar e estabelecer a produção na região. A Colônia tornou-se um espaço plural que colocou lado a lado os mais diferentes rurais do Brasil, entretanto singular quando “disciplinou” todos sob o **signo da produção**.

É nesse sentido que questionamos Lucídio. Na verdade, a relação do homem com o meio era sim atravessada pela obrigatoriedade da produção comercial, mas também havia outras dimensões que participavam de sua vida: relações de parentesco e vizinhança, trajetórias de pioneiros, *empregados* e *caseiros*, festas religiosas e agrícolas, associativismo, política etc. Por isso é assaz redutor dizer que o cotidiano da Colônia fosse norteados somente por uma racionalidade estritamente mercantil-produtiva. A questão da comercialização da produção era uma dentre outras tantas questões que mexiam com os produtores

“Casos de sucesso como o de Paulo de Tarso Santos, que vende tudo o que produz, encontram também sua contrapartida negativa. Edson Bezerra Cabral, diretor administrativo da ARVIPS, há sete anos trabalha numa chácara de 3 hectares, mas ainda não conseguiu nenhum lucro. Com atividade bem diversificada, cria animais de pequeno porte e peixes, cultiva hortaliças e 400 pés de mexerica, limão e laranja. Tempos atrás, ficou decepcionado com o preço baixo oferecido pela Ceasa por uma caixa de limão de 20 quilos e optou por deixar os frutos apodrecerem em volta do pé. *Pagar empregados para colhê-los resultaria num custo maior que a quantia que receberia pela venda.*

Para tentar por fim a situações constrangedoras como essa, a Arvips inaugurou, em julho do ano passado [julho de 1995] o Galpão do Produtor, que funciona aos sábados e domingos, ao lado da sede da entidade. Numa área coberta, cerca de 100 chacareiros comercializam seus produtos diretamente com os consumidores. *A inexistência de intermediários permite que recebam bem mais do que receberiam na Ceasa, enquanto quem compra paga menos do que pagaria nos sacolões.* No Galpão tem verduras e frutas sem agrotóxicos, ovos, frangos, carnes, embutidos, doces, leites e derivados, temperos, flores e plantas. (Rev. Globo Rural ano 11 n°123 jan 1996 p.48, grifos nossos)

As principais benfeitorias dos produtores que destacamos foram criadas todas dentro do supracitado espaço conquistado junto ao poder público. Bem em frente à sede da associação, que cedeu uma sala para o posto policial, há o colégio agrícola. E do lado do colégio fizeram o Balcão do Produtor. E poucos metros à frente também construíram a Igreja Católica da Colônia.



Foto 17 Balcão ou Galpão do produtor, espaço que coloca em contato direto o produtor e o seu consumidor. (Rev. Globo Rural ano 11 n°123 jan 1996 p.48)

Oliveira (*et al*, 2011) trouxeram interessantes elementos para pensarmos a relação entre produção e seu contexto social. Sua análise centrou-se no caso de agricultores “tradicionais” e “ambientalistas” do Rio Grande do Sul que conseguiram conquistar, por diversos meios, certo grau de “autonomia” frente aos mercados e as forças econômicas. Sua análise embasou-se na idéias de Polanyi. De acordo com os autores, os mercados são produtos de interações sociais muito antigas, anteriores às economias capitalistas. Antes de o capitalismo imperar, as motivações das pessoas para produzir e trocar eram diversas, como a preservação de vínculos familiares, posição social, códigos de honra etc. E uma grande transformação ocorreu quando o intercâmbio deixou de ser uma *forma* de interação social e passa a ser *a razão das relações sociais*, momento em que a economia descolou-se das instituições e o mercado passou a ser gerido por si mesmo ou por outros valores que não mais os “tradicionais”, sendo a principal motivação para as trocas comerciais a maximização dos lucros. Assim, trazem essa abstração de Polanyi para o contexto rural e mostra que a mercantilização do mundo rural transformou

“formas sociais que antes produziam para viver, em formas sociais que passam a viver para produzir bens de troca ou mercadorias. Ou seja, deixam de ter os mercados como espaços de interação social e passam a tê-los como espaço de subordinação e dominação. Aqui a reprodução social passa a ser cada vez mais dependente dos mercados.” (Oliveira *et al*, 2011 p. 250)

Concordamos com a posição dos autores, que mostraram que essa dominação do mercado sobre os produtores rurais não é uma dominação total. A procura de novas estratégias produtivas e maneiras de inserção no mercado podem promover um desenvolvimento “ao contrário” e gerar autonomia ao produtor rural nas relações de mercado,

dando-lhe maior *poder* como na escolha do preço de venda de seu produto (idem, p. 280). Sua idéia é válida para o caso da Colônia. Mesmo que tenha nascido em 1986 como um empreendimento agrícola no qual a dimensão comercial da chácara tenha sido pressuposta antes da ocupação dos mais de 350 chacareiros. Os *produtores* em suas *unidades produtivas*, obrigados por um *Plano de Utilização*, sempre mostraram em suas realizações a disposição de criar algo novo. A racionalidade estritamente econômica imputada por Lucídio ao futuro produtor rural do DF não dá conta de explicar a criatividade desses produtores quando conseguiram junto ao governo do DF um lugar para a construção do Balcão do Produtor. Não explica a conquista de uma lei aprovada pelo soberano plenário da Câmara Legislativa a transformação do Balcão do Produtor em Feira do Produtor ou então um dispositivo que destinasse 20 mil metros para a ampliação da Feira, orçamento e recursos para o asfaltamento das pistas de acesso à Feira.

Encaramos tudo isso como exemplos de um processo de “autonomização” buscado pelos produtores rurais, tendo sempre a frente como principal mobilizador sua associação política local, a ARVIPS.

Apropriaram-se da condição de *produtor* e deram a ela outros significados e práticas. Isso fica evidente com o caso do produtor Edson Cabral citado na reportagem da Revista Globo Rural (ano 11 n°123 jan 1996 p.48) que por meio da associação – ARVIPS, conseguiu adquirir “autonomia” com a criação do Balcão do Produtor. Esse centro de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros da Colônia colocou em contato, então, o *produtor* com o *consumidor*. E nesse entremeio a Feira se transformou. Não era apenas o lugar que sanou os problemas da comercialização dos produtos. Se tornou um importante espaço de sociabilidade que colocou os diferentes produtores de Vicente Pires em contato nos finais de semana. Implicou em “autonomia” quando os produtores deixaram de ser apenas “abastecedores” de gêneros alimentícios para a cidade. Eles mesmos passaram a se relacionar com o urbano de uma maneira diferente. Era um verdadeiro centro comercial e cultural da Colônia. Fez os moradores da área urbana virem à Feira comprar seus produtos³⁵. Vejamos o panfleto publicitário feito pela ARVIPS para divulgar sua Feira e chamar mais clientes

³⁵ A presença do urbano em Vicente Pires por meio da Feira foi surpreendente. A funcionária da Administração de Vicente Pires que nos passou muitas das fotos usadas nesse trabalho, contou-nos do período que era moradora de Taguatinga e que adorava vir à Feira de Vicente Pires para fazer compras. Vinha quase todo final de semana. Quando começaram os parcelamentos das chácaras comprou um lote e fez sua moradia.

A Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola Vicente Pires-ARVIPS cumprimenta toda a comunidade de Taguatinga, por ocasião do 39º Aniversário da Cidade.

Na oportunidade convida você, sua família e amigos, bem como a população em geral para:

III EXPO VICENTE PIRES, a ser realizada nos dias 04,05 e 06 de julho de 1997, com início às 18:00 h, 14:00 h e 14:00 h, respectivamente, no galpão da Feira do Produtor, onde teremos: Vaquejada, Torneio de Truco, Exposição de Pequenos e Grandes Animais, Comidas Típicas, Música ao vivo. E muito mais.

VISITE AINDA A FEIRA DO PRODUTOR FUNCIONANDO AOS SÁBADOS E DOMINGOS, DAS 7:00 ÀS 13:00 HORAS.

LÁ VOCÊ ENCONTRA: Verduras, legumes, frutas, galinhas caipira, codornas, defumados, mel, própolis, queijos, geléias, iogurtes, biscoitos, ovos, carnes, linguiças, peixes, pamonhas, condimentos, leite de vaca e de cabra, frangos e lombos recheados, ervas medicinais, caldo de cana, pastéis, etc.

LOCAL
Estrada Parque de Taguatinga-EPTG
entrada junto a polícia Rodoviária.

VENHAM! TEREMOS PRAZER EM RECEBÊ-LOS
O VERDE NÃO É SÓ IMPORTANTE ELE É FUNDAMENTAL.
Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola Vicente Pires

Não Suje a sua cidade.

Figura 7 Panfleto publicitário divulgando a “III Expo Vicente Pires” à população de Taguatinga, realizada no ano de 1997. A diversidade de produtos vendidos na Feira retrata, um pouco, a diversidade de produtos que eram produzidos em Vicente Pires, com destaque para alguns, agroindustriais que necessitavam de mais tecnologia para sua fabricação como linguiça, biscoitos, geléias, mel, própolis, iogurtes etc. (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Cassemiro)

Para batalhar pelas melhorias e trâmites burocráticos da Feira do Produtor de Vicente Pires a ARVIPS criou a AFEIVIPS – Associação dos Feirantes de Vicente Pires. Muitos dos produtores que constantemente estavam participando dos trabalhos da ARVIPS também participavam dos trabalhos da AFEIVIPS. Eram as mesmas pessoas.

A Feira foi mais uma dessas importantes construções que os produtores realizaram. Foi apropriada pela população da Colônia (*produtores, caseiros, empregados* etc) e transformada de *centro comercial*, espaço que colocou frente a frente o *produtor* com o *consumidor*, em *centro cultural*, *espaço de sociabilidade* e ponto de encontro e estabelecimento de amizades. A Feira foi construída naquele grande espaço que os produtores conseguiram junto ao governo, mesmo espaço no qual os produtores construíram e colocaram lado a lado a sede da associação, o colégio e, posteriormente, a igreja católica. Era como se

fosse um pequeno *fulcro de urbanização* que combinou num pequeno espaço trocas comerciais, relações face a face, discussões políticas, movimentos culturais e exposições, religião, educação, assistência técnica ao produtor. Abaixo, destacamos algumas fotos tiradas pelos produtores que retratam a ampliação do **Balcão** e sua transformação em **Feira do Produtor**.



Foto 18 Início da construção dos quiosques que circundam a Feira e a construção do estacionamento. (Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires)



Foto 19 Galpões já estão ampliados (lado esquerdo da foto) e também temos o registro do asfaltamento das vias que circundam a Feira do Produtor. (Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires)



Foto 20 Na faixa a ARVIPS agradece em nome da “comunidade” a lei que permitiu a ampliação da Feira e sua criação enquanto entidade jurídica. (Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires)

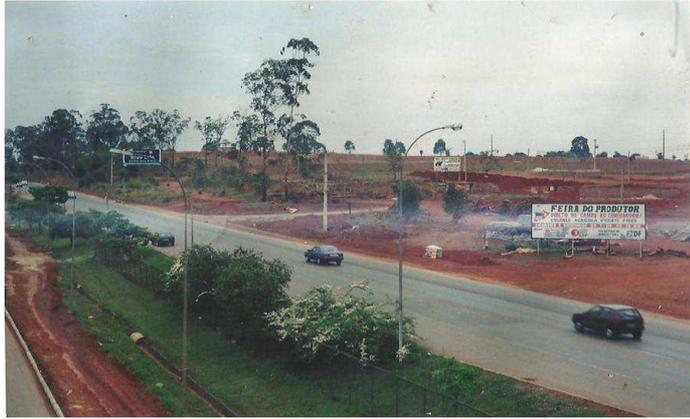


Foto 21 Essa foto foi tirada da “passarela da EPTG”, via que passa “ao lado” de Vicente Pires. Os produtores consideravam essa proximidade com a via como “estratégica”. Porque essa é, há décadas, uma das principais vias de acesso entre Taguatinga e o Plano Piloto, facilitando o acesso dos moradores dessas cidades à Feira do produtor, aproximando rural e urbano por meio de trocas econômicas. Chamamos a atenção do leitor para a grande placa de propaganda na qual é apontado o caminho da Feira do Produtor de Vicente Pires, “direto do campo ao consumidor”. Sem data, (Créditos à 30ª Administração – Vicente Pires)

Para Antônio Sales, o *caseiro* entrevistado, a Feira era um “ponto de encontro” e toda vez que ele andava por ela encontrava “os amigos e conversava com todo mundo, pois graças a Deus amizade eu fiz bastante”. Enquanto algo novo, os produtores acabaram experimentando nos eventos culturais realizados na Feira um pouco desses diferentes Brasis que traziam na bagagem. Nesse sentido promoveram festas que consideravam rurais, uma “síntese” dos diferentes rurais que existiu nesse espaço de produção *moderno*. Foi em uma dessas festas que Antônio participou do primeiro “rodeio” que aconteceu em Vicente Pires, mais ou menos no ano de 1995 quando a “Feira só tinha 4 barraquinhas”. Também participou da “vaquejada”, esporte típico do nordeste brasileiro na qual dois cavaleiros saem em disparada atrás de um “garrote” e têm que derrubar o animal em um espaço limitado, “dentro da faixa”.

Os produtores perceberam que por meio dessas exposições e eventos poderiam mostrar-se para outras localidades urbanas e assim convidar mais pessoas a frequentar a Feira do Produtor e melhor se caracterizar como rural, participando do cenário cultural e festivo das festas rurais do DF e do Entorno, contribuindo assim para tornar essa *localidade* mais singular, própria, com códigos de conduta e redes internas. Essa Feira, enquanto um espaço em criação, novo, e em constante apropriação, funcionou como espaço simbólico dessa singularização da Colônia.

E não havia só a área da Feira como espaço de sociabilidade. Seu Antônio não era muito “festeiro”, mas tinha muitas festas para ir. Não saía muito porque tinha crianças e não dava para sair para lugares muito longe ou então para festas na qual não dessem “morada para os pequenos caso precisassem dormir, cair no sono”. Relatou que “tinha muita folia” e festas

nas chácaras e chegou a ir várias vezes no “Ranchão”³⁶ em aniversários com música ao vivo. Preferia sair mais para festas de pessoas mais “chegadas”.

³⁶ Um dos primeiros espaços de festa criados na Colônia Agrícola e muito movimentado. Existiu até 2010 e ficava localizado na rua 8.

CAPÍTULO 3: QUANDO CAMADAS DE MODERNIDADES SÃO DEPOSITADAS EM UM MESMO LUGAR

No primeiro capítulo tentamos trazer alguns dos elementos “modernos” que influenciaram na construção de Brasília. No segundo, procuramos mostrar a relação entre o moderno de Brasília e sua área rural. Traremos agora para discussão deste terceiro a transição de uma **área rural** para outra **urbana**, procurando entender como as cerca de 350 chácaras da Colônia deram origem a uma imensa área urbana dentro do Distrito Federal que abriga hoje mais de 70 mil moradores.

No segundo capítulo procuramos mostrar a *ruralidade* que existiu em Vicente Pires, tentando não utilizar muitos autores acadêmicos e primando mais pela descrição histórico-etnográfica de como era esse lugar. Tentamos mostrar um empreendimento rural tipicamente *brasiliense*, que se relacionou de infinitas formas com essa Brasília que se comporta como uma *categoria simbolicamente englobante* (Patriota de Moura, 2011a). Procuramos levantar um pouco da história e do sentimento que existia nessa Colônia Agrícola em seus primeiros anos. Trouxemos a lume sua dimensão das relações que foram estabelecidas entre esses produtores rurais e suas importantes realizações.

Mas o que levou à transformação de Vicente Pires, a deixar de ser um lugar de produção rural “próspero”, com produção de alimentos e “verde”, em outro na qual o asfalto, condomínios, prédios e muros dominam a paisagem?

Não há apenas uma chave explicativa para essa questão. Por ser uma questão complexa merece uma resposta a mesmo nível. Para resolvê-la, podemos apenas estabelecer alguns critérios metodológicos. Isso nos ajudará na organização das informações geradas durante a pesquisa. Como já foi percebido pelo leitor, nosso texto vem sendo organizado a partir de um critério “cronológico”. Talvez tenhamos que abandonar esse tipo de organização por hora.

Outra ferramenta importante para o estudo do processo de urbanização em questão é a idéia de *composição*. Por meio dela mostramos no capítulo 2 os feitos desses produtores partícipes de uma *composição*, uma *localidade de produtores rurais* provenientes dos mais diferentes lugares do Brasil.

A idéia de *composição* vai nos servir agora para percebermos o **processo de urbanização** como algo que *contém* elementos, processos, pessoas, trajetórias, economia, política, termos que podem ser observados a partir de diferentes *escalas*. Assim, o processo de urbanização tomou diferentes rumos ao longo do período de mais de duas décadas estudado

por nós. Em alguns momentos ele indicou uma direção e em outros outra. Que elementos foram esses que pouco a pouco foram *contaminando* o empreendimento rural de 1986 com elementos *urbanos*? Como se deu a transformação de uma **Colônia Agrícola** em **Setor Habitacional, Região Administrativa** ou “**Cidade**” ou a sucessão de diferentes “modernidades” ao longo do tempo?

Mas não basta dizermos que houve uma *contaminação* do rural com elementos urbanos. Do mesmo modo que fez Max Weber (2004) em seu ensaio sobre a ética protestante e a afinidade dela com o desdobramento do capitalismo, tentaremos mostrar, também, quais dos elementos rurais da Colônia criados pelos produtores foram afins à urbanização.

A existência de um grupo de produtores rurais que se organizaram em Associação para defender as poucas chácaras existentes em Vicente Pires contra o avanço da urbanização é, em si, uma importante resposta às questões acima. No intuito de perceber como se deu a transição entre rural e urbano, acompanhamos durante dois anos a Associação dos Chacareiros de Vicente Pires (e adjacências a Vicente Pires) – ACVP. Entendemos que o desenrolar do trabalho de campo, em seus êxitos e falhas, é, também, um importante elemento sociológico que pode tornar mais claro o processo de urbanização sobre a qual nos debruçamos. Talvez não seja praxe em trabalhos acadêmicos seu autor apresentar os “erros” de sua pesquisa. Entretanto, vamos enumerar aqui alguns, no intuito de registrar que o pesquisador desse trabalho é responsável pelos resultados de sua pesquisa. Não é que o *campo* esteja dado: é o pesquisador quem faz o *fieldwork*.

Vamos mostrar nesse capítulo, também, que as pessoas das chácaras deixaram de se ver e de ser chamadas de *produtores rurais* e, com o processo de urbanização, passaram a ser denominadas de *chacareiros*. Assim, a partir de agora, quando utilizarmos o termo *chacareiro* estaremos nos referindo ao período atual, sobre a continuação, manutenção e existência dessas chácaras em meio à malha urbana de Vicente Pires.

1.1 Alguns erros do trabalho de campo

A primeira falha que destacamos foi a de não ter procurado acompanhar o grupo da ACVP em outros momentos. Ou melhor, durante a pesquisa acompanhei os momentos “públicos” dessa associação. Estive presente às reuniões que acontecem nas agradáveis tardes de sábado às 16h na chácara do presidente, Sr. Machado. Também participei de grande parte das audiências, eventos, solenidades e reuniões nas quais os *chacareiros* poderiam estar presentes. Grande parte do tempo de pesquisa foi dispensado nesses eventos e reuniões devido

a uma dificuldade minha: não entendia o complexo processo de regularização de Vicente Pires, seu caráter “irregular” ou “ilegal”. E eram nesses momentos “públicos” que o processo era discutido.

Essa dificuldade de entender a regularização me atordoou por vários meses durante a pesquisa. Aliás, pelo que percebi durante as reuniões na ACVP, essa dificuldade não era só minha, mas também de outros chacareiros. Muitos não percebiam as implicações e as consequências do processo de regularização sobre as poucas chácaras que existem em Vicente Pires.

A demora em “entender” esse processo direcionou meu olhar e eu deixei de utilizar outros instrumentos de pesquisa que dariam um colorido mais forte a este trabalho. Pecamos quando não registramos mais “relatos de vida” e entrevistas sobre o período de produção rural. Nesse sentido a reconstrução histórica feita no capítulo 2 poderia ter sido mais profunda: somente documentos, artigos jornalísticos da época, fotos e alguns relatos esparsos não dão conta, a nosso ver, de uma explicação que esteja de acordo com nossa vontade. E a angústia desse pesquisador foi aumentando quando pouco a pouco alguns desses pioneiros rurais foram falecendo e levando consigo suas recordações e memórias sobre o período da produção rural. Durante a pesquisa aconteceu o falecimento de três desses pioneiros e pioneiras rurais.

Há também um assunto muito importante que envolve as chácaras e os chacareiros, e que poderíamos ter nos aprofundado muito mais durante as entrevistas que realizamos ou então em conversas informais. É a sucessão geracional relacionada às chácaras. Percebemos que é muito importante para o grupo, mas não figurava na “pauta do dia” das reuniões da ACVP. É como se fosse um assunto “particular”, da alçada de cada chacareiro. Entretanto, nas ocasiões na qual figurou implicitamente, registramos as opiniões e argumentos relativos a esse assunto.

Também poderíamos ter ampliado o registro das localidades de nascimento e as trajetórias desses produtores a partir das localidades que viveram (Duarte e Gomes, 2008). Acabei desobedecendo à orientadora desse trabalho, que em mais de duas ocasiões pediu para que realizássemos tal registro. Se o tivéssemos feito, com certeza acabaria mostrando melhor a pluralidade que gerou a Colônia Agrícola Vicente Pires e a diversidade da produção de alimentos dessa localidade. Também era uma intenção inicial desse trabalho montar um acervo de fotos “antigas” sobre Vicente Pires, fossem elas fotos tiradas tanto pelos produtores rurais de outrora quanto pelos atuais moradores dos condomínios horizontais. Esse acervo foi

apenas iniciado. Teria sido interessante, por exemplo, ter encontrado registros fotográficos das festas rurais realizadas na Colônia.

Por fim, outra falha de nosso trabalho foi não ter conversado formalmente ou entrevistado algum chacareiro que não participe das reuniões da ACVP. Não que essas pessoas sejam “desconhecidas” ou que não se fale sobre elas durante as reuniões. Os chacareiros da ACVP, devido à sua *antiguidade* na região, se “conhecem” há muito tempo. E devido à quantidade de poucas chácaras existentes em Vicente Pires, que no início da Colônia eram pouco mais de 350 unidades produtivas, contando hoje com pouco mais de sessenta, é fácil organizar listas com as chácaras que ainda não foram “parceladas”, listas que são organizadas pelos próprios chacareiros da associação e pelos políticos interessados no futuro dessas propriedades. Vez ou outra, alguns desses chacareiros que não “participam” da ACVP ou que não “se interessam” com os rumos de suas chácaras aparecem nas reuniões.

Por ora, vejamos os motivos que nos levaram a acompanhar esse grupo e façamos algumas considerações sobre nosso trabalho de campo durante esses dois anos.

1.2 Transições geracionais de alguns *rurais* em um meio urbano

Vejamos como se deu e vem acontecendo a sucessão de diferentes gerações em Vicente Pires. Essas informações podem nos ajudar a melhor descrever seu processo de urbanização. Nossa descrição tomará como pressuposto que as sucessões geracionais dos chacareiros estão inseridas em um contexto urbano, o atual Vicente Pires com seus mais de 70 mil moradores³⁷. Aliás, como veremos, essas sucessões só acontecem porque estão *em relação* com esse atual urbano.

Nossa discussão tomará por base o livro *Tempos e Transições de Vida – Portugal ao espelho da Europa* (Pais e Ferreira, 2010)³⁸.

Esse livro é o resultado de uma grande pesquisa realizada no continente europeu a partir de dados quantitativos. Na ocasião foram aplicados questionários na maior parte dos países que compõem a União Européia. Traz a baila dados contemporâneos sobre a relação entre as diferentes gerações e o período pós-moderno.

³⁷ Informação amplamente veiculada durante os eventos políticos de Vicente Pires, mas que merece ser investigada.

³⁸ Só percebemos a importância das relações de parentesco dentro das unidades de produção agrícola de Vicente Pires tardiamente. Isso nos impossibilitou de fazermos uma discussão melhor desse assunto. No caso, utilizamos apenas essa coletânea de artigos que é muito atual e que por bem nos ofereceu interessantes instrumentos para observarmos a questão.

A despeito da oposição criada pelos autores entre “individualismo” e “tradição”, encontramos uma interessante discussão que mostra que, mesmo que tendamos a achar que o “indivíduo” tenha um papel preponderante na estruturação de cursos de vida contemporâneos, ainda é possível encontrarmos elementos “marcadores” que delimitam e separam diferentes temporalidades ao longo de uma vida. Mas não é fácil perceber esses marcadores que agrupam e separam os diferentes cursos de vida. Eles estão regidos pelo signo da *fluidéz*, numa interessante relação entre “geração” e “indivíduo”

“Os tempos que vivemos são tempos de mudança, de rupturas, de descontinuidades, de incertezas. As normas que continuam a padronizar as etapas de vida coexistem com o reconhecimento da imprevisibilidade do curso da mesma. Uma vez os riscos criam oportunidades, outras vezes geram situações de impasse, tanto mais desconcertantes quanto é certo que **a nível das representações sociais continuam a persistir normatividades etárias, isto é, idades consideradas ideais para se darem determinados “passos” ao longo do curso de vida.** (...)” (Pais e Ferreira, 2010, p. 35, grifos nossos)

Mesmo que as diferentes idades no período contemporâneo pareçam ser fugidias a qualquer classificação e que a socialização pregue aos jovens o “descontinuum” entre diferentes fases da vida, na qual, por exemplo, a pessoa que se divorcia volta a morar com seus pais e deixa de ser “adulto” e se torna “jovem”, as fases não deixam de existir. Podem ainda ser encontrados e identificados “eventos chave coletivos” ou “pontos de viragem geracional” (Pais e Ferreira, 2010, introdução).

Mas como essa discussão sobre as relações entre temporalidades e gerações no continente europeu pode ser útil para o microcosmo de Vicente Pires? Vejamos agora como esses pioneiros da produção rural simbolizam e estruturam a sucessão geracional relacionada à suas chácaras. Veremos como fazem isso no contexto da ACVP e utilizaremos o “lugar” do pesquisador em “campo” como um importante dado sociológico.

A questão da transição entre diferentes gerações dentro da ACVP não é um tema debatido “publicamente”. Como visto, o objetivo essencial dessa associação é a luta e defesa das chácaras que estão tendo sua existência ameaçada pelo urbano. Este é o eixo central das discussões que acontecem na associação. Não que a sucessão geracional seja um assunto não importante. Pelo contrário. Está relacionado diretamente à urbanização de Vicente Pires. É que esse assunto, de certo modo, é “particular”, “familiar”.

Mesmo que os chacareiros nunca tenham impedido qualquer pessoa de participar de suas reuniões, para adentrar ao grupo é necessário ser “dono” de uma chacara ou ser o “representante” dessa propriedade. Num primeiro momento eu teria os quesitos necessários para participar desse grupo: sou morador de uma das chácaras de Vicente Pires, localizada na rua 12. Mas a facilidade era apenas aparente.

O grupo da Associação dos Chacareiros de Vicente Pires existe desde o ano de 2008. Minhas primeiras “entradas” em campo se deram no final de 2008 e “entrei” de fato em campo na metade do ano de 2009, quando comecei a ser orientado pela profa. Cristina Patriota de Moura em um projeto de iniciação científica sobre condomínios horizontais. De certo modo o grupo é “recente”, mas as pessoas que o compõem são “antigas” na localidade. São os participantes desse rural que descrevemos no capítulo 2.

As reuniões da ACVP contam, em média, com um público de 15 pessoas. Há sábados que registramos a presença de mais de trinta pessoas e outros na qual o público não passava de cinco. Nesses dois anos percebemos que há pessoas que quase sempre comparecem as reuniões, sendo eu uma delas.

Sou morador de uma chácara, mas essa mesma chácara já contava com um representante junto ao grupo da ACVP, sendo um dos fundadores da mesma. Num primeiro momento, o representante encarou minha participação nas reuniões como uma curiosidade minha. Mas a minha participação tinha um objetivo mais profundo, cujo resultado é essa monografia. Aos poucos comecei a perceber que as minhas idas às reuniões da associação foram me tornando também um *representante* da chácara em que moro, mas não o *principal representante*, que continuara a ser meu pai. E percebi aos poucos que cada uma das pessoas que também participam dessa associação é *representante* de uma chácara frente à ACVP.

Basicamente, tanto a participação quanto a representação é preponderantemente feita de maneira individual, por uma só pessoa. Isso é perceptível quando esse pesquisador chegou ao grupo. Fui classificado dentro do grupo não só como *representante* de meu pai. Minha presença ali fora percebida como a de um representante da *segunda geração* desse pioneirismo rural. Nesse processo de tornar-me *representante* de uma chácara, fui classificado dentro das diferentes gerações de pioneiros que existiram em Vicente Pires.

Mas quais são os critérios utilizados por esses pioneiros para diferenciar as gerações?

Tanto a diferença entre gerações quanto o critério de *antiguidade* nessa localidade são **relacionais**, isto é, só se tornam evidentes quando em relação a outros elementos. A antiguidade em Vicente Pires tem como principal elemento referente o período no qual o *pioneiro* veio para Vicente Pires. De certo modo eu era “novo” em relação ao meu pai, *pioneiro* que chegou à localidade de produção agrícola em 1986. Mesmo que eu more em Vicente Pires desde a mais terna idade, ainda sim continuo sendo “novo”, pois estou na condição, também, de “filho”. E isso vale também para os meus outros irmãos mais novos que praticamente nasceram na nossa chácara.

O critério de antiguidade em Vicente Pires também vai variar quando relacionarmos não mais “pais” e “filhos”, pioneiros e seus descendentes ou agregados. Outra maneira de classificar uma pessoa a partir do critério de antiguidade acontece quando relacionamos esses pioneiros entre si.

É aqui que a curta descrição histórica feita no capítulo 2 toma algum grau de organização e lógica. Por exemplo, o pioneiro Sr. Rosemiro Bezerra iniciou sua produção rural na região na década de 1970 e o Sr. Waldelei Casseiro, começou em 1986. Rosemiro veio antes da criação “oficial” da Colônia Agrícola Vicente Pires. Já Waldelei chegou a Vicente Pires quando esse lugar foi “criado” pelo governo e a produção rural aí “iniciada”. Nesse sentido, Rosemiro é mais *antigo* que Waldelei. E há pessoas em Vicente Pires que são mais *antigas* que esses dois chacareiros³⁹.

O critério de antiguidade pode ser percebido, também, fora desse contexto relacionado ao período de produção rural e dos descendentes desses chacareiros. Comparemos esses chacareiros, cujas chácaras estão em meio à mancha urbana, com os novos moradores de Vicente Pires. Esses “novos” detêm *grau de antiguidade* diferente em relação aos chacareiros. Agora, quando comparamos esses produtores com os quase 70 mil moradores de Vicente Pires, que habitam em condomínios horizontais, em pequenos prédios de 3, 4 ou 5 andares ou então em “kitnets” ou “cortiços”, percebemos que a **pluralidade** de idades desse *antigo rural* desaparece em relação aos *moradores do novo urbano*.

Os *pioneiros dos condomínios* também trouxeram consigo seus filhos e parentes e se instalaram em Vicente Pires. Nesse sentido, sou um membro da segunda geração, mas uma geração diferente da de outros colegas que também moram em Vicente Pires. Sou filho de um pioneiro rural, represento a segunda geração. Já muitos de meus amigos, cujas idades são semelhantes à minha, representam também uma segunda geração, mas já são filhos dos *pioneiros dos condomínios* (Patriota de Moura, 2010, 2011, 2011a), com menos anos de Vicente Pires que eu.

³⁹ Como bem salientamos no capítulo 2, a categoria *pioneiro* tem sua origem relacionada ao período da construção de Brasília. Enquanto categoria social, apropriada e utilizada de diversas maneiras pelos brasilienses, funciona como um interessante referencial temporal. É a partir dessa origem que identificamos alguns “momentos” da ocupação da região estudada por nós: identificamos um chacareiro que já estava na região *antes* da construção de Brasília. Outros que chegaram *durante* a construção e outro bocado que veio *depois*. Do mesmo modo que a criação de Brasília é uma espécie de marco temporal na história do Distrito Federal, a criação “oficial” da Colônia Agrícola Vicente Pires também foi um marco: há os produtores rurais que já estavam na região *antes* da criação da Colônia e outros que se instalaram *durante* sua criação. Nesse mesmo sentido, com a gradual urbanização de Vicente Pires no final da década de 1990, ainda podemos perceber outra organização temporal: há os chacareiros que já estavam em Vicente Pires antes de sua urbanização, os *pioneiros dos condomínios* que chegaram *durante* a urbanização e os últimos moradores que vieram *depois* e já encontraram Vicente Pires “pronto”. Nesse sentido, camadas de história.

Agora especificamente sobre o tema **da representação das chácaras na ACVP**, temos que a troca de representantes de uma chácara por diferentes gerações acontece a partir de alguns critérios e momentos específicos. Lembrando as lições de Pais e Ferreira (2010), quais são esses “marcadores”, pontos de “viragem”, “eventos chave coletivos” que possibilitam a troca da representação de uma chácara? Essa associação não é apenas um espaço de representação política e discussões. É por meio dela que as chácaras adquirem, também, a capacidade de existir como um importante ator político dentro da Região Administrativa XXX – Vicente Pires.

Durante o nosso trabalho de campo registramos **duas maneiras básicas de trocar a representação política de uma chácara**. A mais comum é quando há o falecimento do pioneiro ou representante da chácara. A segunda é por meio da *iniciação* de um membro familiar. Começamos pela *iniciação*, modo pela qual durante esses dois anos este pesquisador se tornou *representante* da chácara em que mora.

Quando iniciei as minhas idas às reuniões da ACVP não esperava me tornar representante da chácara em que moro. Pelo contrário, é muito mais confortável não ser um. A representação necessita que seu titular despenda certa quantidade de tempo em diversas atividades dentro do âmbito da associação, principalmente por causa da complexa manutenção dessas áreas de origem rural em meio à malha urbana de Vicente Pires. As reuniões de sábado acontecem para reunir o grupo. Nelas são compartilhadas notícias, cronogramas e os diretores relatam as atividades desenvolvidas por eles durante a semana. Mas as atividades de representante de uma chácara não ocorrem somente aos sábados. Há ainda as diversas atividades políticas e reuniões dessa associação com autoridades públicas para tratar dos assuntos das chácaras. E em muitas delas é necessária a presença do representante. Há ainda os estudos jurídicos que são feitos pelos membros da diretoria e que podem contar com a participação de outros membros. O representante da chácara também é o responsável por levar à associação não só seus interesses, mas também os interesses e anseios dos “donos” ou grupo familiar que está relacionado a cada uma das chácaras. Nesse sentido, minha participação nas reuniões de sábado e as outras saídas de campo junto a outras atividades desse grupo foram me tornando um representante. Bem ou mau, talvez isso não tivesse acontecido se a pesquisa tivesse tomado outra orientação metodológica ou buscado outras fontes de pesquisa, como entrevistas e relatos de vida.

Mas essa *transformação* não ocorreu assim de maneira natural. Para esse *tornar-se* é necessário alguém legítimo ou de direito que possa promover essa troca da representação. Em meu caso, meu pai, representante e pioneiro, iniciou-me e tornou-me também um

representante político da segunda geração de sua chácara. Mas não foi somente por causa da pesquisa e da minha inserção no grupo dos chacareiros que fui iniciado na representação. Creio que esta adiantou algo que provavelmente iria acontecer no futuro. De certo modo, meu pai está chegando perto de um marcador simbólico muito importante para si, a aposentadoria, vai aposentar-se, tornar-se um *aposentado*. E esse marcador de *curso de vida* é muito importante no contexto da ACVP, cuja maioria de seus membros está sob essa condição de *aposentado*.

De certo modo minha presença nesse grupo destoou um pouco quando, logo nos primeiros dias, notei que os integrantes e frequentadores desse grupo estão entre 50 e 80 anos de idade. E eu, durante esses dois anos fui muitas vezes o único jovem de vinte e poucos anos em meio a vários senhores.

Para meu pai, o aposentar-se implica na modificação de seu status. É a idade da reforma, para ele possibilidade de levar um estilo de vida mais tranquilo, com menos turbulências ou problemas. Transmitir a representação a mim é uma maneira de também promover uma modificação de “status” em mim: torno-me adulto aos poucos e saio da juventude. Transmite para mim a responsabilidade em cuidar da delicada continuação, manutenção e existência jurídico-política das chácaras no meio urbano de Vicente Pires. Claro que esses marcadores não são pontuais: são processos que necessitam de algum tempo para se concretizar e que devem ser observados caso a caso. E no meu caso, esse *ritual* da iniciação implica numa dupla troca de status: ao mesmo tempo em que me torno representante político de minha chácara, meu pai começa o processo de aposentadoria deixando o posto de representante.

Não podemos dizer que há um momento certo para a troca da representação. Isso vai depender da dinâmica interna de cada chácara, que, aliás, são muito plurais. O que é comum entre as trocas de representação política de uma chácara é que **sempre haverá a referência ao pioneiro, ao primeiro**, como se esse fosse um marco fundador, referencial quando pensamos o domínio e a ocupação de uma chácara. Com exceção do falecimento do chacareiro, não há um momento chave que indique ao chacareiro quando ele deverá transmitir a representação. Isso vai depender do sentido que esses grandes marcadores sociais (aposentadoria, juventude, adulto, velhice, morte etc.) vão ter para o chacareiro e sua família. Por exemplo, no meu caso está sendo transmitida a representação política da chácara para mim, tornando-me um *adulto* capaz de agir politicamente. Já o Sr. Rosemiro, que possui mais de dez filhos, mais “antigo” em Vicente Pires que meu pai, contando já com 80 anos de idade e vários problemas de saúde, ainda não procedeu à troca da representação de sua chácara. E

pela amizade feita com esse senhor durante nossa pesquisa, cremos que ele não iniciará nenhum de seus filhos ou então nenhum de seus membros familiares. Pode acontecer também de nenhum de seus membros familiares ter interesse em assumir a representação frente à ACVP. E vários são os chacareiros que se encontram na mesma situação que Rosemiro, que não iniciaram a transferência de sua representação.

E isso tudo está relacionado ao fato de a representação de uma chácara ser feita, na grande maioria dos casos, por apenas uma pessoa, individual. Se o grupo/membro entende que a representação não deve ainda ser transmitida, então, ela continua com seu titular.

Durante a pesquisa registramos algumas *iniciações/trocas de representação* e também pessoas de outras gerações que já estavam representando suas chácaras. Quando começamos nossos trabalhos em 2009 registramos a presença de um representante da *terceira geração* desse pioneirismo rural de Vicente Pires. O *pioneiro* desta chácara em questão chegou à região à época da criação de Brasília, na década de 1960. Foi um produtor rural de origem japonesa que participou do chamado do presidente Juscelino Kubitschek para desenvolver a produção rural do Planalto Central brasileiro. Esse membro da *terceira geração* é um *sansei*, neto de um japonês migrante.

Há também o interessante caso de um jovem que foi *iniciado* quando seu pai estava doente, quando havia a possibilidade de seu pai vir a falecer, fato que se concretizou e que deixou a todos da associação muito tristes. O pai desse jovem representava junto à associação os interesses de um extenso grupo familiar, herdeiros do primeiro pioneiro. E esse jovem da *terceira geração* tinha pouco mais de vinte anos quando se tornou o representante.

Também registramos alguns casos de representantes que tiveram que assumir a liderança política de sua chácara após o falecimento do *pioneiro*. Muitas delas chegaram à associação de “paraquedas”: não foram iniciadas na representação política de suas chácaras ou não detêm os conhecimentos que foram/estão sendo compartilhados dentro desse grupo político. Registramos o caso de uma mãe e filha que tiveram que começar a representar politicamente junto à associação, ACVP, sua chácara depois da morte do esposo/pai. E chegaram à associação sem conhecer como as reuniões eram feitas, seus códigos de conduta e de convivência e muito menos qual era o ritmo de trabalho da associação. Essas pessoas que chegaram de “paraquedas” passaram pelo mesmo processo de aprendizagem que eu, que por muito tempo tive dificuldades de entender o processo de regularização. Entretanto eu estava sendo *iniciado*. Já havia um antigo iniciado dentro de minha casa para mostrar-me quais interesses devemos buscar para a *nossa* chácara e como me comportar frente à associação e questões políticas de Vicente Pires.

A maior parte dos integrantes dessa associação é do sexo masculino. Não que isso seja uma regra da associação. **Na verdade a regra é a representação da chácara ser feita, principalmente, pelo pioneiro/a da chácara.** Representações de chácaras por meio de membros da segunda ou terceira geração é uma pequena minoria. Como essa associação lida com os aspectos jurídicos das chácaras, parece que a propriedade dessas chácaras está no nome de um representante masculino do grupo familiar relacionado a ela. Talvez seja uma maneira comum, no Brasil, de registrar a propriedade da terra⁴⁰. Assim, aparentemente, é como se o marco do pioneirismo da chácara estivesse sob os auspícios do representante masculino, nessa associação que procura defender os interesses desses “representantes jurídico-políticos” ou donos das chácaras.

Estamos falando apenas de uma tendência que identificamos durante nosso trabalho de campo. Isso não se concretiza em alguns casos. A pioneira Liduina é casada e mesmo assim é responsável pela representação de sua chácara. Também havendo duas outras mulheres que também são casadas e representam suas chácaras, sendo que uma delas é uma reconhecida produtora de bens hortifrutigranjeiros de Vicente Pires.

Mas ainda assim, a grande maioria dos representantes das chácaras é do sexo masculino e membros da *primeira geração*.

Percebemos que há um grupo de pessoas que participa constantemente das reuniões e outras tantas que cheguei a ver somente uma vez. Há o *direito* explícito de essas pessoas participarem das reuniões, basta ser representante ou dono de uma chácara em Vicente Pires e adjacências. Mas esse não é um direito exercido plenamente. Diante da quantidade de chácaras existentes em Vicente Pires, o quórum das reuniões da ACVP é baixo.

Sobre esse ponto são necessárias algumas explicações. Como dissemos, as pessoas que estão relacionadas às chácaras são *antigas*, participantes desse período rural descrito aqui por nós. Como veremos ao longo desse capítulo, a propriedade da terra em Vicente Pires apresenta problemas jurídicos que se arrastam há várias décadas e de certo modo perpassam a história dessa localidade desde a criação de Brasília. Nesse sentido, a resolução dos problemas jurídicos da posse da terra em Vicente Pires parece ser uma coisa “lenta”, demorada.

Essa concepção temporal dos problemas também demandou um pouco do estranhamento desse pesquisador. Sabia eu que os problemas fundiários de Vicente Pires

⁴⁰ Durante a disciplina *Habitacões e Terras Urbanas*, ministrada no Departamento de Antropologia da UnB pela prof. Cristina Patriota de Moura, observamos a tendência atual dos órgãos de assistência social à habitação de registrar as propriedades doadas ou transferidas no nome da esposa/mulher.

eram, de algum modo, *antigos* mas mal sabia das múltiplas dimensões, escalas e atores que estiveram e estão envolvidos no processo jurídico dessas terras.

Por isso muitos chacareiros não frequentam as reuniões da associação. Conhecem e lidam com esses “problemas jurídicos” há décadas. Sua concepção temporal sobre os problemas de Vicente Pires é outra. Muitos desses pioneiros rurais já possuem netos e já assistiram a duas gerações de sua família nascer.

É nesse sentido que os chacareiros da ACVP dizem reiteradamente que os problemas das chácaras de Vicente Pires só serão resolvidos lá pela terceira ou quarta gerações.

Essa concepção temporal da resolução dos problemas toma um tom ímpar quando o evento *falecer* torna-se uma realidade *próxima*. Assim, frases como, “nem depois que eu morrer os problemas vão ser resolvidos” são um excelente exemplo. Não só isso. Como dissemos, a iniciação não é a regra para a troca da representação. Na verdade, a regra para a troca da representação política das chácaras é por meio do falecimento do pioneiro. Por isso destacamos a importância da sucessão geracional para o caso dos chacareiros. É por meio dela, basicamente, que esses antigos produtores, pioneiros, fazem sua leitura acerca da urbanização do lugar em que moram, espaço que nasceu com uma paisagem *rural* e hoje se encontra preponderantemente *urbano*.

Esse tópico teve o objetivo de mostrar que a representação política das chácaras na associação em questão não está relacionada somente ao aspecto político da continuação, manutenção e existência dessas áreas rurais em meio à malha urbana. De certo modo, estamos falando de um Vicente Pires que é reconhecido, seja pelos moradores, pelos chacareiros ou pelos órgãos de governo, como uma área *urbana*, urbano que também tem seu peso quando pensamos na sucessão geracional das lutas políticas desses pioneiros rurais. Tornei-me um representante político de uma chacara **porque** as chácaras de Vicente Pires foram/estão sendo ameaçadas pela urbanização. A Associação dos Chacareiros de Vicente Pires, aliás, só chegou a existir em função do urbano. Seus trabalhos, claro, servem para a manutenção de um *ethos* rural singular. Mas a maior parte dos esforços está direcionada para a resolução de problemas e conflitos que surgem dessa complicada relação entre urbano e rural. É possível que haja diferentes gerações se relacionando dentro das diversas chácaras de Vicente Pires. Mas só é possível haver *trocadas de representação política* por meio do falecimento do pioneiro, do primeiro, da chacara, ou a *iniciação* de novas gerações na arte de representar, por causa da existência geográfica e política, principalmente, dessas chácaras em uma malha urbana, o atual Vicente Pires. É assim que os diferentes marcadores de vida e eventos de transição estudados no âmbito dessa associação só podem ser entendidos quando percebemos que não

estamos falando de um período exclusivo de produção rural. De fato, muitas das concepções desses chacareiros nasceram, tiveram sua origem, em um período de produção rural. Ao mesmo tempo em que construíam uma Colônia *pioneira* também se construíam como *pioneiros*. A paisagem rural foi transformada em uma paisagem urbana e nessa nova ecologia esses produtores tiveram que lançar mão de novas estratégias para se adaptar a esse novo meio. Nesse sentido, a ACVP é um importante espaço político que vem fazendo a intermediação entre essas duas paisagens, que não são excludentes, mas diferentes tanto no espaço-tempo quanto em seus elementos e composições. E essa intermediação vem provando que é possível a interação entre rural e urbano. O falecer, evento natural e humano, ou mesmo a *iniciação* são os instrumentos utilizados por esses pioneiros rurais tanto para trocar a representação política das chácaras quanto para estruturar, por meio de seu espaço político, diferentes gerações a partir de um eixo comum: o pioneirismo rural. Mesmo que a atual paisagem urbana de Vicente Pires seja totalmente diferente das estradas de terra, das grandes plantações de verduras ou das chácaras cheias de pomares, ainda é possível que o rural tenha existência. O rural não foi ou é simplesmente uma paisagem. Rural, no caso em questão, são práticas e valores feitos por pessoas.

“(…) Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões eles apenas adormecem, ou o fazem em certos aspectos, e adquirem um novo valor existencial como uma nova situação. São lembrados então porque alguma coisa no estado presente da sociedade encontra expressão na cristalização do passado corporificado nas palavras” (Elias, 1994 p. 26-7)

1.3 O estabelecimento de um grupo rural: para o nascimento de uma *elite política*

Mas afinal de contas, qual a importância de estudar um pequeno grupo de senhores e senhoras quando podíamos estar trabalhando, através de outros métodos, com os mais de 70 mil moradores de Vicente Pires? Para tecermos algumas palavras sobre a urbanização dessa área não seria mais prudente ir diretamente a essas pessoas e perguntar-lhes porque de terem vindo para esse lugar? Entendemos que essa não é a melhor saída

“O pressuposto tácito de boa parte da literatura sociológica de que as maiorias estão naturalmente ligadas a uma importância maior, nem sempre é confirmado pelos fatos. Os grupos minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa. Podemos ver com clareza por quê, no caso do loteamento, uma minoria de famílias “mal afamadas” tinha um impacto inteiramente desproporcional a seu número na vida e na imagem de um bairro cujos moradores, em sua quase totalidade, eram famílias respeitáveis e comuns do proletariado” (Elias e Scotson, 2000 p.119)

A passagem acima foi retirada do livro *Estabelecidos e Outsiders* de Elias e Scotson (2000). Durante o segundo capítulo dessa monografia dialogamos diretamente com esses autores, preferindo naquele momento apenas fazer uma descrição dos feitos e realizações dos produtores rurais da Colônia. Vamos interpretar esses feitos a partir da teoria sobre as microrrelações de poder existente nessa obra.

A partir do par “estabelecido – outsider” os autores mostram a dimensão sociológica da dominação de um grupo (ou grupos) por outro(s) e que ela não pode ser entendida apenas num contexto específico, observada de maneira isolada. Esses autores estão fazendo um debate indireto com os estudos de Durkheim sobre *o suicídio*, mostrando que a questão da dominação depende de fatores estruturais, isto é, que só podemos entender o aspecto *anômico* de um grupo, minoria, cultura, valor ou sociedade quando olhamos a relação existente entre esse *anômico* e o seu complemento, o *nômico*. Ou seja, trazendo essa discussão para a questão da dominação tratada pelos autores, um grupo outsider só pode ser percebido a partir da sua relação com o grupo estabelecido e o estabelecido, na mesma medida, em função do outsider. É somente por meio da *relação* que estabelecem que podemos entender as estruturas e meios de dominação utilizados pelo grupo “superior” para manter os “inferiores” em sua desigual posição.

Elias e Scotson mostram que a literatura sociológica trabalhou de maneira equivocada com essas idéias durkheimianas. Muitos pesquisadores, em seus estudos, não questionaram nem o como e nem porque o *nômico* era considerado com tal. Percebiam-no como um fator dado, como um elemento da moral social quase que puro, do conhecimento de todos, distribuído pelo corpo social, como se a sociedade estivesse longe dos indivíduos. Não se questionaram porque ao *nômico* comumente eram associados termos como “normal”, “estabelecido”, “puro” ou “correto”

(...) Como indica o estudo de Winston Parva, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria nômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros, há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim.” (Elias e Scotson, 2000 p.23)

A importância do livro de Elias e Scotson (2000) se torna clara quando eles mostram que a construção do que é “normal” ou “correto” é uma construção social⁴¹. Mais ainda, que

⁴¹ Os autores apenas sugerem uma aproximação com termos como “hierarquia” ou “status”. Na palavra deles: “(...), em termos acadêmicos, falamos da “hierarquia classificatória” das famílias ou da “ordem de status” de uma comunidade e, a título de aproximação, essa conceituação é útil. Mas não indica com muita clareza o papel

as diferenças entre estabelecidos e outsiders é basicamente uma diferença de poder, construída historicamente, relação que é garantida a partir de vários **instrumentos de dominação e coerção**. Os autores também mostram alguns registros etnográficos de sociedades que hierarquizam os mais variados grupos em posições de “inferioridade social” e que muitas vezes essas ordens de “status” são capazes de estruturar até mesmo a estrutura psicológica e afetiva de grupos inteiros.

Essa possibilidade de classificar ou atribuir status de outsider a pessoas de uma localidade somente foi possível por causa da existência de uma espécie de *elite local*, cuja formação foi lenta e gradual. Os jovens “delinquentes” ou com comportamento “anômico” quebravam as regras básicas de convivência da localidade simplesmente porque esse era o *papel esperado* deles. Os jovens já nasciam ou chegavam a uma Wiston Parva que já contava com uma estrutura de dominação existente. Seus papéis eram automaticamente atribuídos quando se mudavam para o bairro outsider dessa localidade inglesa. Eram os “antigos” (estabelecidos) quem controlavam a hierarquização dos “novos” (outsiders) ou *os de fora da comunidade*, “estrangeiros”.

Tentaremos resgatar algumas das lições desse livro para o nosso caso empírico.

Iniciemos nosso estudo a partir de uma importante diferenciação. Durante o capítulo 2 fizemos questão de trabalhar as unidades rurais estudadas por nós como **unidades produtivas**. Essa era sua real denominação naquele contexto da década de 1980 e 90. Hoje, no atual Vicente Pires urbano, essas unidades produtivas de outrora são conhecidas simplesmente como **chácaras**. O que aconteceu para as mesmas espacialidades recebessem diferentes designações? Houve variação não somente com o nome dessas localidades, mas também variou a designação dada às pessoas relacionadas a elas. Num primeiro momento as pessoas que controlavam as unidades produtivas, ou que eram suas “donas”, eram conhecidas como **produtores rurais**. Hoje as mesmas pessoas são conhecidas como **chacareiros**.

Essas diferentes classificações estão relacionadas ao nascimento ou criação de microrrelações e micro-estruturas políticas em Vicente Pires durante as décadas de 1970 e 80 e com a transformação de uma paisagem rural em outra urbana.

Mostramos que durante a década de 1960 e 1970 os moradores da região de Águas Claras viviam em uma *localidade* (Leeds por Valladares, 2005 p.117), ou seja, estabeleciam

central desempenhado por essas distinções na vida de toda comunidade; não indica suas amplas ramificações funcionais, a profusão de associações pessoais entre os indivíduos implicados, e as tensões inerentes a essas distinções.” (Elias e Scotson, 2000 p.166)

entre si diversas relações, fossem elas religiosas, de vizinhança, festivas ou políticas⁴². A partir do processo de desapropriação e anúncio da criação de Águas Claras esses produtores se viram na necessidade de criar uma organização política que representasse os interesses desses mais de dois mil “donos” de chácaras. Esse foi o *evento catalisador* (Ferreira dos Santos, 1981) que de certa forma promoveu a criação da APROAC, cujo nome está diretamente relacionado a esse evento: Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras. Foi aí que uma instituição política e jurídica foi criada, fundada nessas pequenas relações locais que existiam na região⁴³.

A importância dessa associação pode ser destacada ainda quando lembramos que somente no início da década de 1990 é que houve a primeira eleição para deputados distritais à Câmara Legislativa do DF. Assim, acabou funcionando como um importante intermediário entre o governo e os milhares dessa região de alta produtividade agrícola.

O grande Projeto de Águas Claras também participou dessa maneira *moderna* de expandir e criar as áreas urbanas do DF

“O bairro de Águas Claras teve sua autorização de implementação através da Lei n.º 385 de 16 de dezembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 17/12/1992. Sua criação deu-se pela necessidade de viabilizar o metrô como uma proposta racional de ocupação do solo e expansão ordenada de Brasília. Quando a cidade foi planejada pelo arquiteto e urbanista Paulo Zimbres buscou-se a mesma qualidade de vida do Plano Piloto, embora em outros moldes urbanísticos. O projeto seguiu os princípios arquitetônicos contemporâneos de funcionalidade, conforto e harmonia visual.” (Adm. Águas Claras, 2011)

Esse *urbano planejado* acabou transformando um rural da região de Águas Claras, que era *moderno* em seus elementos e componentes, pioneiros rurais, e *antigo* em seu tempo de Brasília, em algo do **passado**. Os elementos mobilizados durante a construção de Águas Claras simbolizou o depósito de uma modernidade sobre outra, a transformação de uma paisagem rural moderna em outra paisagem urbana moderna, num solo brasiliense cheio de modernos

[A cidade de Águas Claras ainda dispõe de] “uma floresta preservada com riachos e dois lagos e **árvores frutíferas, plantadas por antigos chacareiros que ali habitavam**. Exatamente como foi planejado, é uma mancha verde no cenário de prédios altos.” (Adm. Águas Claras, 2011, grifos nossos).

A APROAC conseguiu aproveitar essa força criadora do governo. É assim que a Colônia Agrícola Vicente Pires nasce dentro do espaço desse Projeto moderno, bem ao lado

⁴² Sobre esse ponto ver o relato do chacareiro Rosemiro no segundo capítulo.

⁴³ Como já afirmamos em nota anterior, é necessário investigar se a criação da APROAC se deu por ou por causa da criação da cidade de Águas Claras ou então já existia como organização política local que congregava os produtores que participavam de um grande projeto de macrogerência rural, o “Projeto Águas Claras”. Reiteramos, talvez nossa posição aqui esteja errada.

de Águas Claras. Em menos de trinta ou quarenta anos o governo do DF (GDF) relembra vários dos símbolos da epopéia da criação de Brasília, na qual rural e urbano se relacionariam quase que complementarmente, como bem descreveu Lucídio (1960).

Foi então por meio da APROAC que o rural foi inserido dentro desse grande projeto urbano. A partir da mobilização dessa associação o GDF, por intermédio de seu órgão de regulação rural, a Fundação Zoobotânica, criou a Colônia Agrícola Vicente Pires em 1986. Depois os produtores foram realocados na Colônia, procedeu-se a criação de Águas Claras em 1992.

Por isso destacamos que a criação e os feitos da Colônia foram rápidos. Não estavam se instalando ali apenas pioneiros rurais. A criação também deslocou para as novas 350 chácaras uma organização política. É certo que muitas pessoas que foram para Vicente Pires eram novas na região, como foi o caso de meu pai. Mas também fez parte dessa composição outros produtores mais *antigos*. Era uma associação territorial, baseada em relações de *localidade*. Com o fim das áreas rurais de Águas Claras acabou levando e estabelecendo nesse novo lugar parte dessas relações que há décadas vinham sendo mantidas na região. Por isso destacamos a rapidez e a velocidade dos feitos desses produtores em Vicente Pires. A Colônia nascera sob relações, instituições e práticas estabelecidas

“(…) As instituições específicas de Wiston Parva, que davam maiores oportunidades de poder aos membros das principais famílias antigas, não foram inventadas nessa localidade. O modo de eleger líderes comunitários, o próprio conselho local, instituições como partidos políticos, igrejas, comitês beneficentes, bandos e muitas outras que se desenvolveram em Wiston Parva, todos tomaram por modelo os precedentes estabelecidos por outras comunidades britânicas. As pessoas que se instalaram e passaram a viver em Wiston Parva haviam aprendido e armazenado, para servir de referência nas situações apropriadas, maneiras específicas de organizar os assuntos comunitários e lidar com problemas coletivos (...)” (Elias e Scotson, 2000 p.105)

A velocidade da ocupação rural de Vicente Pires pode ser melhor entendida com a passagem abaixo de Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu estudo sobre o coronelismo brasileiro

“Dentro de uma sociedade não industrializada, o núcleo urbano, quer seja povoado, vila, ou pequena cidade, tem variadas funções -, centro comercial em que se concentram e distribuem mercadorias; pólo de relações e comunicações; concentração dos organismos de instrução etc. Em todos os casos, é ele sempre um elemento de organização do meio rural circundante, e sede do poder. Quanto maior sua importância, mais funciona como coordenador do meio rural e como fulcro de comunicações.

Mandões locais e coronéis nunca desconhecaram nem subestimaram estas qualidades, e procuraram sempre desenvolver, na região que dominavam, um centro urbano que ficasse na sua dependência e que constituísse ao mesmo tempo centro de suas atividades: agiram ou como fundadores, ou como protetores de cidades que

foram *suas*, no sentido pleno do termo. Povoados, vilas, cidades constituíram então sedes de grupos de parentela, ou de um grupo de parentela, aumentando com a multiplicação destes grupos. Por toda a parte, no país, a fundação das vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas os elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global. Na vila se localizavam as câmaras municipais e outras instituições de governo, concentrando-se ali a autoridade sobre a redondeza, e passando a constituir, por isso, fulcro de luta entre as parentelas.” (QUEIROZ, 1977, pag. 180).

Não podemos comparar o contexto rural estudado por Queiroz com o da nossa Colônia. Isso é impossível. A autora trata de um rural brasileiro cujas relações vêm sendo mantidas há séculos. Mesmo que tenhamos mostrado que a maneira de fazer política em Vicente Pires já seja uma prática estabelecida de uma *localidade*, nada se compara aos séculos que geraram o coronelismo. O próprio termo pioneiro rural indica que essa pessoa foi a primeira, o desbravador. A Colônia também se relaciona de maneira totalmente diferente com o urbano: está inserida dentro de um projeto de urbanização moderno. Mais ainda, estando em Vicente Pires bastava andar alguns dois ou três quilômetros para sairmos de um ambiente rural e chegar à Taguatinga ou Guará, grandes regiões urbanas.

A passagem, para nosso estudo, é importante por mostrar como grupos políticos criaram, no rural brasileiro, algumas estruturas de poder. A autora nos sugere um modo de percebermos como um grupo político, no caso a APROAC, criou estruturas de poder na área da Colônia. Nesse sentido, a autora fala de uma espécie de *núcleo urbano*, espaço na qual os coronéis, detentores do poder, criavam esses instrumentos. Vejamos então, como foi esse *núcleo urbano* no esboço abaixo.

É assim que eletrificação rural, abertura de estradas, conquista de uma grande porção de terras junto ao governo para a realização de diversas construções, Balcão ou Feira do Produtor, Colégio Agrícola, festas comemorativas rurais, Posto Policial com fusca, motocicletas e gás para os policiais ou construção da capela católica num mesmo espaço indica que ele funcionou como “pólo de relações e comunicações”, “centro comercial”,



Figura 8 Representação manuscrita do “centro urbano” da Colônia Agrícola Vicente Pires. Ano de 1994-1996. Com o passar do tempo e com o adensamento populacional a elite política local conseguiu a construção de uma Administração Regional dentro desse “centro”.

“espaço de instrução” ou “sede do poder”.

Por isso chamamos a atenção do *evento catalisador* que promoveu a criação desse grupo político, nascido das relações de *localidade* que existiam na região de Águas Claras. Com a criação de Vicente Pires esse grupo migrou para lá e ajudou a orientar e organizar esse novo território. Deu-lhe lógica e hierarquia. Enquanto Águas Claras já tinha algum nível de *localidade* antes do anúncio do grande projeto, em Vicente Pires existiu, e ainda existe, uma organização política que orientou e promoveu o modo como as relações de vizinhança, religiosas, políticas ou comerciais deveriam acontecer. O que entendemos como sentimento de *localidade* na Colônia foi algo, em larga medida, criado por um grupo específico, os membros da associação. Pouco depois de os produtores instalados na nova região de produção agrícola a associação mudou seu nome de APROAC para ARVIPS – Associação dos Produtores Rurais de Vicente Pires.

Queiroz (1977, p. 80) nos mostra ainda que essas pessoas da associação acabaram por “implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas os elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global”. Vejamos então o termo produtor rural como a expressão de uma “ordem de status e hierarquia” como nos mostrou Elias e Scotson.

Como já mostramos, o *ritual* da construção de Brasília transferiu a maior parte das terras do DF às mãos do governo. Daí que uma maneira típica de o governo criar terras rurais no DF não é não dando ao ocupante o título definitivo da terra ou a escritura. A maior parte das terras é arrendada, política que também primou pela ocupação “racional” de tais terras rurais por meio da criação de projetos de assentamentos ou colônias agrícolas com propriedades de pequena extensão ou com poucos módulos rurais⁴⁴. Com Vicente Pires não foi diferente. Antes de desbravar o cerrado, os interessados em ocupar esse lugar deveriam assinar um contrato com o governo e obedecer a um Plano de Utilização – PU. Foi ele quem garantia, ou obrigava, que os “donos” ou ocupantes das chácaras dessem a ela uma dimensão produtiva.

Daí a “disciplina” que existia na Colônia. O interessante é que essa obrigação junto ao governo foi desdobrada pela associação política local e trabalhada na *localidade*. Foi assim que a APROAC conseguiu uma sede para si e promoveu alterações: se transformou em ARVIPS, promoveu a criação de outro braço político para cuidar do escoamento da produção da Colônia, a associação dos feirantes, AFEIVIPS, incentivou a produção de alimentos,

⁴⁴ Um “módulo rural” equivale a 1 ha (hectare). Para uma terra ser rural no DF ela tem que ter no mínimo dois módulos rurais, ou seja, 2 ha ou 20 mil metros quadrados de área.

hortas, verduras e produtos semi industrializados. Também devemos lembrar algumas das hierarquias internas que surgiram nesse período: a diferença entre *caseiros* e *empregados*; propriedade *familiar* e propriedade *econômica*; produtor que vive da produção e produtor que ganha a vida com outras atividades, por exemplo, como comerciante ou funcionário público; diferença entre diretores da associação e membros associados.

É desse modo que as relações cotidianas, festivas, religiosas, políticas, ou mesmo entre urbano e rural, foram entrecortadas por essas microrrelações políticas.

Vejamos o lugar das festividades da Colônia. Os caseiros e empregados iam ou à Feira ou ao Ranchão nas festas. Já os membros da diretoria da associação também participavam desses eventos. Rodeios, vaquejadas e exposições culturais eram organizadas por eles. Mas eles também realizavam seus eventos fechados e particulares na “Mansão do Lula”, uma gigantesca casa localizada na rua 12 na qual eram feitas constantes reuniões entre os produtores.

É nesse sentido que comparamos esses pioneiros rurais com os pioneiros da construção de Brasília (Ribeiro, 2008): ambos participaram de projetos modernos, cada qual com seu pioneirismo envolto em relações de poder.

1.4 A terra como um “tabu”

A colonização de Vicente Pires, verbo *colonizar* que está gravado no próprio nome dessa localidade – Colônia Agrícola –, registra um processo de desbravamento, de abertura de um novo lugar. Foi uma frente pioneira que criou uma nova ecologia dentro do DF, transformando uma terra sem *nada*, ou de cerrado, em um lugar de produção agrícola. Esse processo está inscrito no próprio termo pioneiro, pessoa ou ato de desbravamento praticado não só pelos moradores da Colônia, mas pelos produtores rurais que há tempos vivem na região de Águas Claras.

Assim, não por acaso mostramos que a APROAC trouxe para o novo território da Colônia valores e práticas que há muito podem ser observados no DF. Falando sobre as regiões de *fronteira* no Brasil, Martins nos esclarece sobre a relação desses pioneiros rurais com as propriedades que ocupam

“A palavra amansar, nessas regiões, é uma palavras de uso quase cotidiano para designar o ato de derrubar a mata, fazer a coivara, limpar o terreno e prepará-lo para a agricultura, para o trabalho humano. Ouvi muitas vezes na frente de expansão “fui eu que amansei o terreno” ou “foi fulano que amansou o terreno”. Aliás, o amansamento da terra gera um direito de precedência, que de modo algum se confunde com direito de propriedade, e que é espécie de senhorio sobre a terra amansada. Sua ocupação por outras pessoas depende da licença de quem a amansou. Trata-se antes da prerrogativa de reocupá-la, com base num direito precedente em

relação aos demais interessados e necessitados de terra para cultivar. Amansar vem a ser, pois, preparar para o ato propriamente humano e civilizado que é o ato de trabalhar. (...)” (Martins, 2009 p. 43)

Durante a criação de Brasília a maior parte das terras do DF foram passadas para o domínio do governo (GDF e União). Assim, a criação de terras rurais no DF consistiu em uma política na qual ao contratante era dada apenas a posse, ficando com o poder público o domínio⁴⁵. Mas os pioneiros não funcionaram apenas como desbravadores de terras do governo. Muitos *escolheram* vir para as terras rurais e essa escolha, à medida que desbravavam, acabou tornando-os pioneiros. Acabaram por ligar a si essas terras. Terra e homem não estão apenas ligados por uma relação jurídica como o *direito de posse*

“A propriedade é contagiosa. A coisa apropriada, como a coisa religiosa, atrai para si as coisas que a tocam, e delas se apropria (...)” (Durkheim, 1983 p. 134)

Para Durkheim o respeito que existe às propriedades está fundado em preceitos. Sobre isso traz o exemplo da preparação da terra na Roma Antiga: os limites da propriedade se tornavam sagrados com o levantamento do “termo”, ou Deus Termo

“Aqui está o que faziam nossos avoengos: começavam por cavar uma pequena cova e, erguendo o termo no bordo, coroavam-no de guirlandas de ervas e flores. Depois, ofereciam um sacrifício, imolava a vítima, faziam-lhe correr o sangue na cova, nela deitavam brasas, grãos, bolos, frutos, uma pouca de vinho e mel. Quanto tudo isso se havia consumido na cova, nas cinzas ainda quentes, cravava-se a pedra, ou o pedaço de madeira.” (Durkheim, 1983 p. 137, citando Siculus Flaccus)

Essa sociologia do direito de Durkheim⁴⁶ nos indica alguns caminhos para perceber a importância sociológica do contrato estabelecido entre os rurais e o governo do DF. A passagem acima nos lembrou que podemos perceber o processo de abertura e “amansamento” das terras de Vicente Pires como um *ritual* na qual a terra *bruta* foi ligada ao *amansador*, relação que ao final gerou uma *terra produtiva* e um *produtor rural*, um *pioneiro rural*.

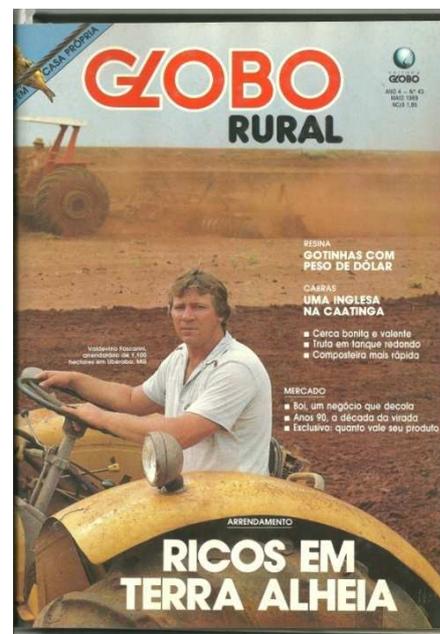
O produtor, durante o “amansamento”, criou uma relação com a terra *amansada*. E essa relação não foi abarcada pelo contrato estabelecido entre o governo e os rurais. Esse

⁴⁵ De acordo com Martins (2009, p.153) a separação entre **posse** e **domínio** advém do período colonial, quando as terras da colônia brasileira eram de domínio da coroa. Quando o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou pagar impostos a terra se tornava devoluta ou realenga, pertencente ao rei. Podia ser novamente distribuída, bastando apenas a ocupação e depois a requisição.

⁴⁶ Essa sociologia, ou filosofia, do direito de Durkheim (1983) está baseada na seguinte questão: “De onde vem que as coisas sejam, assim, tão estritamente ligadas à pessoa que chegam a participar-lhe da inviolabilidade? (p.109). Essa relação entre coisas e pessoas, explica, é garantida pelo senso coletivo, a coletividade. Somente podemos tomar para nós aquilo que é apropriável ou mesmo vender somente o que pode ser vendido. De certo modo a força que tem o formalismo jurídico advém daquelas formulas religiosas e mágicas que por muito tempo separaram da coletividade objetos tabu, sendo que o próprio tabu é, para ele, algo que foi considerado *sacramentum* pela coletividade, ou seja, algo que deve ser retirado de circulação, separado do comum. É por causa dessa origem religiosa que o formalismo jurídico conseguiu adquirir força, capacidade de coerção. Assim, há uma moral coletiva que garante que a ligação entre as coisas e as pessoas seja respeitada. Isso explica porque é possível coletividades e indivíduos retirarem do uso comum alguns bens ou coisas, (sendo coisa aquilo que é considerado como tal pela coletividade).

contrato de posse, como já demonstramos, pressupunha que os rurais do DF se comportassem simplesmente como *homo aeconomicus* (Lucídio - Brasil, 1960) e que esses rurais somente ficariam nessa área de produção durante algumas décadas, devendo cumprir um Plano de Utilização (PU). Essa era a intenção do governo.

Essa foto ilustra uma prática que estava começando a se difundir em 1989 e que se tornou muito comum na iniciativa privada rural brasileira. Ela também foi implantada no DF, só que pelo poder público. Mas o governo, quando quis alugar suas terras, não estava fazendo-o sozinho: estava contratando e assinando termos com outros “358 chacareiros”. O formalismo do contrato pressupunha como o desbravamento e amansamento das terras de Vicente Pires iria se dar. Mas a pressuposição ficou um pouco longe da realidade, da prática desse contrato. Não deu conta dessa ligação feita entre o *pioneiro rural* e a *terra*. Foi por meio desse processo de



identificação que o pioneiro rural se tornou o que é. E logo nos primeiros anos da Colônia o grupo político da associação local começou a trabalhar junto aos principais atores políticos

Figura 9 Revista Globo Rural retrata a prática de arrendamento de solo em Uberaba – MG. Rev. Globo Rural ano 4 n°43 maio 1989

e dos governos do DF e federal em prol da transformação dessa relação jurídica. Os produtores, orientados pela associação, queriam transformar a *posse* em *domínio*, se tornarem os reais donos das chácaras de Vicente Pires.

É assim que podemos entender os feitos dos pioneiros rurais de Vicente Pires. Eles tiveram que se relacionar com esse contrato e enquanto estivessem em Vicente Pires teriam que dar conta dele. Daí a lógica da produção rural. Isso estava inscrito tanto no aspecto jurídico dessas propriedades rurais quanto em seu aspecto cultural, cotidiano, religioso. Foi um imperativo, disciplina, instrumento de poder que fora utilizado pelo Governo do DF para sanar problemas de abastecimento que existiam no DF. Mas ele não é um instrumento pleno: foi desdobrado por um pequeno grupo de produtores que há décadas viviam em uma *localidade*, grupo que se organizou para se defender contra a desapropriação de terras e que depois desse aprendizado conseguiu desdobrar essa dimensão da produção econômica em Vicente Pires. Foi uma lógica criada pelo governo, mas também transformada por um grupo político, os primeiros *estabelecidos* de Vicente Pires.

Daí as várias distinções que foram criadas dentro da *localidade* da Colônia: *propriedade produtiva e propriedade não produtiva* ou familiar, *caseiros e empregados etc.* Simbolizam tanto a existência de uma lógica dentro dessa *localidade* quanto diferenças entre diferentes “status”, sendo que as *produtivas* representavam de 30 a 45%⁴⁷. Nesse sentido, a *disciplina* que havia ali dentro mobilizava práticas, símbolos e instituições (igreja, associação com sede física, feira, colégio, posto policial etc) para garantir a realização da produção rural. Mesmo que nem todas as pessoas realmente produzissem com esse sentido econômico.

É nesse sentido que entendemos a realização de todas as benfeitorias realizadas no território da Colônia. Por meio da disciplina da produção os estabelecidos iam tornando esse território como um lugar de produção, fazendo tais produtores se auto-identificarem com a terra desbravada. Acreditavam que por meio desse processo conseguiriam transformar a terra de mera *posse* para terra *dominada*. Uma vez detendo o domínio da terra a produção rural deixaria de ser “vulnerável” e passaria a ser algo mais concreto. Com o título da propriedade seria possível angariar recursos públicos e empréstimos, o que não era possível somente com a posse da propriedade. É assim que os produtores investiram muito em suas propriedades. É isso o que aconteceu no processo de desbravamento dessas terras da região de Águas Claras, tão próximas às grandes regiões urbanas do DF, região de *fronteira* na qual

“O vocabulário e o imaginário monárquicos, ainda tão fortes nas frentes de expansão, não são devidos unicamente a arcaísmos religiosos, mas também a uma concepção de direito muito próxima dos pobres: a dos direitos (de uso) gerados pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro”. (Martins, 2009, p.153)

1.5 Quebra de “tabus”: o fim da lógica de produção e o surgimento de outras hierarquias em Vicente Pires⁴⁸

Mas o que aconteceu para a desagregação dessa lógica de produção rural, ela que criara essa paisagem de Vicente Pires? O que aconteceu para as relações políticas dessa *localidade* se alterarem e possibilitarem a urbanização?

Aconteceram importantes modificações no cenário político do DF como um todo

“No governo Roriz (1988 a 1994), (...) a habitação passa a ser utilizada como instrumento para angariar simpatias populares e principalmente conter o avanço dos partidos progressistas, em particular o Partido dos Trabalhadores (PT – DF).

⁴⁷ Revista Globo Rural ano 11 nº 123 janeiro de 1996, pags. 45-48. Matéria sobre Vicente Pires com o título “Estranhos no Ninho”. Como já dissemos, o quantitativo trazido pela revista de que somente 10% dos produtores se dedicavam integralmente à produção é duvidoso. Preferimos a quantia de 30 a 45% de chácaras dedicadas à *produção*, relatada por pessoas que viveram durante esse período.

⁴⁸ Para o esboço desse tópico nos baseamos nas discussões de Martins (2009) sobre a questão da *fronteira* e em Mônica Carvalho (2010), que aplicou o conceito de *fronteira* em um caso empírico na metrópole de São Paulo.

Num primeiro momento, Roriz, premido pela proximidade das eleições, muda radicalmente a política que o governo vinha implementando e passa a ofertar moradias, utilizando os programas habitacionais de forma deliberada para **desestruturar o movimento popular no DF**, causando um retrocesso na organização do movimento que nem mesmo a ditadura militar conseguiu nos anos de maior repressão.

Assim sendo, distribuiu, por exemplo, para a associação de inquilinos [da Ceilândia], com cerca de mil associados, vinte lotes de cada vez, **criando um sistema propício à corrupção interna** que causava o descrédito das lideranças, permitindo um total atrelamento dos moradores ao governo e em particular à pessoa do governador.” (Gouvêa, 1996 p. 234 e 235, grifos nossos)

E também

“Assim, ao mesmo tempo que ofertou moradia para a população de menor renda, o governador passou a construir o “metrô”[no projeto Águas Claras], criando uma cortina de fumaça que rendeu apoio à sua política, o que proporcionou a implementação de ações de dilapidação do patrimônio público com favorecimento às classes empresariais, por meio de licitações e indenizações de terras com fortes indícios de irregularidades promovidas pela Terracap e por contratos de arrendamentos efetuados pela Fundação Zoobotânica.” (Gouvêa, 1996 p. 245)



Foto 22 Podemos aí perceber a proximidade entre as chácaras da Colônia Agrícola e a cidade satélite de Taguatinga. Sem data, provável de 1989. Fonte: Administração Regional de Vicente Pires.

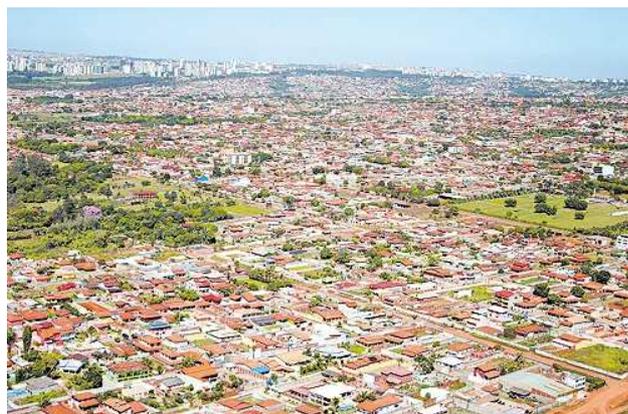


Foto 23 Mancha urbana de Vicente Pires, na qual podemos perceber um “mar” de condomínios horizontais. Foto de 2009. Bem ao fundo é possível perceber os prédios de Águas Claras. Fonte: <http://dfempauta.files.wordpress.com/2009/06/vicente-pires-cap1.jpg>

Essas transformações na política regional do DF repercutiram diretamente no cenário de Vicente Pires. Foi durante esse período do governo Roriz e seguintes que o *fenômeno dos condomínios*⁴⁹ tomou seus maiores ares. De 1988 a 2009 os condomínios horizontais foram uma das principais maneiras de urbanizar e crescer a mancha urbana do DF. E foi por meio desses condomínios que Vicente Pires se transformou em um lugar urbanizado.

⁴⁹ Sobre o *fenômeno dos condomínios* numa perspectiva comparativa entre Goiânia, Brasília e o surgimento de áreas residenciais muradas em outros lugares do mundo ver as referências de Patriota de Moura usadas nesse trabalho.

Na maior parte de nosso trabalho mostramos que rural e urbano podem se relacionar de maneira “complementar”. Mas também é possível haver entre eles conflitos. A briga da “alface” com o “asfalto”⁵⁰ também aconteceu em Vicente Pires. Dentro da *localidade* da Colônia começaram a concorrer outras lógicas e hierarquias que entraram em conflito com as então vigentes.

⁵⁰ Tema da revista Globo Rural, “Duelo da Alface com o Asfalto”. Sobre os conflitos entre campo e cidade traz os seguintes dados: “A cidade está cercando o campo. Impensável há duas ou três décadas, a geografia do desenvolvimento brasileiro tornou-se nos últimos anos um reflexo desse apetite insaciável e desequilibrado da malha urbana por novos espaços. Hoje, 75% dos brasileiros moram nas cidades, contra 35% do total em 1950. Um a cada cinco vive em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Sob essa ofensiva fulminante, o campo encolhe, e o cinturão verde em torno das grandes cidades salta de furo em furo, estreitando-se num processo de cooptação quase irresistível”. (Rev. Globo Rural ano 5 n°53 mar 1990)



URBANIZAÇÃO

Estranhos no ninho

*Chacareiros do Distrito
Federal investem na modernização para enfrentar
o crescimento da cidade*

Por Margareth Lourenço/Fotos Luiz Clementino.



Núcleo Rural Vicente Pires: 358 pequenas chácaras ameaçadas pela expansão urbana

Figura 10 Reportagem que retrata os conflitos entre rural e urbano em Vicente Pires. Revista Globo Rural ano 11 n° 123 janeiro de 1996, pags. 45-48. “Estranhos no Ninho”

Para a existência do condomínio horizontal era necessário que uma chácara fosse fracionada. E esse sistema corruptivo esboçado durante o governo Roriz permitiu isso. Ele acabou suspendendo o juízo de legalidade então vigente entre os produtores e o governo, permitindo que o *contrato de posse* fosse *suspense*, o que é diferente de ser rescindido, caso este que geraria a reintegração de posse dessas terras rurais ao seu real dono, o governo. Os responsáveis⁵¹ por zelar pela legalidade da produção acabaram também participando dessa configuração política na qual não mais as regras de direito funcionavam como principal norte, momento em que as fronteiras entre legalidade e ilegalidade foram alteradas e outras legalidades foram criadas (Holston, 1993; Patriota de Moura, 2011). Isso fica claro na fala de um produtor rural do DF

“O que nós queremos hoje é que essas áreas que vêm sofrendo ao longo da história um adensamento populacional, com parcelamento criminoso, ocupações desmedidas, e que são regularizadas, o curioso é isso, o ato criminoso ele sempre tem um bônus, o sujeito parcela e regulariza. Agora aquele que não parcela ele continua, o Estado não dá nenhuma segurança jurídica para o sujeito continuar a sua atividade de cunho rural e preservacionista” (Membro do CDRS – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável no dia da inauguração da sede física desse conselho e lançamento do jornal “Correio Bão Também” em 27 de março de 2010)

Essa suspensão da legalidade na *localidade* da Colônia permitiu que outras lógicas pouco a pouco comesçassem a ter vez, estabelecendo-se aí o conflito entre o rural e o urbano. Basicamente o conflito começou a acontecer quando essas terras rurais passaram a ter valor comercial de mercado quando foi possível vender essas terras públicas a particulares. Num primeiro momento da *fronteira* de Vicente Pires tivemos a abertura e o amansamento das terras. No segundo momento essas terras adquirem valor monetário e comercial e os produtores são “expulsos” das chácaras ou então são chamados a participar da nova ordem

⁵¹ Importantes atores nesse processo de fracionamento ilegal em Vicente Pires foram os fiscais do GDF e os das terras da União. São diretamente responsáveis tanto pelo fracionamento das chácaras quanto pela construção de pequenos prédios e casas em condomínios. Sempre foi “proibido” do ponto de vista legal construir e fracionar terras em Vicente Pires. Mas isso não impediu a transformação de uma paisagem rural em urbana. Entretanto, o Governo do DF tentou, salvo o engano, no ano de 2006 ou 2007, impedir novas construções editando norma legal para isso. Mas isso não impediu que as construções continuassem. Aliás, essa “proibição” fez a prática da “propina” se tornar mais cara. Durante a nossa pesquisa registramos o fracionamento de seis chácaras e a construção de mais de vinte prédios na localidade. E o interessante é que as pessoas que “pagam” a “propina” não escondem os “valores” e nem mesmo o “nome” desses agentes do poder público. Aliás, algumas ficam “revoltadas” por serem “obrigadas” a pagar, pois, caso contrário, terão seu empreendimento destruído pela fiscalização. Desde o início da urbanização de Vicente Pires eles vêm funcionando como captadores de propinas, recursos monetários que mediam uma “autorização” do governo para a transformação de uma terra “sem valor” em outra rentável. No início da urbanização de Vicente Pires a propina para o fracionamento de uma chácara era de pequeno valor e hoje, pelo fato de haver poucas e muita especulação sobre elas, as propinas chegam a somas consideráveis, variando entre 100 mil a 500 mil reais. Para se construir uma casa em um condomínio é necessário despende uma quantia de dez mil reais. E para a construção de um pequeno prédio é preciso gastar mais de vinte mil reais. Tudo depende do tamanho do terreno, tipo de construção e “quem” está promovendo o fracionamento. Quanto maior for a rentabilidade valorativa do empreendimento, maior deverá ser a “propina”.

“Aí, também, estamos em face de outra peculiaridade da situação de fronteira que é, ao mesmo tempo, definidora da modalidade do desenvolvimento capitalista em nossa sociedade. Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras sociedades capitalistas, entre nós o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada. Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terra e territórios, justamente por esse meio atingir violentamente as populações indígenas e, também, camponesas. É que em grande parte essa reprodução depende da mobilização de **meios violentos e especulativos** para crescer em escala e, portanto, para que o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagens em relação a outros **investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores da mais valia realizada.**” (Martins, 2009 p. 26, grifos nossos)

É assim que a proximidade física entre rural e urbano, outrora benéfica, se tornou símbolo de ameaça, transformando não o urbano como símbolo de perigo, mas a urbanização como algo realmente letal. Não estamos falando aqui de um processo que aconteceu da noite para o dia. Ele foi demorado e ainda acontece hoje. Por exemplo, durante nossa pesquisa, 2009-2012, registramos duas chácaras que deram origem a quatro condomínios horizontais.



Foto 24 As duas fotos mostram a rua e a casa de um condomínio recém aberto e que está sendo construído em uma chácara, rua 3 de Vicente Pires. Em agosto de 2012, por Bruno Cassemiro.



Foto 25 Operação de fiscalização em outro condomínio “ilegal”, na qual 5 casas foram derrubadas. Ano de 2012, por Bruno Cassemiro.

A violência de que trata Martins tem várias dimensões, indo desde seu aspecto simbólico e cotidiano até o físico, com meios que foram aperfeiçoados ao longo do tempo. A difícil luta da ACVP nos dias de hoje é contra uma lógica urbana poderosíssima que mobiliza milhares de atores políticos. A criação da Associação de Chacareiros de Vicente Pires – ACVP foi uma reação dos chacareiros diante dessas violências que em suas múltiplas dimensões vem desde 1998-2000 crescendo exponencialmente.



Foto 26 Casa derrubada dentro de um condomínio de “luxo” ilegal após operação de fiscalização. Ano de 2012 por Bruno Cassemiro

Para a transformação de uma chácara em condomínio foi necessário, primeiro, quebrar o “tabu” que ligava o pioneiro rural à chácara. Fracionar a chácara simboliza, em última medida, se cancelar, findar a si mesmo. A relação *afetiva* que existia entre o “pioneiro” e a “unidade produtiva”, amansamento que acabou dando esse “status” a ambos, teve que ser quebrada com a urbanização da chácara. Desagregava-se uma lógica que envolvia tanto o pioneiro e seu grupo familiar quanto tudo aquilo que estivesse ligado à propriedade rural como caseiros, empregados, relações econômicas de produção

"De acordo com Simmel, o grupo é formado por um processo através do qual muitos indivíduos unem partes de suas personalidades – impulsos específicos, interesses, forças – enquanto o que cada personalidade realmente é permanece fora dessa área comum. Os grupos são caracteristicamente diferentes de acordo com as personalidades totais dos membros e as partes de suas personalidades com as quais participam no grupo...(…) É possível que exatamente esses traços da personalidade do indivíduo, que são, para ele, da mais alta ordem de relevância, sejam irrelevantes do ponto de vista de qualquer sistema de relevâncias tido como pressuposto pelo grupo do qual ele é membro. Isso pode levar a **conflitos na personalidade**, gerados principalmente devido ao esforço de preencher as várias, freqüentemente incompatíveis, expectativas de papéis correspondentes à participação do indivíduo nos diversos grupos sociais. (...)" (Schutz, 1979 p.84)

Entendemos “tabu” como aquilo que está reservado ou mesmo que não pode ser tocado. Como a chácara está sob o nome de um chacareiro(a) é como se a quebra, nesse processo de monetarização, se tornasse uma escolha racional individual. É seu nome que representa o grupo familiar. E por isso que registramos durante a nossa pesquisa entre 2009 e 2012 chacareiros que ora decidiam que iriam vender sua chácara e outros que desistiam no meio do caminho, sempre sendo uma escolha contraditória. Não por ser apenas individual, mas porque não há como calcular ou estabelecer o real valor da chácara, porque ela jamais teve valor. Na verdade, para adquirir é preciso passar por um “ilegal” processo de grilagem e

fracionamento. Mas o que acontece quando há a profanação do “tabu” e ele é tornado algo comum, mercantil, tocável? A venda dos lotes nos condomínios sempre foi algo “público” em Vicente Pires. Por muito tempo existiram “corretores”⁵² na parte da frente de um condomínio que surgia ou então anúncios de venda de lotes nos grandes jornais de circulação de Brasília. Aliás, ainda hoje existem propagandas de venda de lotes em placas de chão e em muros espalhadas por todo Vicente Pires. Ou seja, é pública a venda dos lotes.

Mas quem promoveu o fracionamento, ou “profanou” a chácara parcelando-a, fica ocultado. Essa nova fronteira instalou uma ética do “silêncio” sobre esse “tabu”. Foi, e ainda é, silenciosa porque profanou os códigos e hierarquias envolvidos na produção rural e pouco a pouco findou com o *carisma coletivo* (Elias e Scotson, 2000, p. 150). E essa nova lógica mercantil acabou utilizando as diversas redes que existiam na região para quebrar outros “tabus”. Mesmo que a quebra não fosse “pública”, o produtor vizinho de uma chácara na qual o parcelamento era iniciado via com os próprios olhos a paisagem daquela chácara se transformar. Os produtores se conheciam, sabiam quem eram seus vizinhos e muitos tinham amizade entre si. Redes que foram tomadas por uma espécie de “fofoca silenciosa” (*ibidem*).

Mesmo que de maneira silenciosa e resguardada, os produtores conversavam entre si sobre a venda e pouco a pouco começaram a inteirar-se de como deveriam quebrar esse “tabu”: sabiam de preços; tamanho e disposição dos lotes; que as áreas de frente as estradas valiam mais, pois no futuro se tornariam comerciais; formas de pagamento; estratégias para burlar a fiscalização ou pagar propinas etc. Mas não podemos esquecer-nos da dimensão violenta desse processo.

Como dito, os produtores rurais chegaram a formar uma elite política rural. A lógica da produção era forte em Vicente Pires. Quebrar esses “tabus” não era fácil. Muitas pessoas tinham o interesse de que Vicente Pires se transformasse em área urbana. A urbanização desse lugar coincidiu com a abertura democrática brasileira e com a criação da Câmara Legislativa do DF. E muitas pessoas que queriam participar dessas esferas de representação, tornando-se representantes do povo, perceberam que a monetarização das terras de Vicente Pires poderia gerar tanto dividendos políticos quanto monetários. Foi assim que no início da década de 1990 os produtores rurais de Vicente Pires tiveram que se defender contra centenas de pessoas que tentaram invadir as chácaras, organizadas por importantes políticos, ocasião na qual receberam “kits invasão” com martelos, pregos, lonas e madeira para a construção de novos

⁵² Grande parte eram apenas “vendedores” no exercício ilegal da profissão de corretor de imóveis. Mesmo assim, muitos deles ainda são chamados de corretores em Vicente Pires.

barracos. Foi nesse processo que nascera a “favela” ou “vila” Estrutural que fica bem ao lado de Vicente Pires.

Também há outro importante conflito, mas aqui feito pelos próprios órgãos do governo. O governo que criara e fomentara a produção rural em Vicente Pires, isso mais ou menos até o ano de 1996, queria criar a Parte II do Projeto Águas Claras, querendo expandir essa moderna cidade sobre a Colônia, ocasião na qual os chacareiros da ACVP se lembram até hoje da presença dos técnicos nas chácaras para a realização de estudos urbanísticos e ambientais⁵³.

Além de pessoas ligadas à política, havia outras interessadas somente na reprodução do dinheiro por meio da renda da terra, conhecidos como “grileiros”. Foram eles quem, certa vez, amarraram um produtor rural a uma árvore e o deixaram ali por dois dias sem suas roupas e debaixo da mira de revólveres até que vendesse a chacara. Também foram esses criadores de condomínios que, empunhando armas, fizeram várias “visitas” a uma senhora que vivia perto da EPTG para “ofertar” a compra da chacara. E dentre os muitos casos há o de um chacareiro da rua 8 que teve sua casa alvejada por projéteis de fogo por não ter aceitado “negociar” e ter negado a “oferta” da compra da chacara.

Foi preciso, então, violência para a transformação de ecologia rural em outra nova, urbana. A violência, em suas múltiplas dimensões, foi além de armas e ameaças de morte. A quebra do “tabu” simbolizou uma nova ordenação do tempo dentro do território de Vicente Pires. Criara uma nova distinção dentro do território. Começou promovendo a separação entre produtor rural e chacareiro, dois caracteres que na lógica da produção agrícola andavam juntos. Aqui chacareiro se torna apenas uma pessoa que está relacionada à chacara. E esta começa a ser percebida apenas como uma propriedade na qual se pode multiplicar rendas territoriais. O agrícola começa, então, não a se tornar algo do **passado**, mas sim algo **inexistente**. Isso fica visível na fala de uma *pioneira dos condomínios*

“Eu brigava com Deus eu achava que ele tinha obrigação de me dar uma casa, que não era justo eu trabalhar tanto (...) [Meu marido] não queria uma casa em qualquer lugar, eu achava que Deus tinha a obrigação de me dar uma casa ou no Plano Piloto ou no Guará. E não servia outro canto, tanto que nós ganhamos um lote na Samambaia e não fomos pra lá (...). O sobrinho [do meu marido] ligou pra mim e falou assim, Léo tem uns corretores aqui, eles tão vendendo o lote muito barato aqui na Vicente Pires. Eu acho que vocês deveriam comprar. (...) nós viemos aqui, olhamos esse lote, **pense em uma coisa no meio do nada**. Tinha nesse condomínio, tinha uma casa de caseiro né, construída e mais três famílias morando, só

“Bruno Casseiro: tinha casa do dono da chacara?”

⁵³ Os chacareiros contam que o governo chegou a fazer uma audiência pública, ocasião na qual expressaram a não concordância com o fim das áreas rurais que ocupavam e a continuidade da produção rural. O governo respeitou a posição, mas acabou “deixando” que outros atores promovessem a urbanização.

“o dono da chácara jamais morou aqui, ele dividiu a parte de cima comercial né, que é aquela parte virada pra rua 3 e essa parte de baixo ele fez lote, dividiu em 31 lotes, três de 800m² e o resto de 400m². O meu é de 400m². E ae quando nós viemos aqui, olhamos o terreno cheio de pé de laranja, pé de limão e de mexerica e... **não tinha mais nada, não tinha cerca, não tinha asfalto**” (Relato de vida de Leomar Gomes de Sousa, moradora de um condomínio em Vicente Pires. Registrado em janeiro de 2010)

A quebra do “tabu” nessa fronteira fazia esse pioneiro deixar de ser pioneiro, ou expulsando-o de Vicente Pires ou apresentando a ele e seu grupo familiar a oportunidade de participar de um *novo tempo*. Nesse conflito de temporalidades a ecologia urbana violentou os rurais, mas promoveu a urbanização chamando esses rurais para sua composição. O pioneiro rural poderia se transformar em um *empreendedor imobiliário, comerciante* ou então um *pioneiro dos condomínios* podendo neste, inclusive, separar lotes para as pessoas de seu grupo familiar. É nesse sentido que a urbanização de Vicente Pires por meio de condomínios horizontais representou o depósito de outra camada de modernidade num mesmo território.

As camadas médias que viviam nos condomínios⁵⁴ *esperavam* ou tinham o *sonho* de que Vicente Pires se tornasse um bom lugar para se morar. Isso estava dentro de seu campo de possibilidades e trabalharam no sentido de concretizar esse sonho. Construíram suas casas, abriram comércios para abastecer os novos moradores tanto com alimentos quanto com materiais de construção. E também utilizaram a política para a concretização desses *sonhos* (Schutz, 1979).

É agora que podemos entender a associação política local não só como uma importante instituição no território da Colônia. Era um fulcro de poder, intermediária entre o governo e os produtores rurais. E não demorou que os novos moradores de Vicente Pires começassem a bater à sua porta transformando-a. A urbanização chamou para si a principal instituição política local desses rurais. Mas não sem conflitos. As grandes alterações ocorridas na política regional do DF também atingiram a associação de produtores⁵⁵, sistema corruptivo e de crescimento urbano que, como vimos nas fotos que retratam a construção de um novo condomínio no ano de 2012, ainda se mantém nos dias atuais.

⁵⁴ Os condomínios de Vicente Pires representaram a possibilidade de escalada social a varias camadas médias urbanas que viviam em Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Sobre trajetórias de famílias e indivíduos e processos de autonomização ver (Duarte e Gomes, 2008).

⁵⁵ Esses produtores conseguiram um novo terreno bem perto a região da Feira do Produtor e perto da EPTG. O gigantesco terreno cedido pelo governo à associação seria para o desenvolvimento de atividades agroindustriais. A maior parte desses terrenos foram passados aos participantes da elite política de Vicente Pires, os membros da associação. Somente algumas atividades industriais chegaram a ser estabelecidas ali. Mas a grande maioria dos terrenos foi utilizada para outros fins. O processo de monetarização das terras acabou fazendo com que nesses terrenos fossem construídos pequenos prédios e lojas comerciais, tornando hoje esse lugar ao lado da Feira o mais adensado de todo Vicente Pires.

Essas alterações políticas, que permitiram a monetarização das terras, também promoveram cisões internas dentro da associação, pois alguns dos presidentes e ex-presidentes à época acabaram ajudando nesse grande processo de grilagem de terras que também aconteceu em várias regiões do DF. Logo depois os membros da elite política da associação começaram a divergir internamente. Alguns ficavam indignados com a ilegalidade do fracionamento das chácaras. E outros produtores acabaram fracionando suas chácaras, promovendo a quebra do “tabu”. Como a associação local vinha funcionando como centro político e informativo da Colônia, foram estes “chacareiros” que começaram a levar a demanda dos novos moradores à associação. Trabalhos que antes eram dirigidos à conquista do domínio das terras rurais, ao fomento da produção rural foram transformados. E foi uma transformação *interna corporis* aos estabelecidos.

Estabeleceu-se aí um conflito, na qual os produtores foram pouco a pouco saindo da associação. Tornaram-se outsiders. Essas transformações estão inscritas nos vários nomes que essa associação teve ao longo da história de Vicente Pires: APROAC – Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras; ARVIPS – Associação dos **Produtores Rurais** de Vicente Pires; ARVIPS – Associação do **Setor Habitacional** Vicente Pires; ARVIPS – Associação Comunitária de Vicente Pires (atual).

E esse centro informativo acabou sendo transformado em mais um instrumento da urbanização⁵⁶. Começou aí a luta pela regularização dos condomínios. Mas manteve sob a direção dos trabalhos aqueles membros da elite que romperam com o “tabu” da chacara.

É assim que a associação política local deixou de promover a manutenção de uma ecologia rural produtiva e encabeçou a transformação e fixação de novos elementos nesse território. Estava-se modificando a paisagem rural e estabelecendo-se uma ecologia urbana. Mas não simplesmente um novo lugar urbano no DF, mas um diferente. E essa elite procurou inserir Vicente Pires dentro de outras escalas de poder. O contingente de moradores crescia exponencialmente e havia a demanda pela regularização dos condomínios horizontais, comércios e prédios. Dentre as diversas hierarquias urbanas que existem no DF, conseguiram, por meio da ARVIPS, transformar Vicente Pires em Setor Habitacional e, já em 2009, a trigésima Região Administrativa de Brasília.

“Still today, depending on the situation, Brasilia can be understood as the Plano Piloto – a name which, once merely a technical definition, became a designation for a “place” that conveys multiple meanings and feelings to those who live in it. But Brasilia may also include multiple “cities”, some formerly named “satellite cities”,

⁵⁶ Acompanhamos de perto como ocorreram as Eleições de 2010 em Vicente Pires. Dentre os cinco candidatos com maior expressão numérica em Vicente Pires, os três principais estavam relacionados ao passado rural da Colônia e já participaram de diversos cargos da ARVIPS.

others already born as “administrative regions” or “residential sectors”. In some of these localities there are inhabitants who attach themselves to urban spaces through identity labels, as well as collective memories and projects.(...)” (Patriota de Moura, 2011a p. 505-6)

Por meio da instituição local conseguiram aumentar os instrumentos de poder. Trouxeram para Vicente Pires uma administração regional que recebe recursos do GDF para realizar melhorias e obras, dotada de autonomia para fiscalizar e tratar diretamente da urbanização. Por meio desse novo instrumento burocrático foi possível inserir os elementos que faltam para a ecologia urbana de Vicente Pires ficar completa.

O processo de monetarização das terras promoveu um imenso aporte populacional para os condomínios que acabou homogeneizando a paisagem de Vicente Pires, como se esse lugar tivesse se tornado uma “cidade” feita só de condomínios horizontais e alguns pequenos prédios. Fora uma lógica que contaminou o Vicente Pires como um todo. A especulação fez com que muitos hectares de terra fossem comprados para serem guardados com o intuito de gerarem mais rendas territoriais num futuro próximo. E nessa corrida esse lugar se tornou um lugar “urbanizado”, mas não totalmente urbano.

Toda a estrutura urbana física fora feita pelos produtores durante a Colônia. Assim, estradas que foram pensadas para o escoamento da produção agrícola deram origem a pistas asfaltadas estreitas e que não dão conta do atual fluxo de carros. As modernas bacias de contenção que existiam à beira das estradas foram tampadas junto com a dissolução das curvas de nível das chácaras. A eletrificação rural e com seus pequenos postes tiveram que ser substituídos por uma rede moderna e urbana. Além da região da Feira do Produtor, não há em Vicente Pires outro espaço público. Não há postos de saúde e o colégio, agrícola outrora, não consegue atender aos 70 mil moradores. O esgoto é lançado dentro do solo, contaminando a água que é retirada do mesmo para o consumo humano.

É nesse momento que a Associação de Chacareiros de Vicente Pires surge. Foi no contexto do ano de 2008, quando o GDF apresentou aos moradores o Plano Urbanístico de Vicente Pires. O Plano apresentou várias propostas de intervenção urbana necessárias para melhorar a habitação ali e tornar Vicente Pires uma “cidade” nos termos da lei. E dentre elas a maior parte das chácaras que não quebraram o “tabu” tinham que ceder seus espaços ao poder público. Foi com esse grande evento que membros de uma “elite outsider” se reuniram novamente em um grupo. Fizeram parte dos estabelecidos da produção rural e foram expulsos pelos chacareiros que “aderiram à urbanização”. E só se organizaram novamente com a apresentação do Plano Urbanístico.

De certo modo, saíram da condição de outsiders individuais para a de outsiders em grupo. É assim que os chacareiros da ACVP vêm trabalhando para modificar a discrepância de poder entre eles e os agentes que promovem a urbanização.

É assim que percebemos que o processo de urbanização não acaba. A cidade está em constante transformação e suas hierarquias e classificações são construídas cotidianamente. A luta dos chacareiros da ACVP, pela própria existência desses pioneiros, prova que é possível haver uma trama urbana mais democrática e menos agressiva ao rural. O rural pode participar do urbano e este pode também participar do rural. O “inferno” da urbanização talvez não recupere o “paraíso” da derradeira produção rural. Mas entre o céu e o inferno há uma grande distância

“Os componentes aqui apresentados – **a consolidação, a regularização, o medo e o status de cidade** – se combinam de formas bastante fecundas, apresentando cada um deles importantes pontos de congruência com processos de diversas ordens, em escalas globais, nacionais e locais, em dimensões múltiplas como os fatos sociais totais de Mauss (...). São totalidades especiais porque são **combinações em constante processo de estabelecimento**, sendo termos como processo, consolidação e regularização importantes veículos para pensarmos as dinâmicas urbanas e seus possíveis movimentos.” (Patriota de Moura, 2011 p. 64, grifos nossos)

Os chacareiros aparecem, então, dentro de uma ecologia urbana que não pensou em seus aspectos ambientais. Esse é hoje um dos principais argumentos dos chacareiros para preservar suas velhas chácaras.

CONCLUSÃO: A HISTÓRIA DE BRASÍLIA COMO A DE DEPÓSITOS DE CAMADAS DE MODERNIDADE

Percebemos que tanto a história da urbanização de Águas Claras e de Vicente Pires aparecem sob o signo do *moderno*. É como se o crescer e o urbanizar fizessem parte de um mesmo processo que deposita *modernidades*. Primeiro tivemos os *pioneiros rurais* de Águas Claras, que vivenciaram o rural a partir de uma dimensão de produção mercantil-comercial brasileira inaugurado em 1960. Em seguida veio o Projeto Águas Claras, camada que trouxe o urbano planejado e o metrô como propostas modernas de ocupar o solo. Em seguida a criação da Colônia Agrícola Vicente Pires, que também foi moderna em seus termos, com *produção, centro de distribuição de alimentos* (Feira) etc. E, por fim, a urbanização da Colônia por meio dos condomínios horizontais acabou por depositar outra camada de modernidade.

Mas o signo da *modernidade* acaba por esconder muitos conflitos e deixa de fora das páginas da história milhares de pessoas. Enquanto que em Brasília o conflito entre rural e urbano é maquiado por esse signo, em outros lugares do Brasil ele aparece de maneira mais explícita. Percebemos isso depois da pesquisa nos primeiros números da revista Globo Rural. Enquanto os produtores rurais do DF já nasceram *modernos* com a fundação de Brasília, outros rurais do Brasil procuram o caminho da *modernização* como melhor caminho para enfrentar o fenômeno da urbanização.

Vicente Pires é uma área urbana nova, recente se formos comparar com outras áreas urbanas de Brasília. E em meio delas há várias chácaras, como as três que reproduzimos novamente abaixo



Foto 27 Vista aérea de três chácaras identificadas por diferentes cores (amarelo, azul e rosa). As casas que cercam as chácaras estão localizadas em vários condomínios. (Arquivo pessoal do Sr. Waldelei Casseiro, ano de 2010)

As chácaras, mesmo que ainda presentes (e esse ainda não é acidental, mas sim revelador do lugar dessas propriedades) no meio urbano, não aparecem nem como fazendo parte do passado de Vicente Pires e nem do presente, muito menos do futuro. É nesse sentido que a ACVP aparece não só como uma entidade política que torna os chacareiros atores da cidade e partícipes da urbanização. No final das contas, ela vem dando a esses pioneiros o direito de participar do futuro e do presente.

Não somos nós que estamos dando o direito a tais produtores de dizerem que fizeram o passado de Vicente Pires. Creio que são seus próprios feitos. Aliás, tentamos mostrar que os produtores rurais tiveram um peso causal importante no processo de urbanização. Foram esses rurais que criaram e estabeleceram as relações de *localidade*. Criaram instituições políticas e desenvolveram a representação. Geraram expressões religiosas, culturais, econômicas e produtivas. Organizaram o cotidiano da Colônia. Foram “ações intencionais”.

Foram intencionais, mas geram efeitos “não intencionais”. O rural moderno que criaram foi “contaminado” pelo processo de monetarização das terras, processo esse também carregado de elementos “modernos”. Não era intenção dos atuais chacareiros saírem de uma situação na qual eram considerados produtores rurais estabelecidos e se tornarem hoje outsiders e ter que lutar contra um processo de “dizimação” simbólica e física do rural.

Não estamos falando aqui que seja impossível ao urbano dialogar com o rural. Não houve um intenso diálogo entre os produtores de Vicente Pires e as áreas urbanas vizinhas durante o grande período da produção rural na região? Os atuais chacareiros só são um grupo outsider porque existiu um processo que os colocou nessa condição, nada havendo aí de acidental. Sendo impossível pensarmos que esse lugar outsider decorra da impossibilidade de rural e urbano se relacionar. Existiram e ainda hoje há interesses para que os chacareiros internalizem e recebam os “ataques” feitos às suas chácaras. E o interessante é que tudo isso acontece por meio das relações políticas que são estabelecidas dentro da cidade de Vicente Pires. E mais interessante que isso é o fato de as principais representações políticas desse lugar já terem sido *pioneiros rurais*. Por exemplo, são alguns desses atores políticos que vêm fomentando a concepção de que as chácaras são lugares “vazios” e que nelas pode-se instalar qualquer equipamento público ou mesmo fazer assentamentos de interesse social. Os chacareiros da ACVP, nesse embate, vêm respondendo que jamais negariam à cidade um pedaço de suas chácaras, pelo contrário. Dizem que estão há décadas lutando por um Vicente Pires melhor. Mas não se pode dizer que suas chácaras estão “vazias”, falar isso é negar um direito à história, é apagar todos os importantes feitos dos rurais.

É nesse ambiente político desfavorável que as chácaras se apresentam como os próprios defensores da cidade e do meio ambiente. Outrora foram importantes ao urbano como produtores de bens alimentícios. Colocaram comida a mesa dos brasilienses e criaram uma ecologia rural para isso. Agora o “desequilibrado” e “desorganizado” Vicente Pires volta seus olhos a essas “ilhas verdes” que ficaram em meio à ecologia urbana. O rural, que era produtivo, foi transformado em rural-ambiental. E as chácaras se transformaram em depósitos de “verde”. Essa também foi uma consequência não intencional dos chacareiros quando vieram para Vicente Pires.

O principal desejo dos chacareiros da ACVP é o direito de participar de um Vicente Pires que também foi construído por eles. E sempre se mostraram abertos a todo diálogo com o poder público para a solução dos problemas dessa cidade. Se auto-intitulam como “Parceiros da Legalidade”. E querem o mesmo direito à terra que será dado aos “irregulares”, aos “ilegais”: continuam mantendo o mesmo sonho que se arrasta há mais de duas décadas, o da conquista do título definitivo das chácaras.

O processo de fracionamento das chácaras não se findou. Na verdade a corrupção e a especulação transformaram-se e ficaram mais fortes. Hoje as chácaras adquiriram no mercado “informal/ilegal” um valor muito significativo. No começo da urbanização uma chacara de quatro hectares era vendida por no máximo 50 mil reais. Hoje o mesmo tamanho de terreno supera em muitas vezes aquele valor. Nas informais e reservadas conversas, as pessoas revelam que essa mesma área vale de três a seis milhões. O fracionamento das chácaras deixou de ser um negócio e se tornou um “investimento” que permite ao “investidor” recuperar o valor gasto e gerar o dobro desse valor em lucro. Daí o interesse de algumas lideranças políticas locais em transformar as chácaras em “áreas vazias”, já que horizontalmente Vicente Pires já se encontra quase totalmente urbanizado.

Esses “investidores” promovem uma urbanização totalmente diferente da que aconteceu na maior parte de Vicente. Hoje não é mais comum entregar os lotes ao futuro morador, mas sim o lote com a casa pronta para habitar. O fenômeno da “autoconstrução” está desaparecendo. Ao valor do terreno do condomínio é agregado tanto o lucro quanto o custo que o investidor teve para construir a casa, o muro, a rede elétrica, de água e a pavimentação do condomínio, incluindo aí guarita e asfalto.

São esses grandes atores que tornam a quebra do “tabu” quase que “irresistível”. Outrora os produtores rurais tinham que fazer a difícil escolha entre dois antagônicos, entre a produção rural ou a venda da chacara. Agora a especulação é muito superior e os chacareiros têm que escolher entre a defesa do meio ambiente e seu pioneirismo rural ou as enormes

quantias de dinheiro. Há ainda as constantes “ameaças” do poder público em desapropriar as chácaras para a construção de equipamentos públicos. A relação entre a quebra do tabu da terra por meio do monetário tornou-se mais complexa à medida que a urbanização aconteceu.

É assim que muitos chacareiros percebem que a venda da chácara pode ser uma boa opção para sair de uma situação na qual o futuro sobre as chácaras é “incerto”: não sabem se seu antigo sonho de conseguir o domínio das chácaras vai ser deixado de lado enquanto os outros milhares de moradores de Vicente Pires vão ganhar a escritura mesmo tendo participado de um processo “irregular” de construção da cidade. E sobre esse assunto, como sempre, muito “silêncio”

“(…) Então nós apresentamos a lei e o governo acabou se convencendo que a medida era correta, era justa e sancionou a lei. Mas por um entendimento dúbio da redação o governo acabou vetando um artigo que permitia a regularização também de propriedades rurais em área urbana. Então eu fui procurado e apresentei o projeto de lei permitindo a venda direta ou a concessão de direito real de uso diretamente às pessoas que desenvolvem atividade rural em zona urbana porque eu não tenho dúvida que isso é fazer justiça, quando elas iniciaram essas atividades, estas propriedades estavam em Macrozonas rurais, acontece que a cidade cresceu, muitas vezes de forma desorganizada e essas pessoas mais uma vez cumpriram a lei e mantiveram a destinação rural de suas terras. Seria injusto elas agora serem prejudicadas porque elas cumpriram a lei? (...) Como eu gosto de dizer, o meio rural vive sozinho, ele não precisa da cidade, mas a cidade não vive sem o campo, pois é do campo que saem os alimentos que abastecem a cidade.” (Fala do candidato a senador Rodrigo Rolembert, em 27 de março de 2010, em evento comemorativo a essa lei perto da Secretaria de Agricultura do DF).

Podemos apenas, nos limites desse trabalho acadêmico, mostrar que o rural que fora o passado de Vicente Pires, está em seu presente e pode ser muito importante no futuro com a questão dos desequilíbrios ambientais e com o valor que adquiriu o Meio Ambiente nos últimos anos.

Podemos desenvolver a seguinte interpretação num próximo trabalho, dando continuidade às nossas idéias e aos fatos. A construção de Águas Claras “expulsou” seus produtores e para recebê-los foi criado Vicente Pires. Este, que já “expulsou” a grande maioria de seus rurais, agora está promovendo a “expulsão” dos produtores e posseiros da Colônia Agrícola Cana do Reino, localidade que fica bem ao lado de Vicente Pires. Num futuro próximo teremos uma mancha urbana na qual um vizinho ajudou na transformação do outro: Águas Claras transformou Vicente Pires que transformará em área “sua”, e urbana, a Cana do Reino.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Primeiro Vol. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1971 (1960).
- BOJUNGA, Cláudio. JK: o artista do impossível. Coleção Ponto de Leitura. 1063p. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BORGES, Antonádia. Lições antropológicas de uma pesquisa etnográfica com jovens e crianças do Recanto das Emas (DF) *In* As ciências sociais no mundo contemporâneo: revisões e prospecções / Gustavo Lins Ribeiro, Ana Maria Fernandes, Carlos Benedito Martins, Wilson Trajano Filho (organizadores). Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, 2011. 308p.
- BRASIL, Conselho Coordenador de Abastecimento da Presidência da República. Introdução ao Urbanismo Regional – Sistema de Abastecimento de Brasília. Responsável técnico: Arquiteto Lucídio Guimarães de Albuquerque. Rio de Janeiro – Brasil 1960
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Fonte: www.planalto.gov.br
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001 376p.
- CARVALHO, Mônica. A “conquista” de Anhanguera: situação de fronteira na metrópole de São Paulo. *Antropolítica Niterói*, n.28 1º sem. 2010 p. 93-125
- CARVALHO JÚNIOR, Wilson Martins de. Os impactos ambientais decorrentes da ocupação urbana: o caso da Colônia Agrícola Vicente Pires – Brasília/DF. Dissertação de Mestrado UnB – GEA, 202p, 2007.
- CASIMIRO NETO, Casimiro Pedro da Silva Neto. A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional.../Casimiro Neto. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. 751p.
-
- . Brasília, A idéia de uma Capital: a legislação e o debate parlamentar: 1549 – 2010/ curadoria, roteiro e redação Casimiro Neto...[et al]. – São Paulo: FAAP/Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. (Coleção debates. Antropologia 120). São Paulo: Perspectiva, 2010. 228 p.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: FGV, 2008

- DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia: A moral, o direito e o estado. Biblioteca Básica de Ciências Sociais, vol. 5. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1983. 206 p
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes (1939). Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 2vol.
- ELIAS & SCOTSON (Norbert Elias e John L. Scotson). Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. Goiânia: uma modernidade possível. Coleção Centro-Oeste de estudos e pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003 117p.
- GOUVÊA, Luis Alberto de Campos. A capital do controle e da segregação social. In: A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília / Aldo Pavianni (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 266p
-
- Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social. In: Brasília: moradia e exclusão / Aldo Pavianni (org) (Coleção Brasília). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 250p
- HOLSTON, James. Legalizando o Ilegal. Propriedade e Usurpação Brasil. RBCS n°21, 1993.
-
- Libertem o espírito de Brasília in As Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo: revisões e prospecções. Ribeiro, Gustavo Lins (Org.) – Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- INOUE, Mariléia Franco Marinho. Do Outro Lado Nasce o Sol: o trabalho dos japoneses e seus descendentes no estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Orientação Dr. Seidi Hirano, 2002.
- JACCOUD, Luciana de Barros. Lutas Sociais: populismo e democracia – 1960/1964. In A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília/ Aldo Paviani (org.). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BICALHO, Nair Heloísa; MACHADO, Maria Salete. Taguatinga: uma história candanga. In Brasília: moradia e exclusão / Aldo Paviani (org.). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- JOÃO DO RIO (Paulo Barreto). As Religiões no Rio (1908). Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões. 1951.
- LARAIA, Roque de Barros. Candangos e Pioneiros. Serie Antropologia, n°203 do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília 1996.

- TEIXEIRA, Leila Soares. Vicente Pires: uma expressão da dinâmica de ocupação territorial no Distrito Federal. Dissertação de Mestrado PPG/FAU – UnB, 2003.
- MAGALHÃES, Luis Ricardo. Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 17 n° 49. Junho 2002.
- MARTINS, José de Souza. “Fronteira” – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 192p.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Do espírito das leis (Coleção a obra-prima de cada autor. Série ouro) São Paulo, SP: Martin Claret, 2002. 727p.
- OLIVEIRA, Daniela; SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sérgio. A conquista da autonomia através dos mercados: como pequenos agricultores mudaram sua forma de produzir e comercializar a produção em Ipê (RS). *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia* — n. 28, 1° sem. 2010. Niterói: EdUFF, 2011.
- PAIS, José Machado; FERREIRA, Vítor Sérgio [organizadores]. *Tempos e Transições de Vida – Portugal ao espelho da Europa. Série atitudes sociais dos portugueses.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010. 328p.
- PAVIANI, Aldo (org.):
-
- Brasília, Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão. (Coleção Brasília). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2° edição, 2010 (1° edição 1985). 389p.
-
- A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília. (Coleção Brasília). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991 266p.
-
- Brasília: moradia e exclusão (Coleção Brasília). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996 250p.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios Horizontais em Brasília: elementos e composições. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia* — n. 28, 1° sem. 2010. Niterói: EdUFF, 2011.
-
- Pioneers and Entrepreneurs: Bio/Ethnographic Notes Towards an Anthropology of Urban Growth. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology / Revista de Antropologia Digital da Associação Brasileira de Antropologia.* Vol. 8, n. 2, 2011a.

-
- “Condomínios” no DF: Favelas, Cidades ou Clubes de Luxo?, In *Brasília, de Capital a Metrópole*. PAVIANI, Aldo et. al. (org). Coleção Brasília 50 anos. Brasília: Editora UnB, 2010
-
- A Fortificação Preventiva e a Urbanidade como Perigo. Série Antropológica n.407. Departamento de Antropologia UnB, 2006
-
- Ilhas Urbanas, Novas Visões do Paraíso. Uma discussão etnográfica dos condomínios horizontais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ 2003
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. Cap. III. Livro (?), 1ºVolume Estrutura de Poder e Economia (1889-1930) Tomo III O Brasil Republicano in, *História Geral da Civilização Brasileira*. Org. Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1977.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 276p
-
- Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In, *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília/Aldo Paviani (org.)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 266p.
- SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1979
- SILVA, Antônio Moreira da. Brasília & sua história – 50 anos. Brasília – Conselho Federal de Farmácia: Cidade Gráfica, 2010. 158p
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Revista *Mana* [online], vol.11, n.2, Outubro 2005. Rio de Janeiro
- SPOSITO & WHITACKER, Maria Encarnação Beltrão Sposito & Arthur Magon Whitacker (organizadores). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2ºEd. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 248p.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p
- WEBER, Max. Cap. IV - A política como vocação e cap. V - A ciência como vocação in *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.
-
- A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335p
- WOORTMANN, Ellen. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Ellen Woortmann e Klaas Woortmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

OUTRAS PESQUISAS

CASSEMIRO, Bruno. *A Transformação de Chácaras em Condomínios: o recente caso de Vicente Pires, DF*. Relatório final do ProIC – UnB. Projeto “*Os Condomínios Horizontais no DF e a proliferação Global de Áreas Residenciais Muradas*”. Orientação Dra. Cristina Patriota de Moura. Edital 2009-2010. Resultados apresentados no 7º Congresso de Iniciação Científica do DF.

A Transformação de Chácaras

e Condomínios em Cidade: o recente caso da Região Administrativa XXX, Vicente Pires, DF. Edital 2010-2011. Projeto e Orientação idem. Resultados apresentados no 8º Congresso de Iniciação Científica do DF.

FAP – DF. Fundação de Apoio e Amparo a pesquisa do DF. Projeto “*Os Condomínios Horizontais no DF e a proliferação global de áreas residenciais muradas*”. Duração 2007-2010. Execução Dra. Cristina Patriota de Moura.

ENCICLOPÉDIAS, PERIÓDICOS E HIPERTEXTOS

Revista Globo Rural ano 1 nº4 ano 1986, p. 75. Matéria sobre a técnica das bacias de contenção desenvolvidas em São Paulo e aplicadas em Vicente Pires.

Revista Globo Rural ano 1 nº12 Setembro de 1986, pags. 93-95. Matéria sobre a distribuição de alimentos no Brasil e a aventura dos verdureiros de São Paulo.

Revista Globo Rural ano 4 nº43 maio de 1989. Matéria sobre “Solos de Aluguel” no Brasil. Capa.

Revista Globo Rural ano 8 nº89 ano 1989, p. 34. Mapa do artigo “Capital da Verdura: as hortas que cercam Brasília são exemplos de como extrair alta produtividade e fartura da terra pobre do cerrado”.

Revista Globo Rural ano 11 nº 123 janeiro de 1996, pags. 45-48. Matéria sobre Vicente Pires com o título “Estranhos no Ninho”.

Notícia, Liberada escritura de Vicente Pires após quase 60 anos de disputa judicial. Correio Braziliense, publicação em 8/12/2012. Acesso em 25/01/2012 sítio http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/12/08/interna_cidades_df,281930/liberada-escritura-de-vice-pires-apos-quase-60-anos-de-disputa-judicial.shtml

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Link História de Belo Horizonte. Acesso em 9 de maio de 2012.

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&tax=11825&lang=pt_BR&pg=5780&taxp=0&

Conselheiro Padre Vicente Pires da Motta. Galeria de Diretores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_06.php acesso em 25 de janeiro de 2012, às 19h13.

Wikipédia, verbete Vicente Pires. Acessado em 25/01/2012. Sítio
http://pt.wikipedia.org/wiki/Vicente_pires

Colégio La Salle de Águas Claras, história. Acesso em 27 de junho de 2012. Sítio
<http://www.lasalle.com.br/aguasclaras/pagina.php?id=189>

Google Maps, aplicativo do Google. Pesquisa por “Águas Claras DF”. Acesso em 28 de junho de 2012.
<http://maps.google.com.br/maps?aq=f&sugexp=chrome,mod%3D11&q=%C3%A1guas+claras&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-BR&sa=N&tab=wl>

Histórico para a comemoração dos 10 anos de existência da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias de Vicente Pires, ano de 2012. Com adaptações e grifos nossos.

ENTREVISTAS E RELATOS DE VIDA

Pioneiros Rurais

- Waldelei Cassemiro da Silva – pioneiro rural de Vicente Pires desde 1996. Relato de vida registrado em maio de 2009.
- Rosemiro Bezerra – pioneiro rural da região de “Águas Claras” desde década de 1970. Relato de vida registrado em abril e maio de 2010.
- Antônio Manuel Sales – caseiro que chegou a Vicente Pires em 1991 e trabalhou aí por dezessete anos. Relato de vida e entrevista sobre a produção rural registrados em outubro de 2011.

Moradores de Condomínio

- Leomar Gomes de Sousa – moradora de condomínio desde 15 de fevereiro de 2004. Relato de vida registrado em janeiro de 2010.

Pessoas que trabalham em Vicente Pires e aí ganham a vida

- Nelito da Silva Nascimento – entrevista sobre os lugares que trabalhou em Vicente Pires e sobre a sociabilidade, cotidiano e redes dos trabalhadores desse lugar, principalmente os domésticos. Registrado em novembro de 2009

Lideranças Políticas

- Edson Bezerra Cabral – ex-pioneiro rural e atual morador de condomínio em Vicente Pires. Importante liderança comunitária desde a criação da Colônia Agrícola. Entrevista concedida a turma da disciplina de Habitações e Terras Urbanas, primeiro semestre de 2009 da Universidade de Brasília. Registrada em junho de 2009.

- Dirsomar Chaves – ex-pioneiro rural atual morador de condomínio em Vicente Pires. Liderança política de Vicente Pires que alcançou a maior quantidade de votos dentro dessa cidade. Ex-administrador da 30ª Administração Regional de Vicente Pires e atual presidente da Arvips. Entrevista concedida a turma da disciplina de Habitações e Terras Urbanas, primeiro semestre de 2009 da Universidade de Brasília. Registrada em junho de 2009.

- Marcelo “Negrão” – Liderança da Prefeitura Comunitária do Condomínio Sol Nascente, localizado na Ceilândia. É uma área de “baixa renda” que já fora também de produção rural. Entrevista concedida a turma da disciplina de Habitações e Terras Urbanas, primeiro semestre de 2009 da Universidade de Brasília. Registrada em abril de 2009.